CPRM
BIBLIOTECA
REL 2635

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA

**PROGRAMA INFORMAÇÕES PARA GESTÃO TERRITORIAL — GATE**

# PROJETO ACAJUTIBA - APORÁ - RIO REAL

# HISTÓRICO
# INFRA-ESTRUTURA
# ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

Elaborado por

Antonio José Dourado Rocha

ph1
012408

Salvador, 1998

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA

Ministro de Estado *Raimundo Brito*

Secretário *Otto Bittencourt Netto*

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS

| | |
|---|---|
| Diretor-Presidente | Carlos Oití Berbert |
| Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial | Gil Pereira de Souza Azevedo |
| Diretor de Geologia e Recursos Minerais | Antonio Juarez Milmann Martins |
| Diretor de Administração e Finanças | José de Sampaio Nunes |
| Diretor de Relações Institucionais e Desenvolvimento | Augusto Wagner Padilha Martins |
| Superintendente Regional de Salvador | José Carlos Vieira Gonçalves da Silva |
| Chefe do Departamento de Gestão Territorial | Cássio Roberto da Silva |
| Chefe da Divisão de Gestão Territorial | Regina Célia Gimenez Armesto |

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACAJUTIBA

Prefeito José Luiz Mendes Brito

PREFEITURA MUNICIPAL DE APORÁ

Prefeito Agenor Mendes de Oliveira

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO REAL

Prefeito João Rodrigues de Góes

**PROGRAMA INFORMAÇÕES PARA GESTÃO TERRITORIAL — GATE**

Executado pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais — CPRM
Superintendência Regional de Salvador

EQUIPE EXECUTORA

| | |
|---|---|
| Gerente de Hidrologia e Gestão Territorial | Sílvia Lúcia dos Santos |
| Supervisor de Gestão Territorial | Antonio José Dourado Rocha |
| Histórico/Infra-Estrutura/Aspectos Socioeconômicos | Antonio José Dourado Rocha<br>Edvaldo Lima Mota<br>Rossini Concentino |
| Geoprocessamento | João Henrique Gonçalves |
| Revisão Cartográfica | Euvaldo Carvalhal Britto |
| Documentação/Bibliografia | Isabel Ângela dos Santos Matos<br>Gisélia Maria Lima Bispo de Victa |
| Copidesque | Sueli Cardoso de Araújo |
| Digitação | Sara Regina de Jesus Monteiro |
| Editoração | Neuza de Albuquerque Souza |
| Digitalização | Jackson Fernandes de Oliveira |
| Desenho | Emanuel Vieira de Macedo<br>Vera Nilda Rocha Santos |

Coordenação Editorial a Cargo da
Superintendência Regional de Salvador

Rocha, Antonio José Dourado.
Projeto Acajutiba-Aporá-Rio Real : Histórico / Antônio José Dourado Rocha. — Salvador : CPRM : Prefeituras Municipais Acajutiba-Aporá-Rio Real, 1998.
— v. 2, p.105 : il. Color. ; mapas, gráficos, tabelas.

Projeto incluído no Programa Informações para Gestão Territorial - GATE.

1. Planejamento territorial regional - Bahia. 2. Histórico - Acajutiba - Bahia. 3. Histórico - Aporá - Bahia, 4. Histórico - Rio Real - Bahia. I. Título.

CDU 918.14
551.69814

# SUMÁRIO

**APRESENTAÇÃO**

**1. INTRODUÇÃO** ..... 6

**2. MUNICÍPIO DE ACAJUTIBA** ..... 11
2.1 Histórico ..... 11
2.2 Infra-Estrutura e Aspectos Socioeconômicos ..... 12

**3. MUNICÍPIO DE APORÁ** ..... 37
3.1 Histórico ..... 37
3.2 Infra-Estrutura e Aspectos Socioeconômicos ..... 38

**4. MUNICÍPIO DE RIO REAL** ..... 63
4.1 Histórico ..... 63
4.2 Infra-Estrutura e Aspectos Socioeconômicos ..... 64

**5. BIBLIOGRAFIA** ..... 103

**ANEXOS**

I – Mapa Planimétrico

II – Mapa Topográfico

III – Mapa de Infra-Estrutura

# APRESENTAÇÃO

O Projeto Acajutiba-Aporá-Rio Real foi concebido para ser executado dentro das atividades do Programa Informações para Gestão Territorial — GATE, desenvolvido pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais — CPRM, empresa do Ministério de Minas e Energia, mediante cooperação técnica com as prefeituras municipais.

A seleção desses municípios deve-se, principalmente, à necessidade de se obterem dados, em escala adequada, sobre o meio físico, de modo a subsidiar os seus programas de desenvolvimento econômico, sem comprometer a preservação dos sistemas ecológicos da região.

A CPRM desenvolve atualmente, dentre as atividades do Programa GATE, uma linha de produtos voltada para a geração de informações básicas multidisciplinares, com vistas a fornecer subsídios à organização do espaço territorial dos municípios. Essa linha de atuação é oportuna, considerando que os dados usualmente tratados durante o desenvolvimento desse programa apresentam uma superposição com os necessários à elaboração de um plano-diretor municipal — PDM, aliado ao fato de que a recente definição da CPRM como Serviço Geológico do Brasil, implica que ela deve diversificar a sua geração de informações sobre o meio físico, de modo a interagir com outros segmentos da sociedade.

Com a promulgação da Constituição Federal (Artigo 182, parágrafo 1) e das constituições estaduais, os municípios passaram a contar com maiores atribuições quanto ao seu planejamento territorial e gerência do seu desenvolvimento, mediante a elaboração de planos-diretores municipais.

Um plano-diretor municipal busca equacionar problemas de natureza social, econômica, físico-territorial, institucional e de infra-estrutura, procurando estabelecer um conjunto de diretrizes a serem adotadas, por um período de tempo, como instrumento técnico-político-administrativo para promoção do desenvolvimento do município, considerando as potencialidades, tradições, vocações e carências locais, além dos aspectos ambientais.

A elaboração de um plano-diretor municipal abrange duas fases: a) levantamento de informações multidisciplinares, buscando a identificação dos principais problemas regionais; b) inter-relacionamento das informações levantadas para equacionamento dos problemas detectados, com participação de setores representativos da sociedade, bem como de organismos governamentais estaduais e federais.

A concepção atual dessa linha de atuação do Programa GATE estabelece que a abordagem técnica, a escala de trabalho, bem como a decisão sobre a elaboração dos vários mapas temáticos serão função das características e necessidades de cada região, devendo serem adotadas em harmonia com entidades do governo estadual e com as prefeituras.

Os municípios de Acajutiba, Aporá e Rio Real, que totalizam uma área de 1.678km$^2$, possuem economias baseadas, principalmente, na citricultura, na cultura de coco-da-baía, na pecuária e em atividades de reflorestamento.

A análise dos parâmetros econômicos desses municípios demonstrou a necessidade de elaboração dos mapas planimétrico, topográfico, de infra-estrutura, geológico, de solos, geomorfológico, hidrogeológico, de capacidade de uso das terras, de vegetação, de uso atual das terras, de riscos do sistema natural, hidrológico e geoambiental, além da realização de estudos climáticos.

O desenvolvimento desse projeto possibilitará que os referidos municípios possam interagir com várias entidades do governo estadual, a exemplo do Departamento de Desenvolvimento Florestal — DDF, Centro de Recursos Ambientais — CRA, Companhia de Engenharia Rural da Bahia — CERB e Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola — EBDA, bem como com entidades federais como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, Departamento Nacional da Produção Mineral — DNPM, além da CPRM.

Este volume apresenta os mapas planimétrico, topográfico e de infra-estrutura da área do projeto, além de uma compilação bibliográfica sobre as informações históricas e socioeconômicas.

# CAPÍTULO 1

## INTRODUÇÃO

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), cumprindo sua função de Serviço Geológico do Brasil, e as prefeituras municipais de Acajutiba, Aporá e Rio Real, apresentam, através deste projeto, o estado atual do conhecimento sobre o meio físico desses municípios, como contribuição para o planejamento da região.

O desenvolvimento desse trabalho está em sintonia com a atual preocupação da sociedade com os efeitos da ação antrópica sobre o meio ambiente, o que exige medidas para preservação das áreas de beleza cênica, momentos geológicos, sítios arqueológicos, da flora e da fauna, visando a garantir a preservação dos sistemas ecológicos.

Os municípios de Acajutiba (249km$^2$), Aporá (721km$^2$) e Rio Real (708km$^2$) totalizam uma área de 1.678km$^2$ (Anexo I) e estão situados na região nordeste do estado da Bahia (Figura 1.1). As altitudes variam entre 40 a 240m (Anexo II).

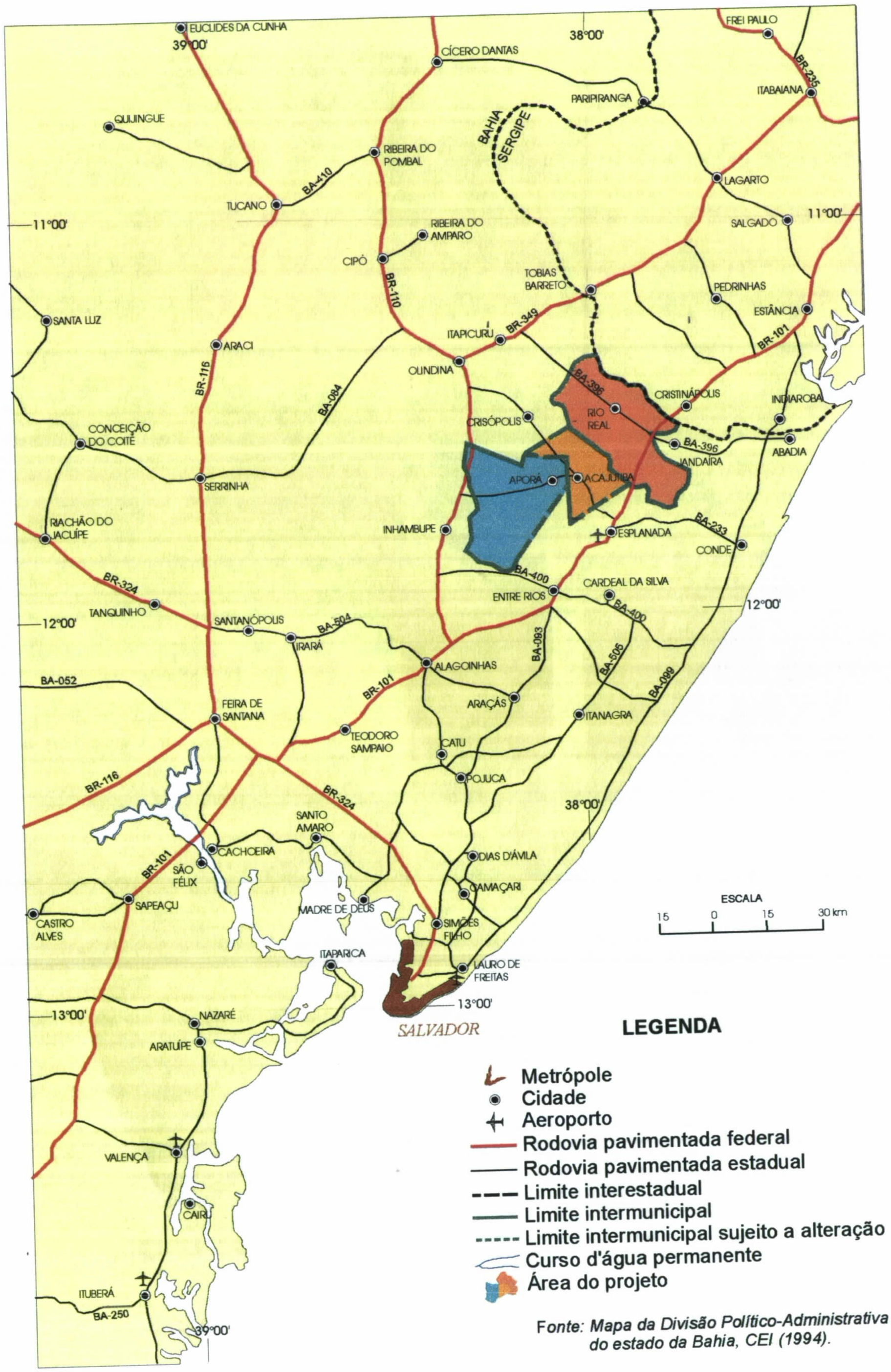
A partir de Salvador, o acesso às sedes municipais pode ser efetuado por estradas asfaltadas (Figura 1.2), segundo as alternativas apresentadas na Tabela 1.1.

De acordo com os critérios adotados pelo governo do estado da Bahia, a área desses três municípios está situada na região econômica denominada Litoral Norte.

Segundo o Perfil Regional elaborado pelo CEI (1994), a ocupação dessa área está ligada à implantação da colonização portuguesa no litoral do Brasil, através da cultura da cana-de-açúcar nos vales dos rios. A sua proximidade com o Recôncavo, o pólo irradiador da ocupação do território baiano, marca as sucessivas modalidades de integração da região à economia baiana. Afora os núcleos formados a partir da condição de região de passagem, a sua ocupação sempre foi lenta e rarefeita, através de grandes fazendas de pecuária e de cana. Nesse contexto, houve uma alternância de culturas, ao sabor das demandas do mercado externo à região, caracterizando-a como fornecedora de variados bens ao Recôncavo Norte e a Salvador. Assim, após o refluxo da cana, assiste-se à expansão da cultura do coco-da-baía no litoral e, mais tarde, da laranja nos tabuleiros. A região passa então a fornecer, além da lenha, do carvão, da carne e dos produtos de couro dos tempos coloniais, o coco e as frutas, o feijão, os derivados do leite e os objetos de palha. A pecuária regional mantém seu relativo destaque, principalmente por sua condição de bacia leiteira ligada ao abastecimento da Região Metropolitana de Salvador.

Ainda segundo o Perfil Regional do Litoral Norte elaborado pelo CEI (1994), os principais acontecimentos com impacto no desenvolvimento econômico dessa região foram os seguintes:

- a expansão da pecuária a partir da Casa da Torre de Garcia D'Ávila, nos séculos XVI e XVII, para o norte e para o vale do São Francisco, quando se estabelecem os caminhos entre o Recôncavo e regiões longínquas, que passavam pelo atual Litoral Norte ou nele se bifurcavam. A ocupação da região começa a se definir nesse processo, no qual ganham importância as estradas de boiadas e os seus pontos de pouso e feiras de gado;
- a implantação das estradas de ferro, no século XIX, o que estabelece uma nova modalidade de integração à região dominante, com impactos no povoamento e no sistema urbano. A Estrada de Ferro Bahia/São Francisco teve o primeiro ramal implantado entre Salvador e Alagoinhas, onde se bifurcava, com um ramal para Sergipe e outro para Juazeiro;
- a implantação dos campos de extração de petróleo no Litoral Norte, nas décadas de 1950 e 1960, incorporando essa região à Região de Produção da Bahia da Petrobras, sediada em Salvador, o que veio redefinir sua integração com o novo Recôncavo que começava o seu processo de industrialização;




*Fonte: Mapa da Divisão Político-Administrativa do estado da Bahia, CEI (1994).*

**Figura 1.1** — Mapa de situação da área do Projeto Acajutiba-Aporá-Rio Real.

*Fonte: Mapa da Divisão Político-Administrativa do estado da Bahia, CEI (1994).*

## LEGENDA

- Metrópole
- Cidade
- Aeroporto
- Rodovia pavimentada federal
- Rodovia pavimentada estadual
- Limite interestadual
- Limite intermunicipal
- Limite intermunicipal sujeito a alteração
- Curso d'água permanente
- Área do projeto

**Figura 1.2 —** Mapa de localização da área do projeto em relação às principais vias de acesso rodoviário.

| Alternativa A | | | Alternativa B | | | Alternativa C | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Trechos** | **Rodovia** | **km** | **Trechos** | **Rodovia** | **km** | **Trechos** | **Rodovia** | **km** |
| Salvador / Simões Filho | BR-324 | 22 | Salvador / BR-101 | BR-324 | 92 | Salvador (rótula aeroporto) / Km 0 da Linha Verde | BA-099 | 56 |
| Simões Filho / Pojuca | BA-093 | 46 | BR-101 / Alagoinhas | BR-101 | 59 | Km 0 da Linha Verde / Conde | BA-099 | 101 |
| Pojuca / BR-101 | BA-093 | 65 | Alagoinhas / BA-093 | BR-101 | 46 | Conde / Abadia | BA-099 | 37 |
| BR-101 / Entre Rios | BR-101 | 4 | BA-093 / Entre Rios | BR-101 | 4 | Abadia / Jandaíra | BA-396 | 30 |
| Entre Rios / Esplanada | BR-101 | 26 | Entre Rios / Esplanada | BR-101 | 26 | Jandaíra / Loreto | BA-396 | 11 |
| Esplanada / BA-233 | BR-101 | 3 | Esplanada / BA-233 | BR-101 | 3 | Loreto / Rio Real | BA-396 | 8 |
| BA-233 / Acajutiba | BA-233 | 14 | BA-233 / Acajutiba | BA-233 | 14 | Loreto / BA-233 | BR-101 | 28 |
| Acajutiba / Aporá | BA-233 | 6 | Acajutiba / Aporá | BA-233 | 6 | BA-233 / Acajutiba | BA-233 | 14 |
| BA-233 / Loreto | BR-101 | 28 | Esplanada / Loreto | BR-101 | 31 | Acajutiba / Aporá | BA-233 | 6 |
| Loreto / Rio Real | BA-396 | 8 | Loreto / Rio Real | BA-396 | 8 | | | |
| SALVADOR - ACAJUTIBA | | 180 | | | 244 | | | 277 |
| SALVADOR - APORÁ | | 186 | | | 250 | | | 283 |
| SALVADOR - RIO REAL | | 202 | | | 266 | | | 243 |

**Tabela 1.1** — Acesso rodoviário às sedes municipais de Acajutiba, Aporá e Rio Real, a partir de Salvador.

- a integração do mercado nacional, da qual a BR-116, finalizada na década de 1960, é um dos maiores símbolos materiais, que redefine as relações de Salvador com o resto do país;
- a construção das BR-101 e BR-110, na década de 1970;
- o deslocamento das atividades de reflorestamento que se desenvolvia no sul do país, para outras regiões, em busca da auto-suficiência nacional em papel e celulose, associada internamente, na Bahia, à crescente demanda de carvão vegetal pelas empresas de ferro-liga do Centro Industrial de Aratu — CIA e do Complexo Petroquímico de Camaçari — COPEC, mas também pela Companhia Ferro Ligas da Bahia — FERBASA que se instala em Pojuca. A crise do petróleo também estava presente, e o Conselho Nacional de Petróleo — CNP passou a obrigar a substituição do óleo combustível nas caldeiras das usinas termoelétricas. Com isso, o estado definiu em 1976 a criação de distritos florestais na Bahia, entre os quais o Distrito Florestal do Litoral Norte — DFLN, abrangendo 763.000ha nos tabuleiros dos municípios de Jandaíra, Conde, Esplanada, Entre Rios, Cardeal da Silva, Alagoinhas, Catu, Pojuca, Itanagra e Mata de São João. A concentração fundiária e o preço baixo das terras, aliados às condições climáticas favoráveis, definiram a escolha do Litoral Norte. No documento que estabelece o zoneamento florestal do estado, propunha-se a ocupação de "áreas estagnadas ou marginalizadas que não apresentassem alternativas para utilização agrícola mais lucrativa". O Litoral Norte tornou-se o distrito de maior taxa de ocupação e maior concentração relativa de reflorestamento, em relação aos distritos do oeste e do extremo sul. Apesar da desaceleração sofrida posteriormente pelo reflorestamento e do caráter especulativo no uso dos recursos públicos por empresas "fantasmas" e projetos inviáveis, foi grande o seu impacto em termos de ocupação das terras no Litoral Norte. Além de empresas locais, como a Copene Energética S.A. — COPENER e a Eletro Siderúrgica Brasileira S.A. — SIBRA, muitas empresas de outros estados implantaram florestas de eucaliptos e pínus na maioria dos municípios da região. Evidentemente novos postos de trabalho foram criados, com base em novas relações, mas essa uniformização maciça do uso do solo, numa região sem grande dinamismo econômico, acentuou a concentração fundiária, provocou a mudança da propriedade da terra e agravou o problema da desocupação da mão-de-obra rural. Por seu turno, o trabalho sazonal no reflorestamento fez surgir os bóias-frias, que também vão contribuir para o crescimento das periferias das maiores cidades da região;
- a ocupação recentemente das terras com a citricultura, recuperando uma antiga atividade econômica regional. Esse processo se dá por expansão da região de produção de laranja do vizinho estado de Sergipe. A laranja, segundo os últimos dados disponíveis, já é o principal produto agrícola regional, em termos de valor de produção, suplantando o coco-da-baía, do qual o Litoral Norte é uma das principais regiões produtoras no Nordeste.

A região Bahia-Sergipe de produção de laranja é atualmente a segunda do país, após São Paulo, que domina a industrialização de sucos em nível internacional.

# CAPÍTULO 2

MUNICÍPIO DE ACAJUTIBA

## 2.1 Histórico

A cidade de Acajutiba, originada do povoado de Cajueiro, pertenceu ao extinto município de Vila Rica, criado pela Lei Estadual nº 278, de 26.08.1898, com sede no distrito de Bom Jesus, criado pela Lei Estadual nº 245, de 04.07.1898.

O município de Vila Rica foi extinto pela Lei Estadual nº 442, de 28.08.1901 e restaurado pela Lei Estadual nº 983-A, de 04.08.1913. Pela Lei Estadual nº 1.236, de 14.05.1918, a sede desse município foi transferida para o povoado de Cajueiro, elevado à categoria de vila.

O distrito de Cajueiro foi criado pela Lei Estadual nº 1.941, de 22.04.1927, que dividiu em dois o distrito de Bom Jesus.

Os decretos estaduais nº 7.455, de 23.06.1931, e nº 7.479, de 08.07.1931, extinguiram o município de Vila Rica, anexando-o ao município de Esplanada.

Restaurado anos depois, o município de Vila Rica foi novamente extinto pelo Decreto nº 9.673, de 13.08.1935, passando o distrito de Cajueiro, a partir dessa data, a pertencer ao município de Conde.

Em 1937, o distrito de Cajueiro passou ao domínio do município de Esplanada. Posteriormente o seu nome, em virtude do Decreto Estadual nº 12.978, de 01.07.1944, foi modificado para Acajutiba.

Pela Lei Estadual nº 505, de 28.11.1952, foi criado o município de Acajutiba, constituído por um único distrito, com sede na vila desse nome e desmembrado do município de Esplanada.

Segundo o Arquivo de Limites Municipais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia — SEI, a lei vigente sobre o município de Acajutiba é a de nº 628, de 30.12.1953, publicada no Diário Oficial de 09.02.1954, que estabelece os seguintes limites municipais:

- com o município de Inhambupe: começa no centro da lagoa do Brandão, segue em reta até a foz do riacho Pequara no rio Gangu, pelo qual sobe até a foz do riacho Jenipapo;
- com o município de Itapicuru: começa na foz do riacho Jenipapo, no riacho Gangu, daí em reta até a nascente do riacho Pendenga, pelo qual desce até sua foz no rio Itapicuru;
- com o município de Rio Real: começa na foz do riacho Pendenga, no rio Itapicuru, pelo qual desce até o marco existente no lugar denominado Poço, à sua margem;
- com o município de Esplanada: começa no rio Itapicuru, no marco no lugar Poço, daí em reta até o marco no lugar Sapé e daí em reta até o centro da lagoa Brandão;

As outras leis, mais recentes, que referem ao município de Acajutiba, são as seguintes:

Lei do município de Crisópolis:

- com o município de Acajutiba: começa no rio Itapicuru, na foz do riacho Pendenga; sobe por este até sua nascente; daí em reta até a foz do rio Jenipapo, no rio Gangu.

Lei do município de Aporá:

- com o município de Acajutiba: começa na foz do riacho Jenipapo, no rio Gangu, desce por este até a foz do riacho Pequara, daí em reta até o centro da lagoa Brandão.

Em 1914, o povoado de Cajueiro possuía apenas 20 casas formando a comunidade. Atraídas pela fertilidade de suas terras, várias famílias foram gradativamente ali se fixando, promovendo a evolução da localidade.

Em 1907, surgiram os trilhos da Viação Federal Leste Brasileiro, cuja estação foi inaugurada em fevereiro de 1910, ligando o povoado à capital do estado, o que provocou grande progresso, principalmente para o comércio local.

Na área central da cidade havia um frondoso cajueiro, sob cuja sombra protetora se abrigavam os feirantes, originando o nome Cajueiro, posteriormente mudado para Acajutiba, que,

segundo Teodoro Sampaio, significa cultura de cambarás[1] e cajueiro.

Os naturais do município denominam-se acajutibenses.

Dentre os festejos realizados no município, merece destaque a festa de Nossa Senhora das Candeias, padroeira local, que ocorre no dia 02 de fevereiro.

## 2.2 Infra-Estrutura e Aspectos Socioeconômicos

Em nível de planejamento do governo estadual, o município recebe as seguintes classificações:

- Microrregião Homogênea Alagoinhas
- Região de Planejamento Litoral Norte
- Região Administrativa Alagoinhas
- Região Econômica Litoral Norte

A economia do município está relacionada à agricultura (coco-da-baía, mandioca, feijão, milho, laranja e maracujá), à pecuária e às atividades de reflorestamento.

Desse elenco, a principal atividade praticada é a cultura de coco-da-baía, da qual, segundo informações locais, o município teria a liderança estadual. Isso entretanto não está refletido na Tabela 2.29, que apresenta a relação dos mais destacados municípios baianos produtores de coco.

A explicação local para essa divergência é que as estatísticas abrangeriam apenas a parcela da produção destinada à indústria, passível de tributação, enquanto a produção de Acajutiba é destinada basicamente ao consumo na forma natural.

A Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia (SEAGRI), objetivando o estudo das alternativas de investimento no estado, elaborou em 1996 o trabalho *Frutas: A Caminho de um Grande Mercado*, que apresenta um diagnóstico sobre a cultura de coco-da-baía no estado. Dessa publicação, são transcritas as seguintes informações:

- "O continente asiático é responsável por 85% da oferta mundial de coco-da-baía, que é da ordem de 44 milhões de toneladas (1994).
- Os principais produtores da Ásia são a Indonésia e a Filipinas, que juntos contribuíram com 64% da produção dessa região.
- A posição do Brasil no cenário mundial é pouco expressiva, contribuindo com aproximadamente 2% da produção.
- Segundo a Associação Brasileira de Produtores de Coco, em 1994 o Brasil precisou importar 17.000 toneladas do produto, e, nesse período, a previsão era de uma elevação da importação de mais 5.000 toneladas em 1995. O coco entra no Brasil pela metade do preço do produto que é aqui produzido.
- Os países que fornecem o produto ao Brasil (Filipinas, Indonésia, Malásia, Sirilanka e Costa do Marfim) desenvolvem a produção de forma subsidiada;
- Em 1994, as 15 indústrias brasileiras processadoras de coco absorveram um total de 15.000 toneladas de matéria-prima.
- Apesar dos recursos que algumas empresas vêm investindo no plantio de seus coqueirais, o Brasil apresenta o mais baixo rendimento do mundo, pela ocorrência de coqueirais subespontâneos, manejo inadequado, doenças, pragas e carências minerais, o que resulta em uma perda de mais de 50% da produção.
- As variedades encontradas no Brasil são, na grande maioria, a *gigante*, que produz a partir do sétimo ano e apresenta uma produtividade de 50 a 60 cocos/planta/ano, e a variedade *anã*, que produz a partir do terceiro ano com uma produtividade de 100 a 120 cocos/planta/ano. Apesar dessas vantagens, a ocorrência de pragas e doenças incide com maior veemência na variedade *anã*.

---

[1] Segundo o *Novo Dicionário Aurélio*, trata-se de pequena árvore da família das compostas (*Moquinia polymorpha*), muito dispersa em lugares abertos, de flores agregadas em pequenos capítulos, e cuja madeira, conquanto de pequena espessura, é resistente ao contato com a água, sendo utilizada em rodas de moinho d'água.

- A grande maioria da oferta brasileira vem da região nordestina que deteve em média, no período 1990-94, 82% da produção nacional e 93% da área colhida no país.
- A Bahia lidera a produção de coco no Nordeste, sendo responsável por 25% da oferta nacional.
- Na Bahia o cultivo é de natureza extensiva. A idade dos coqueiros e a ausência de tratos culturais são fatores responsáveis pelo baixo rendimento do produto. Além disso, o uso de mudas não-selecionadas para a implantação de novos cultivos e a quase inexistência de controle fitossanitário se constituem em elementos impeditivos ao crescimento mais expressivo do volume de produção, assim como qualquer incentivo às exportações. Sendo assim, é possível afirmar que a atividade é de grande potencial, mas ainda de baixo retorno;
- De 1990 a 1994 o estado da Bahia manteve uma participação média de 25,2% de oferta nacional de coco, e 23% da área colhida.
- Dentro do estado, as principais regiões produtoras (Litoral Norte, Litoral Sul, Extremo Sul e Metropolitana) foram responsáveis por mais de 93% da produção baiana, considerando a média no período 1990-94, sendo que a primeira sozinha contribuiu com 64% dessa produção.
- De 1990 a 1994, os principais municípios produtores do estado foram, por ordem de importância, Conde e Jandaíra, que juntos responderam por 61% da produção média estadual.
- No estado da Bahia, a quase totalidade da produção é usada para alimentação humana, na sua forma natural ou industrializada, e só o refugo vai para o fabrico de óleo, principal derivado do coco.
- O coco-da-baía, entre 1990 e 1994, apresenta uma contribuição média de 46,9 milhões de reais para a formação do Valor Bruto da Produção Agrícola do estado, ocupando o quarto lugar dentre as 15 principais frutas que se destacam na formação desse agregado.
- Merecem referência ainda as peculiaridades do coqueiro como uma planta onde tudo é aproveitado, desde a raiz, estipe[2], folhas, palmito e, sobretudo, o fruto que gera produtos para a alimentação, indústria têxtil, artesanal, ourivesaria e metalurgia.
- No processamento industrial, obtém-se o óleo e o leite de coco, além da torta que serve para a alimentação animal como fonte de proteína e energia. A água de coco é rica em açúcar, sais minerais e potássio.
- A copra[3] é utilizada para a extração do óleo comestível, matéria-prima na fabricação de margarina, borracha sintética, cosméticos, fluidos para freios hidráulicos de avião, inseticidas, na indústria de sabões, na fabricação de álcool, de detergentes.
- Outro importante derivado é o coco ralado, com baixíssimo grau de umidade (3%), apreciado em confeitarias, sorveterias, pastelarias, por causa de suas elevadas propriedades alimentícias, aroma e sabor agradável.
- No mercado interno, o coco natural ocupa a maior parcela do mercado;
- A Bahia e outras regiões produtoras fornecem para os mercados do Sul e Centro-Sul o coco seco e verde, sendo, portanto, um espaço econômico e comercial garantido para os produtores nordestinos, mas é preciso explorar efetivamente o mercado nacional de derivados industrializados de coco, para melhor aproveitar o potencial do estado."

Andrade (1998) elaborou um artigo contendo observações em relação ao *agribusiness* do coco. Desse trabalho são transcritas as seguintes observações:

- considerando que manter a população no campo exige menos investimento do que nas cidades, países como as Filipinas, a Indonésia, o Sri Lanka e a Costa do Marfim preferem investir na formação de grandes áreas de coqueiros para, em seguida, lotear e distribuir com pequenos sitiantes, que ainda recebem financiamentos com juros subsidiados para aquisição de máquinas e insumos. Tudo é feito com critério e sob controle do Estado, que ganha oferecendo oportunidade aos sem-terra ou reordenando a sua estrutura agrária;

---

[2] Caule das palmeiras.

[3] Amêndoa do coco seca e preparada para se extrair dela o copraol (substância gordurosa, empregada na preparação de supositórios, velas etc.).

- com exceção das áreas novas, principalmente as do Pará e as irrigadas do Nordeste, os coqueirais brasileiros são cultivados sem os cuidados mínimos, especialmente no que se refere ao uso de mudas selecionadas, de fertilizantes e controle fitossanitário. Não existe preocupação nas áreas tradicionais, com a produtividade, com a qualidade e com a competitividade;
- apesar da importância econômica e social dessa cultura, a sua exploração no país "se desenvolve de forma extrativista, evidenciada pelos baixos rendimentos alcançados e elevados custos de produção" (CPATC/EMBRAPA). A revisão desse quadro é ponto essencial no cenário do *agribusiness* do coco no Brasil. Nada pode ser feito no sentido de estancar a importação de um produto com amplo mercado interno, sem oferecer aos produtores tecnologias eficientes e econômicas, que proporcionem maior produtividade, qualidade e rentabilidade da cultura;
- no Brasil não é comum a comercialização da fibra, da copra, do óleo, da torta, do endocarpo e de outros produtos e subprodutos do coco. A perspectiva de explorar faixas distintas do mercado de produtos e subprodutos de uma mesma cultura representa aumento de rentabilidade e maiores oportunidades na comercialização da safra;
- a tradição de venda do coco seco, a dispersão espacial dos coqueiros, a falta de difusão da tecnologia disponível, as dificuldades infraestruturais (especialmente energia e estradas) e a ausência de suporte de pesquisa e desenvolvimento restringem as oportunidades oferecidas pelo cultivo de coqueiro.

Em relação ao reflorestamento, um dos problemas é representado por incêndios que podem ocorrer quase todos os anos. Conforme reportagem de 03.11.1997, do jornal *A Tarde*, as chamas, embora pequenas, podem se espalhar com o vento atingindo grandes áreas, gerando desastres ecológicos e perigo para o trânsito de veículos por causa da fumaça que atinge as pistas tirando a visibilidade dos motoristas.

Os principais dados levantados sobre a infraestrutura (Anexo III) e sobre os aspectos socioeconômicos estão apresentados nas Tabelas 2.1 a 2.34.

| Ano | População Residente | | | Taxa de Urbanização (%) | Densidade Demográfica (hab./km²) |
|---|---|---|---|---|---|
| | Urbana | Rural | Total | | |
| 1970 | 5.911 | 3.959 | 9.870 | 59,89 | 39,63 |
| 1980 | 6.635 | 4.904 | 11.539 | 57,50 | 46,34 |
| 1991 | 9.737 | 3.176 | 12.913 | 75,40 | 51,86 |
| 1996 | 10.584 | 2.618 | 13.202 | 80,17 | 53,02 |

*Fonte: IBGE e CEI.*

**Tabela 2.1** — População municipal de Acajutiba.

| População | Homens | Mulheres | Total |
|---|---|---|---|
| Urbana | 5.211 | 5.373 | 10.584 |
| Rural | 1.378 | 1.240 | 2.618 |
| Total | 6.589 | 6.613 | 13.202 |

*Fonte: IBGE.*

**Tabela 2.2** — População do município de Acajutiba (1996).

| População | Domicílios | População Residente | Média de Moradores por Domicílio |
|---|---|---|---|
| Urbana | 2.502 | 10.568 | 4,22 |
| Rural | 546 | 2.612 | 4,78 |
| Total | 3.048 | 13.180 | 4,32 |

*Fonte: IBGE.*

**Tabela 2.3** — Domicílios no município de Acajutiba (1996).

| Sexo do Chefe do Domicílio | Domicílios | População Residente | Média de Moradores por Domicílio |
|---|---|---|---|
| Homens | 2.302 | 10.572 | 4,59 |
| Mulheres | 746 | 2.608 | 3,50 |
| Total | 3.048 | 13.180 | 4,32 |

*Fonte: IBGE.*

**Tabela 2.4** — Sexo do chefe do domicílio (1996).

| Sexo | Outra Unidade da Federação | Mesma Unidade da Federação | País Estrangeiro | Ignorado | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| Homens | 63 | 172 | 2 | - | 237 |
| Mulheres | 70 | 194 | - | - | 264 |
| Total | 133 | 366 | 2 | - | 501 |

*Fonte: IBGE (1996).*

**Tabela 2.5** — Pessoas não-residentes no município de Acajutiba em 01.09.1991 e origem do movimento migratório.

| Faixa Etária (Anos) | Ano | | |
|---|---|---|---|
| | 1970 | 1980 | 1991 |
| 0 a 4 | 1.552 | 1.822 | 1.626 |
| 5 a 9 | 1.426 | 1.681 | 1.803 |
| 10 a 14 | 1.320 | 1.546 | 1.806 |
| 15 a 19 | 1.075 | 1.277 | 1.433 |
| 20 a 24 | 766 | 849 | 953 |
| 25 a 29 | 562 | 601 | 777 |
| 30 a 39 | 976 | 1.015 | 1.287 |
| 40 a 49 | 874 | 889 | 1.021 |
| 50 a 59 | 604 | 782 | 793 |
| 60 a 69 | 421 | 579 | 751 |
| 70 e mais | 282 | 488 | 636 |
| Ignorada | 12 | 10 | 8 |
| Total | 9.870 | 11.539 | 12.894 |

*Fonte: IBGE e CEI.*

**Tabela 2.6** — Faixa etária da população municipal de Acajutiba.

| Ano | Residencial | Industrial | Comercial | Rural | Outros | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1980 | 435.164 | - | 98.324 | 800 | 282.039 | 816.327 |
| 1985 | 897.480 | - | 157.208 | 15.564 | 632.972 | 1.703.224 |
| 1990 | 1.567.492 | 8.317 | 191.341 | 46.706 | 896.731 | 2.710.587 |
| 1997 | 1.262.000 | 66.000 | 127.000 | 60.000 | 673.000 | 2.188.000 |

*Fonte: COELBA e CEI.*

**Tabela 2.7** — Consumo de energia elétrica (kWh) — município de Acajutiba.

| Ano | Residencial | Industrial | Comercial | Rural | Outros | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1980 | 996 | - | 64 | 2 | 17 | 1.079 |
| 1985 | 1.927 | - | 96 | 35 | 24 | 2.082 |
| 1990 | 2.605 | 8 | 110 | 55 | 30 | 2.808 |
| 1997 | 3.244 | 32 | 130 | 52 | 45 | 3.503 |

*Fonte: COELBA e CEI.*

**Tabela 2.8** — Consumidores de energia elétrica — município de Acajutiba.

| Local | Nº de Ligações | | | | | Consumo Mensal ($m^3$) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Residencial | Comercial | Industrial | Poder Público | Total | |
| Acajutiba | 1.818 | 82 | - | 32 | 1932 | 19.320 |

*Fonte: EMBASA (fev./1998).*

**Tabela 2.9** — Abastecimento de água — município de Acajutiba.

| Local | Nº de Salas | Nº de Alunos | | Nº de Professores |
|---|---|---|---|---|
| | | Pré-Escolar | 1ª à 4ª Série | |
| Trav. João Machado (1) | 04 | - | 181 | 06 |
| J. J. Seabra (1) | 04 | - | 159 | 06 |
| Rua Santa Terezinha (1) | 02 | - | 148 | 05 |
| Rua Castro Alves (1) | 02 | - | 100 | 05 |
| Rua Severino Vieira (1) | 04 | - | 280 | 09 |
| Lagoeta | 02 | - | 120 | 05 |
| Sete Casas | 01 | - | 22 | 01 |
| Tijuco | 02 | - | 61 | 02 |
| Pau de Candeia | 02 | - | 99 | 04 |
| Canatubiá | 02 | - | 200 | 06 |
| Benedito | 02 | - | 181 | 06 |
| Marambaia | 04 | - | 185 | 08 |
| Retiro | 02 | - | 130 | 04 |
| Saco do Rocha (Foto 2.7) | 04 | - | 258 | 10 |
| Fazenda Genipapo | 01 | - | 44 | 01 |
| Rio de Pedra | 02 | - | 41 | 02 |
| Cumbe de Cima | 01 | | 40 | 02 |
| Total | 41 | - | 2.249 | 82 |

(1) Sede Municipal.
*Fonte: Prefeitura Municipal.*

**Tabela 2.10** — Escolas municipais de Acajutiba.

| Escolas | Nº de Salas | Nº de Alunos | | | Nº de Professores |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Alfab. | 1º Grau | 2º Grau (1) | |
| Colégio Cenecista | 10 | 51 | 707 | 148 | 22 |
| Escola Estadual Oscar Correia | 4 | | 380 | | 13 |
| Colégio Democ. Profª Mª Esperança | 9 | | 519 | 137 | 22 |
| Grupo Escolar Prof. Carlos Barros | 4 | | 124 | | 06 |
| Total | | 51 | 1730 | 285 | 63 |

(1) Cursos Magistério e Administração
*Fonte: Prefeitura Municipal.*

**Tabela 2.11** — Escolas estaduais na sede do município de Acajutiba.

| Escola | Número de Alunos | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Pré-Escolar | Alfab. | 1ª à 4ª Série | 5ª à 8ª Série |
| Vovô Silvano | 41 | 24 | 100 | 33 |
| Sonho de Criança | 81 | 22 | 19 | - |
| Padre José de Anchieta | 47 | 26 | 141 | 69 |
| Total parcial | 169 | 72 | 260 | 102 |
| Total | 603 | | | |

*Fonte: Prefeitura Municipal.*

**Tabela 2.12** — Escolas particulares — município de Acajutiba.

| Idade | Pré-Escolar | Alfabetização de Adultos | 1º Grau | 2º Grau | Superior | Sem Declaração | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 4 a 6 | 386 | - | 74 | - | - | 5 | 465 |
| 7 a 14 | 131 | - | 2.296 | 3 | - | 4 | 2.434 |
| 15 ou mais | - | 1 | 1.073 | 189 | 5 | 6 | 1.274 |
| Ignorada | - | - | 2 | | - | - | 2 |
| Total | 517 | 1 | 3.445 | 192 | 5 | 15 | 4.175 |

*Fonte: IBGE (1996).*

**Tabela 2.13** — Pessoas de 04 anos ou mais de idade que freqüentam escola no município de Acajutiba.

| | |
|---|---|
| Nº de salas de aula das escolas municipais/100 habitantes | 0,31 |
| Nº de salas de aula das escolas municipais/100km$^2$ | 16,46 |
| % dos alunos que freqüentam escolas municipais | 45,73 |
| % dos alunos que freqüentam escolas estaduais | 42,01 |
| % dos alunos que freqüentam escolas particulares | 12,26 |
| Relação professor/aluno nas escolas municipais | 27,42 |

**Tabela 2.14** — Índices educacionais no município de Acajutiba (1997).

| | |
|---|---|
| Hospitais | 1 |
| Nº de leitos | 22 |
| Posto de saúde (bairro Marambaia) | 1 |
| Médicos | 10 |
| Dentistas | 2 |
| Analista bioquímico | 1 |
| Laboratório bioquímico | 1 |
| Enfermeiro (nível superior) | 1 |
| Aux. enfermagem | 4 |
| Agente de saúde | 6 |
| Parteiras práticas | 4 |

*Fonte: Prefeitura Municipal.*

**Tabela 2.15** — Assistência médica (1997).

| Município | Leitos/ 1.000 hab. | Médicos/ 1.000 hab. | Dentistas/ 1.000 hab. |
|---|---|---|---|
| Acajutiba | 1,66 | 0,75 | 0,15 |

**Tabela 2.16** — Indicadores de serviço de saúde (1997).

| Denominação | Nº de Aposentos | Nº de Leitos |
|---|---|---|
| Hotel Riso | 09 | 20 |
| Hotel Brasil | 08 | 12 |

**Tabela 2.17** — Hotéis e pousadas em Acajutiba.

| Local | Nº de Terminais | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Residencial | Comercial | Telefone Público | Posto de Serviço |
| Acajutiba | 306 | 35 | 10 | 02 |
| Canatubiá | | | | 01 |
| Saco do Rocha | | | | 01 |
| Gangu | | | | 01 |

*Fonte: TELEBAHIA (1997).*

**Tabela 2.18** — Serviço telefônico no município de Acajutiba.

| Ano | Nº de Telefones |
|---|---|
| 1985 | 176 |
| 1990 | 172 |
| 1997 | 356 |

*Fonte: TELEBAHIA e CEI.*

**Tabela 2.19** — Telefones em serviço no município de Acajutiba.

| Ano | Veículos Registrados |
|---|---|
| 1990 | 171 |
| 1991 | 203 |
| 1992 | 217 |
| 1993 | 236 |
| 1994 | 251 |
| 1995 | 254 |
| 1996 | 243 |

*Fonte: DETRAN e CEI.*

**Tabela 2.20** — Veículos registrados no município de Acajutiba.

| Eleição | Ano | Eleitorado | Total de Votos | Voto | | Abstenções | Abstenções/ Eleitorado (%) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Branco | Nulo | | |
| Governador | 1986 | 5.542 | 5.224 | 518 | 189 | 313 | 5,65 |
| Prefeito | 1988 | 6.788 | 5.968 | 351 | 229 | 820 | 12,08 |
| Presidente | 1989 | 6.873 | 5.369 | 131 | 246 | 1.504 | 21,88 |
| Governador | 1990 | 6.969 | 5.389 | - | - | 1.580 | 22,67 |
| Prefeito | 1992 | 7.856 | 6.277 | 684 | 427 | 1.579 | 20,10 |
| Plebiscito | 1993 | 7.734 | 4.038 | - | - | 3.696 | 47,79 |
| Presidente | 1994 | 7.896 | 5.970 | 829 | 951 | 1.926 | 24,39 |
| Governador | 1994 | 7.896 | 5.970 | 1.595 | 568 | 1.926 | 24,39 |
| Prefeito | 1996 | 8.828 | 7.186 | 120 | 148 | 1.642 | 18,60 |

*Fonte: TRE e CEI.*

**Tabela 2.21** — Eleitorado municipal de Acajutiba.

| Países | Quantidade $10^3$t | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 1979-1981 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 |
| Ásia | 28.847 | 36.259 | 37.870 | 36.789 | 37.492 |
| Indonésia | 11.307 | 14.395 | 14.202 | 14.307 | 14.800 |
| Filipinas | 9.142 | 8.923 | 9.384 | 9.063 | 9.050 |
| Índia | 4.192 | 7.475 | 8.452 | 7.700 | 7.800 |
| Sri Lanka | 1.692 | 1.660 | 1.745 | 1.597 | 1.704 |
| Outros | 2.514 | 3.806 | 4.087 | 4.131 | 4.138 |
| Oceania | 2.344 | 1.752 | 2.010 | 1.986 | 1.993 |
| Nova Guiné | 835 | 618 | 794 | 790 | 790 |
| Vanuatu | 326 | 262 | 260 | 259 | 259 |
| Fiji | 217 | 203 | 244 | 200 | 201 |
| Outros | 966 | 642 | 712 | 738 | 745 |
| África | 1.636 | 1.768 | 1.697 | 1.700 | 1.690 |
| Moçambique | 453 | 425 | 425 | 425 | 425 |
| Tanzânia | 310 | 350 | 350 | 360 | 365 |
| Gana | 255 | 225 | 220 | 220 | 220 |
| Costa do Marfim | 156 | 289 | 237 | 225 | 213 |
| Outros | 462 | 479 | 465 | 470 | 467 |
| América do Norte e Central | 1.409 | 1.613 | 1.765 | 1.633 | 1.639 |
| México | 851 | 1.005 | 1.122 | 990 | 990 |
| Jamaica | 172 | 96 | 114 | 115 | 115 |
| República Dominicana | 69 | 169 | 160 | 160 | 160 |
| Outros | 317 | 343 | 369 | 368 | 376 |
| América do Sul | 854 | 1.303 | 1.249 | 1.170 | 1.245 |
| Brasil | 507 | 851 | 891 | 823 | 878 |
| Venezuela | 160 | 205 | 179 | 151 | 167 |
| Colômbia | 64 | 130 | 74 | 89 | 92 |
| Guiana | 30 | 48 | 48 | 48 | 49 |
| Outros | 93 | 69 | 57 | 59 | 59 |
| Total Mundial | 35.090 | 42.668 | 44.591 | 43.278 | 44.059 |

*Fonte: Anuário FAO. SEAGRI.*

**Tabela 2.22** — Produção mundial de coco.

| Ano | Produção (t) | Área Colhida (ha) | Rendimento (kg/ha) |
|---|---|---|---|
| 1990 | 477.372 | 213.908 | 2.232 |
| 1991 | 553.170 | 231.446 | 2.390 |
| 1992 | 579.165 | 239.760 | 2.416 |
| 1993 | 544.372 | 231.660 | 2.350 |
| 1994 | 597.234 | 237.038 | 2.519 |

*Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal. SEAGRI.*

**Tabela 2.23** — Produção, área colhida e rendimento médio de coco no Brasil.

| Ano | Produção (t) | Área Colhida (ha) | Rendimento (kg/ha) |
|---|---|---|---|
| 1990 | 402.804 | 198.006 | 2.035 |
| 1991 | 453.614 | 212.592 | 2.134 |
| 1992 | 473.688 | 221.779 | 2.136 |
| 1993 | 432.453 | 213.915 | 2.022 |
| 1994 | 474.852 | 217.617 | 2.182 |

*Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal. SEAGRI.*

**Tabela 2.24** — Produção, área colhida e rendimento médio de coco no Nordeste.

| Ano | Produção (t) | Área Colhida (ha) | Rendimento (kg/ha) |
|---|---|---|---|
| 1990 | 122.535 | 48.561 | 2.523 |
| 1991 | 132.922 | 51.535 | 2.579 |
| 1992 | 143.753 | 54.362 | 2.644 |
| 1993 | 135.774 | 53.086 | 2.558 |
| 1994 | 157.428 | 57.547 | 2.736 |

*Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal. SEAGRI.*

**Tabela 2.25** — Produção, área colhida e rendimento médio de coco na Bahia.

| Ano | Produção (%) | Área Colhida (%) |
|---|---|---|
| 1990 | 26,67 | 22,70 |
| 1991 | 24,03 | 22,27 |
| 1992 | 24,82 | 22,67 |
| 1993 | 24,94 | 22,92 |
| 1994 | 26,84 | 24,76 |

*Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal. SEAGRI.*

**Tabela 2.26** — Participação percentual de produção e área colhida. Bahia/Brasil.

| Ano | Produção (%) | Área Colhida (%) |
|---|---|---|
| 1990 | 30,42 | 24,53 |
| 1991 | 29,30 | 24,24 |
| 1992 | 30,35 | 24,51 |
| 1993 | 31,39 | 24,82 |
| 1994 | 33,33 | 26,55 |

*Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal. SEAGRI.*

**Tabela 2.27** — Participação percentual de produção e área colhida. Bahia/ Nordeste.

| Principais Regiões Econômicas | Produção (t) | | | | | Média (1990-94) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | |
| Litoral Norte | 81.371 | 82.320 | 87.753 | 88.793 | 99.679 | 87.983 |
| Litoral Sul | 16.034 | 24.078 | 27.488 | 19.204 | 21.331 | 21.627 |
| Extremo Sul | 10.284 | 11.427 | 11.447 | 10.923 | 18.899 | 12.596 |
| Metropolitana | 6.855 | 7.084 | 7.580 | 8.385 | 8.228 | 7.626 |
| Subtotal | 114.544 | 124.909 | 134.267 | 127.304 | 148.137 | 129.832 |
| Outras | 7.992 | 8.014 | 9.485 | 8.470 | 9.291 | 8.650 |
| Total do Estado | 122.535 | 132.922 | 143.753 | 135.774 | 157.428 | 138.483 |

*Fonte: IBGE/PAM. Produção Agrícola Municipal.*
Elaboração: CER/SEAGRI.

**Tabela 2.28** — Principais regiões produtoras de coco na Bahia.

| Municípios | Produção Média (t) |
|---|---|
| Conde | 30.966 |
| Jandaíra | 28.642 |
| Esplanada | 7.592 |
| Cairu | 6.653 |
| Valença | 5.896 |
| Rio Real | 5.148 |
| Outros | 53.585 |
| Estado da Bahia | 138.482 |

*Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal.*
Elaboração: CER/SEAGRI.

**Tabela 2.29** — Produção média de coco-da-baía nos principais municípios produtores. Bahia, 1990-1994.

| Rebanho | 1980 | 1985 | 1988 | 1989 | 1994 |
|---|---|---|---|---|---|
| Bovinos | 11.816 | 11.791 | 18.561 | 19.489 | 33.766 |
| Eqüinos | 760 | 856 | 1.050 | 1.102 | 1.685 |
| Suínos | 560 | 677 | 1.428 | 1.500 | |
| Ovinos | 1.361 | 1.258 | 280 | 294 | |
| Aves | 8.254 | 18.411 | 25.286 | 26.550 | |

*Fonte: IBGE, CEI, SEI/CAR.*

**Tabela 2.30** — Efetivo dos principais rebanhos no município de Acajutiba.

| | | | |
|---|---|---|---|
| Ano de criação | | | 1952 |
| Região econômica | | | Litoral Norte |
| Distância para Salvador | | | 179 |
| Área ($km^2$) | | | 249 |
| População (1991) | Total | | 12.894 |
| | Classificação no estado | | 276° |
| | Rural | | 3.166 |
| | Classificação no estado | | 388° |
| | Urbana | | 9.728 |
| | Classificação no estado | | 111° |
| Taxa de urbanização | | | 75,45 |
| Classificação no estado | | | 35° |
| Taxa geométrica crescimento anual (1980-1991) | | | 1,01 |
| População estimada - 1995 | | | 13.292 |
| Lavouras temporárias (1994) | Área plantada (ha) | | 436 |
| | Área colhida (ha) | | 436 |
| | Classificação no estado | | 327° |
| Lavouras permanentes (1994) | Área colhida (ha) | | 1.949 |
| | Classificação no estado | | 116° |
| Módulo Fiscal (ha) - 1994 (1) | | | 30 |
| Fração Mínima de Parcelamento (ha) - 1994 (2) | | | 2 |
| Cultura de coco-da-baía (1994) | Área plantada (ha) | | 1.430 |
| | Quantidade produzida (1.000 frutos) | | 10.010 |
| | Rendimento médio (frutos/ha) | | 7.000 |
| | Valor (Mil Reais) | | 1.201 |
| | Classificação no estado | | 11° |
| Efetivos dos principais rebanhos (1994) | bovinos | | 33.766 |
| | eqüinos | | 1.685 |
| Estabelecimentos industriais, registrados na Junta Comercial da Bahia, por ramos (1995) | Total | | 16 |
| | Classificação no estado | | 125° |
| | Minerais não-metálicos | | 2 |
| | Metalurgia | | 4 |
| | Mobiliário | | 1 |
| | Química | | 2 |
| | Produtos alimentares | | 2 |
| | Construção | | 2 |
| | Diversos | | 3 |
| Estabelecimentos comerciais registrados na Junta Comercial da Bahia (1995) | Total | | 175 |
| | Classificação no estado | | 193° |
| | Varejo | | 172 |
| | Classificação no estado | | 189° |
| | Atacado | | 3 |
| | Classificação no estado | | 113° |
| Parque hoteleiro (1992-1995) | Hotéis | | 1 |
| | Quartos | | 6 |
| | Leitos | | 12 |
| | Classificação no estado | | 134° |
| Estabelecimentos bancários (1995) | Banco do Brasil | Agência | - |
| | | Posto de Serviço | 1 |
| | BANEB | Agência | - |

*Fonte: Classificação dos Municípios Baianos. Informações Básicas (SEI/CAR), 1996.*

**Tabela 2.31A** — Dados econômicos, sociais e de infra-estrutura do município de Acajutiba.

| | | | |
|---|---|---|---|
| Veículos registrados no DETRAN (1995) | | Total | 254 |
| | | Veículos/100 habitantes | 1,91 |
| | | Classificação no estado | 111° |
| | | Automóveis | 124 |
| | | Caminhões | 33 |
| | | Ônibus | 4 |
| | | Outros | 93 |
| Terminais telefônicos (1995) | Em Serviço | Número | 227 |
| | | 100 (n° telefones/população) | 1,71 |
| | | Classificação no estado | 77° |
| | Instalados | Número | 448 |
| | | 100 (n° telefones/população) | 3,37 |
| | | Classificação no estado | 34° |
| Agência de Correios | | | 1 |
| Consumo de energia elétrica (1995) | Classe de consumo (MWh) | Industrial | 97 |
| | | Comercial | 227 |
| | | Rural | 82 |
| | | Residencial | 2.287 |
| | | Outros | 1.108 |
| | Número de consumidores residenciais | | 3.289 |
| | Consumo residencial (kWh)/habitante | | 172,06 |
| | Classificação no estado | | 51° |
| Cobertura escolar (1994) | (%) Cobertura(3) | Pré-escolar | 30 |
| | | 1° Grau | 90,5 |
| | Matrículas/ano (4) | | 12,3 |
| | Sobrevivência 4ª série (5) | | 268 |
| | (%) Taxas de analfabetismo (6) | Urbana | 42 |
| | | Rural | 57 |
| | | Total | 45 |
| | | Classificação no estado | 28° |
| Estabelecimentos de ensino do 1° Grau | Total | Urbano | 11 |
| | | Rural | 11 |
| | | Total | 22 |
| | Estaduais | Urbano | 3 |
| | | Rural | - |
| | | Total | 3 |
| | Municipais | Urbano | 5 |
| | | Rural | 11 |
| | | Total | 16 |
| | Particulares | Urbano | 3 |
| | | Rural | - |
| | | Total | 3 |
| Funções docentes do 1° Grau (7) | Total | Urbano | 127 |
| | | Rural | 36 |
| | | Total | 163 |
| | Estaduais | Urbano | 49 |
| | | Rural | - |
| | | Total | 49 |
| | Municipais | Urbano | 34 |
| | | Rural | 36 |
| | | Total | 70 |
| | Particulares | Urbano | 44 |
| | | Rural | - |
| | | Total | 44 |

*Fonte: Classificação dos Municípios Baianos. Informações Básicas (SEI/CAR), 1996.*

**Tabela 2.31B** — Dados econômicos, sociais e de infra-estrutura do município de Acajutiba.

| | | | |
|---|---|---|---|
| Estabelecimentos de ensino do 2° Grau (8) | Total | Urbano | 2 |
| | | Rural | - |
| | | Total | 2 |
| | Estaduais | Urbano | 1 |
| | | Rural | - |
| | | Total | 1 |
| | Particulares | Urbano | 1 |
| | | Rural | - |
| | | Total | 1 |
| Funções docentes do 2° Grau (7) | Total | Urbano | 22 |
| | | Rural | - |
| | | Total | 22 |
| | Estaduais | Urbano | 7 |
| | | Rural | - |
| | | Total | 7 |
| | Particulares | Urbano | 15 |
| | | Rural | - |
| | | Total | 15 |
| Unidades de saúde da rede do Sistema Único de Saúde (1995) | Centros | | 1 |
| | Postos | | 1 |
| | Hospitais | | - |
| | Leitos Hospitalares (9) | Contratados | - |
| | | Total | - |
| | Leitos/1.000 habitantes (9) | | - |
| | Classificação no estado | | 192° |
| Médicos e odontólogos da Secretaria de Saúde do Estado (1995) | Médicos | | - |
| | Médicos/1.000 habitantes | | - |
| | Classificação no estado | | 55° |
| | Odontólogos | | - |
| | Odontólogos/5.000 habitantes | | - |
| | Classificação no estado | | 71° |
| Mortalidade infantil (1993) | População de menores de 1 ano | | 325 |
| | Taxa de mortalidade (10) | | 75,19 |
| | Classificação no estado | | 293° |
| Cobertura vacinal em menores de 1 ano (11) | Pólio (%) | | 38,15 |
| | Classificação no estado | | 232° |
| | Tríplice (%) | | 69,23 |
| | Classificação no estado | | 108° |
| | Sarampo (%) | | 76,00 |
| | Classificação no estado | | 161° |
| | BCG (%) | | 90,46 |
| | Classificação no estado | | 151° |
| Condições de sobrevivência de crianças de 0 a 6 anos (1994) | População de 0 a 6 anos | | 2.361 |
| | Crianças em Domicílios com | Chefe com renda até 1 SM (%) | 58,6 |
| | | Chefe homem com menos de 1 ano de estudo (%) | 50,7 |
| | | Chefe mulher com menos de 1 ano de estudo (%) | 6,7 |
| | | Abastecimento de água inadequado (%) | 78,2 |
| | Índice de condições de sobrevivência | | 0,55 |
| | Classificação no estado | | 29° |

*Fonte: Classificação dos Municípios Baianos. Informações Básicas (SEI/CAR), 1996.*

**Tabela 2.31C** — Dados econômicos, sociais e de infra-estrutura do município de Acajutiba.

| | | | |
|---|---|---|---|
| Abastecimento de água (1991) | Domicílios totais | | 2.865 |
| | Canalização interna | | 955 |
| | Rede geral | | 846 |
| | Rede geral/domicílios (%) | | 29,53 |
| | Classificação no estado | | 119° |
| Instalação sanitária (1991) | Total | | 2.047 |
| | Total/domicílios (%) | | 71,45 |
| | Classificação no estado (%) | | 37° |
| Lixo coletado (1991) | Total | | 487 |
| | Total/domicílios (%) | | 17,00 |
| | Classificação no estado | | 211° |
| Receitas de transferências constitucionais (1995) (R$1,00) | Total | | 1.343.121 |
| | Total/população estimada para 1995 | | 101,05 |
| | Classificação no estado | | 183° |
| | Federais | Fundo de Participação dos Municípios | 1.200.282 |
| | | Imposto sobre Propriedade Territorial Rural | 94 |
| | Estaduais | Imposto sobre Circulação Mercadorias | 135.925 |
| | | Imposto sobre Produtos Industrializados | 4.593 |
| | | Imposto sobre Veículos Automotores | 2.228 |
| Benefícios concedidos pelo INSS (1995) | Total | | 2 |
| | Classificação no estado | | 358° |
| | Urbano | | - |
| | Classificação no estado | | 243° |
| | Rural | | 2 |
| | Classificação no estado | | 360° |
| | Valor: R$1,00 (outubro-1995) | | 200 |
| | Classificação no estado | | 381° |
| Chefe de família por faixa de renda SM (1991) | Total | | 2.877 |
| | 0 a ½ | | 619 |
| | % | | 21,52 |
| | ½ a 1 | | 1.174 |
| | % | | 40,81 |
| | 1 a 3 | | 799 |
| | % | | 27,77 |
| | 3 a 5 | | 79 |
| | % | | 2,75 |
| | 5 a 10 | | 52 |
| | % | | 1,81 |
| | 10 a + | | 31 |
| | % | | 1,08 |
| | Sem renda | | 117 |
| | % | | 4,07 |
| | Sem declarar | | 6 |
| | % | | 0,21 |
| Estimativa de famílias indigentes 1990 (12) | Absoluta | | 1.640 |
| | Relativa | | 55,90 |
| | Classificação no estado | | 145° |

*Fonte: Classificação dos Municípios Baianos. Informações Básicas (SEI/CAR), 1996.*

**Tabela 2.31D** — Dados econômicos, sociais e de infra-estrutura do município de Acajutiba.

(1) Referência mínima para cobrança de ITR.
(2) Menor área para fracionamento de um imóvel rural.
(3) A cobertura do pré-escolar refere-se à faixa de 5-6 anos, enquanto a cobertura do primeiro grau refere-se à faixa de 7-14 anos.
(4) Conjunto de anos-matrícula (contando os anos-matrícula dispendidos com evadidos e repetentes) que é realizado para formar um aluno nas quatro séries iniciais do primeiro grau.
(5) Número em cada mil alunos que ingressam no primeiro grau e são aprovados na quarta série.
(6) Relativo a pessoas acima de 15 anos. As melhores colocações foram atribuídas às menores taxas de analfabetismo.
(7) O mesmo professor pode exercer mais de uma função docente.
(8) Constam apenas estabelecimentos em atividade.
(9) Inclui as clínicas e respectivos leitos.
(10) Relação entre número de óbitos registrados em menores de 1 ano, e a população de menores de 1 ano, multiplicada por 1.000.
(11) Atribui-se, geralmente, à população subestimada coberturas vacinais superiores a 100%.
(12) Famílias cuja renda familiar corresponde, no máximo, ao valor de aquisição da cesta básica de alimentos.

| | |
|---|---|
| Área ($km^2$) | 249 |
| km de rodovia pavimentada | 6,10 |
| km de rodovia pavimentada/área | 2,45 |
| Classificação rodovia pavimentada/área | 214° |
| População - 1994 | 13.191 |
| Consumo energia elétrica (MWh) | 3.929 |
| Consumo energia elétrica/100 habitantes | 29,78 |
| Classificação consumo energia elétrica | 94° |
| Número de estabelecimentos bancários | - |
| Classificação estabelecimentos bancários | 321° |
| Número de telefones | 154 |
| Número de telefones/100 habitantes | 1,17 |
| Classificação número de telefones/100 habitantes | 129° |
| Número de estabelecimentos comerciais | 20 |
| Número de estabelecimentos de serviços | 3 |
| Número total de estabelecimentos (comerciais + serviços) | 23 |
| Número de estabelecimentos/1.000 habitantes | 1,74 |
| Classificação estabelecimentos (comerciais + serviços) | 136° |
| Índice de infra-estrutura | 10,87 |
| Classificação do índice de infra-estrutura | 85° |
| Matrículas 1° grau | 3.556 |
| Matrículas 2° grau | 178 |
| Matrículas curso professor | - |
| Relação matrículas/população | 28,3 |
| Índice de qualificação de mão-de-obra (CAP) | 28,31 |
| Classificação índice de qualificação de mão-de-obra | 94° |
| Índice de renda municipal (IRM) | 5,60 |
| Classificação índice de renda municipal | 174° |
| Índice de desenvolvimento econômico (IDE) | 11,99 |
| Classificação em relação aos demais municípios baianos | 116° |

*Fonte: Classificação dos Municípios Baianos. Informações Básicas (SEI/CAR), 1996.*

**Tabela 2.32** — Índice de desenvolvimento econômico, informações básicas e indicadores do município de Acajutiba.

| | |
|---|---|
| População (1994) | 13.191 |
| Doenças redutíveis por imunização | 2 |
| Doenças redutíveis por saneamento básico | 4 |
| Total doenças transmissíveis | 6 |
| Sintomas, sinais e afecções mal definidas | 45 |
| Total de óbitos registrados | 113 |
| Coeficiente doenças transmissíveis/100.000 habitantes | 45,48 |
| Classificação coeficiente doenças transmissíveis | 77° |
| % de óbitos por sintomas mal definidos | 39,82 |
| Classificação % óbitos sintomas mal definidos | 139° |
| Índice do nível de saúde | 42,56 |
| Classificação do índice de saúde | 80° |
| Matrículas de 1° grau | 3.556 |
| Matrículas de 2° grau | 178 |
| Relação número matrículas/população | 28,31 |
| Índice de nível educacional | 28,31 |
| Classificação do índice educacional | 94° |
| Consumo residencial de energia elétrica (MWh) | 1.940 |
| Consumo energia elétrica/100 habitantes | 14,71 |
| Classificação consumo energia elétrica | 52° |
| Consumo água tratada ($m^3$) | 150.989 |
| Consumo de água/100 habitantes | 1.144,61 |
| Classificação consumo água tratada | 173° |
| Índice de oferta de serviços básicos (ISB) | 259,49 |
| Classificação índice serviços básicos | 106° |
| Renda média dos chefes de família (RMC) | 51.291,98 |
| Classificação da renda média dos chefes de família | 111° |
| Índice de desenvolvimento social (IDS) | 54,55 |
| Classificação do índice de desenvolvimento social | 57° |

*Fonte: Classificação dos Municípios Baianos. Informações Básicas (SEI/CAR), 1996.*

**Tabela 2.33** — Índice de desenvolvimento social, informações básicas e indicadores do município de Acajutiba.

| | | |
|---|---|---|
| Cultura de coco-da-baía | (1994) | 11° |
| Taxa de analfabetismo | (1994) | 28° |
| Índice de condições de sobrevivência - 0 a 6 anos | (1994) | 29° |
| (Nº de terminais telefônicos instalados/população)x100 | (1995) | 34° |
| Taxa de urbanização | (1991) | 35° |
| Instalações sanitárias | (1991) | 37° |
| Consumo residencial de energia (kWh)/habitante | (1995) | 51° |
| Consumo energia elétrica/100 habitantes | | 52° |
| Nº de médicos/1.000 habitantes | (1995) | 55° |
| Índice de desenvolvimento social (IDS) | | 57° |
| Nº de odontólogos/5.000 habitantes | (1995) | 71° |
| (Nº de terminais telefônicos em serviço/população)x100 | (1995) | 77° |
| Coeficiente doenças transmissíveis | | 77° |
| Índice do nível de saúde | | 80° |
| Índice de infra-estrutura | | 85° |
| Consumo energia elétrica/100 habitantes | | 94° |
| Índice de qualificação de mão-de-obra | | 94° |
| Índice educacional | | 94° |
| Oferta de serviços básicos | | 106° |
| Cobertura vacinal tríplice | (1995) | 108° |
| Nº de veículos registrado no DETRAN/100 habitantes | (1995) | 111° |
| Renda média dos chefes de família | | 111° |
| Área com lavoura permanente | (1994) | 116° |
| Índice de desenvolvimento econômico (IDE) | | 116° |
| Abastecimento de água | (1994) | 119° |
| Nº de estabelecimentos industriais registrados na Junta Comercial da Bahia | (1995) | 125° |
| Nº de telefones/100 habitantes | | 129° |
| Parque hoteleiro | (1992-1995) | 134° |
| Nº de estabelecimentos (comerciais + serviços)/1.000 habitantes | | 136° |
| % de óbitos por sintomas mal definidos | | 139° |
| Estimativa de famílias indigentes | (1990) | 145° |
| Cobertura vacinal BCG | (1995) | 151° |
| Cobertura vacinal sarampo | (1995) | 161° |
| Consumo água tratada/100 habitantes | | 173° |
| Índice de renda municipal | | 174° |
| Receitas de transferências constitucionais | (1995) | 183° |
| Nº de leitos hospitalares/1.000 habitantes | (1995) | 192° |
| Nº de estabelecimentos comerciais registrados na Junta Comercial da Bahia | (1995) | 193° |
| Coleta de lixo | | 211° |
| Rodovia pavimentada/área | | 214° |
| Cobertura vacinal pólio | (1995) | 232° |
| População | (1991) | 276° |
| Taxa de mortalidade infantil | (1993) | 293° |
| Nº de estabelecimentos bancários/1.000 habitantes | | 321° |
| Área com lavoura temporária | (1994) | 327° |
| Benefícios concedidos pelo INSS | (1995) | 358° |

*Fonte: Classificação dos Municípios Baianos. Informações Básicas (SEI/CAR), 1996.*

**Tabela 2.34** — Classificação do município de Acajutiba em relação aos demais municípios do estado, considerando dados econômicos, sociais e de infra-estrutura.

**Foto 2.1** - Vista da praça da matriz na sede municipal.

**Foto 2.2** - Estilo arquitetônico na sede municipal.

**Foto 2.3** - Arquitetura na sede municipal.

**Foto 2.4** - Culturas de laranja e coco-da-baía, além da área com atividades de reflorestamento.

**Foto 2.5** - Cultura de coco-da-baía.

**Foto 2.6** - Área com prática de reflorestamento.

**Foto 2.7** - Prédio escolar municipal.

**Foto 2.8** - Casa comunitária de fabricação de farinha.

# CAPÍTULO 3

MUNICÍPIO DE APORÁ

## 3.1 Histórico

O município de Aporá foi criado pela Lei Estadual nº 1.021, de 14.08.1958, publicada no Diário Oficial de 15.08.1958, desmembrado do município de Inhambupe.

Segundo o Arquivo de Limites Intermunicipais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia — SEI, essa lei estabelece os seguintes limites municipais e distritais:

- com o município de Inhambupe: começa no marco no lugar Bebedouro no rio Inhambupe, por este acima até a foz do riacho Ribeiro, pelo qual sobe até sua nascente; daí em reta na direção norte até encontrar os limites com o município de Itapicuru;
- com o município de Itapicuru: começa no ponto de interseção da reta de direção norte tirada na nascente do riacho Ribeiro, com a reta que partindo da nascente do rio Paiaiá ou Carrapatinho, limita os municípios de Inhambupe e Itapicuru que, continuando, vai até a foz do riacho Jenipapo no rio Gangu;
- com o município de Acajutiba: começa na foz do riacho Jenipapo no rio Gangu, desce por este até a foz do riacho Pequara, daí em reta até o centro da lagoa do Brandão;
- com o município de Esplanada: começa no centro da lagoa do Brandão, segue em reta até o marco no lugar Cana-Brava no rio da Serra;
- com o município de Entre Rios: começa no lugar Cana-Brava no rio da Serra e segue em reta até o lugar Bebedouro no rio Inhambupe;

— Limites Distritais

- entre os distritos de Itamira e Aporá: começa no marco no lugar Cana-Brava no rio da Serra, sobe por este até a sua nascente, daí em reta até a nascente do riacho do Jenipapo, pelo qual desce até sua foz no rio Gangu.
- A outra lei, mais recente, que se refere ao município, é a relativa ao município de Crisópolis, que estabelece o seguinte limite com município de Aporá: começa na foz do rio Jenipapo no rio Gangu; daí em reta em direção à nascente do rio Paiaiá ou Carrapatinho até encontrar seu ponto de interseção com a reta de direção norte que parte da nascente do rio Ribeiro.

Cachimbos, panelas e colares encontrados na fazenda Muriti, onde funcionava um antigo engenho, são testemunhos da presença dos indígenas na área do município.

A construção mais antiga identificada na região foi uma pequena igreja abandonada, com uma imagem de Nossa Senhora da Conceição, supostamente construída em 1705, pelos jesuítas ou por um fazendeiro.

A paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Aporá foi criada pelo alvará de 16.01.1817, tendo sido desmembrada da freguesia de Inhambupe.

A igreja da sede municipal foi construída entre 1864-1870, época da guerra do Paraguai. O país necessitava de voluntários e quem trabalhasse na construção não iria para a guerra e receberia alguns alimentos como pagamento.

Silva (1997) cita que, em 1875, Antônio Conselheiro, que foi o maior edificador de igrejas dos sertões da Bahia, na zona compreendida entre os rios São Francisco, Vaza-Barris e Itapicuru, por onde peregrinou durante quase um quarto de século (1874-1897), procurou o vigário da freguesia de Aporá, padre João José Barbosa, oferecendo-se para concluir o cemitério local, iniciado pelos padres lazaristas. Queria, porém, autorização eclesiástica para rezar o terço e pregar aos fiéis. Consultado o Vigário Capitular, o pedido foi recusado. Inconformado com a decisão, Antônio Conselheiro não continuou os trabalhos por ele começados. Deixando a sede da freguesia, passou, desobedientemente, a pregar em outros sítios, num procedimento que o padre procurou impedir. As autoridades locais não lhe deram o necessário apoio, queixando-se o vigário de Aporá, a 30 de agosto, numa correspondência enviada ao mesmo Vigário Capitular, da difícil situação em que se encontrava, sem forças para afastar de sua freguesia o peregrino. Outras reclamações, no mesmo sentido, foram encaminhadas no ano seguinte.

As cartas conhecidas indicam o agravamento da situação. O Conselheiro fazia perigar, num trecho do território sertanejo, o poder da autoridade eclesiástica, observando-se, não raro, uma acentuada divergência entre os representantes do Estado e da Igreja. Em alguns lugares, os padres combatiam o Conselheiro, enquanto os delegados o amparavam, e vice-versa. Tal procedimento, com efeito, estaria condicionado às próprias discordâncias locais, muitas vezes determinadas pelas posições políticas adversas. Em verdade, porém, era a própria autoridade, policial ou religiosa, que se ia enfraquecendo a olhos vistos. A inacabada tarefa do cemitério de Aporá é um dos poucos trabalhos de que se tem notícias como efetuados antes da prisão do beato, ocorrida em 1876. Preso e enviado para Quixeramobim, sua vila natal, onde foi posto em liberdade no mesmo ano, porque nenhum crime cometera, Antônio Conselheiro teria retornado ao nordeste baiano, havendo informação, embora vaga, do seu reaparecimento em 1877, quando a seca assolava as terras sertanejas. A partir de 1877, aumentou extraordinariamente a popularidade do Conselheiro, cuja palavra era ouvida com o maior respeito e as determinações rigorosamente observadas. Fazer igrejas e cemitérios era a ordem do chefe messiânico. Informados da ação construtiva do Conselheiro, choviam os pedidos dos pontos mais distanciados, não sendo alheios a eles os próprios vigários das freguesias, que faziam concessões, permitindo mesmo suas pregações.

Dentre os festejos populares realizados no município, merecem destaque as seguintes comemorações:

a) 19 de março: São José — realizada no distrito de Itamira;
b) 13 de junho: Santo Antônio — com missa festiva, procissão e desfile de vaqueiros;
c) 16 de agosto: São Roque — com missa festiva, procissão e presença de romeiros;
d) 27 de setembro: Cosme e Damião;
e) 8 de dezembro: Nossa Senhora da Conceição (padroeira de Aporá).

### 3.2 Infra-Estrutura e Aspectos Socioeconômicos

Em nível de planejamento do governo estadual, o município recebe as seguintes classificações:

| | |
|---|---|
| • Microrregião Homogênea | Alagoinhas |
| • Região de Planejamento | Litoral Norte |
| • Região Administrativa | Alagoinhas |
| • Região Econômica | Litoral Norte |

A economia do município está relacionada principalmente à pecuária e à agricultura (feijão, milho, coco-da-baía, mandioca e laranja).

Os principais dados levantados sobre a infra-estrutura (Anexo III) e sobre os aspectos socioeconômicos estão apresentados nas Tabelas 3.1 a 3.26.

| Ano | População Residente | | | Taxa de Urbanização (%) | Densidade Demográfica (hab./km²) |
|---|---|---|---|---|---|
| | Urbana | Rural | Total | | |
| 1970 | 1.491 | 10.672 | 12.163 | 12,26 | 16,87 |
| 1980 | 2.626 | 10.533 | 13.159 | 19,96 | 18,25 |
| 1991 | 5.931 | 9.768 | 15.703 | 37,80 | 21,78 |
| 1996 | 5.878 | 9.028 | 14.906 | 39,43 | 20,67 |

*Fonte: IBGE e CEI.*

**Tabela 3.1** — População do município de Aporá.

| População | Homens | Mulheres | Total |
|---|---|---|---|
| Urbana | 2.898 | 2.980 | 5.878 |
| Rural | 4.648 | 4.380 | 9.028 |
| Total | 7.546 | 7.360 | 14.906 |

*Fonte: IBGE.*

**Tabela 3.2** — População do município de Aporá (1996).

| Distrito | População | Homens | Mulheres | Total |
|---|---|---|---|---|
| Aporá | Urbana | 1.650 | 1.729 | 3.379 |
| | Rural | 1.638 | 1.534 | 3.172 |
| | Total | 3.288 | 3.263 | 6.551 |
| Itamira | Urbana | 1.248 | 1.251 | 2.499 |
| | Rural | 3.010 | 2.846 | 5.856 |
| | Total | 4.258 | 4.097 | 8.355 |

*Fonte: IBGE.*

**Tabela 3.3** — População do município de Aporá por distritos (1996).

| População | Domicílios | População Residente | Média de Moradores por Domicílio |
|---|---|---|---|
| Urbano | 1.460 | 5.874 | 4,02 |
| Rural | 2.237 | 9.015 | 4,03 |
| Total | 3.697 | 14.889 | 4,03 |

*Fonte: IBGE.*

**Tabela 3.4** — Domicílios no município de Aporá (1996).

| Chefe | Domicílios | População Residente | Média de Moradores por Domicílio |
|---|---|---|---|
| Homem | 2.912 | 12.546 | 4,31 |
| Mulher | 785 | 2.343 | 2,98 |
| Total | 3.697 | 14.889 | 4,03 |

*Fonte: IBGE.*

**Tabela 3.5** — Domicílios no município de Aporá (1996).

| População | Outra Unidade da Federação | Mesma Unidade da Federação | País Estrangeiro | Ignorado | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| Homem | 87 | 223 | - | 3 | 313 |
| Mulher | 85 | 233 | - | 2 | 320 |
| Total | 172 | 456 | - | 5 | 633 |

*Fonte: IBGE (1996).*

**Tabela 3.6** — Pessoas não-residentes no município de Aporá em 01.09.1991 e origem do movimento migratório.

| Faixa Etária (Anos) | Ano | | |
|---|---|---|---|
| | 1970 | 1980 | 1991 |
| 0 a 4 | 1.927 | 1.946 | 1.871 |
| 5 a 9 | 1.783 | 1.897 | 2.096 |
| 10 a 14 | 1.734 | 1.848 | 2.114 |
| 15 a 19 | 1.280 | 1.369 | 1.738 |
| 20 a 24 | 750 | 870 | 1.167 |
| 25 a 29 | 657 | 711 | 980 |
| 30 a 39 | 1.050 | 1.245 | 1.574 |
| 40 a 49 | 986 | 1.008 | 1.390 |
| 50 a 59 | 919 | 910 | 1.007 |
| 60 a 69 | 614 | 805 | 887 |
| 70 e mais | 417 | 545 | 903 |
| IGNORADA | 46 | 5 | 15 |
| Total | 12.163 | 13.159 | 15.742 |

*Fonte: IBGE e CEI.*

**Tabela 3.7** — Faixa etária da população municipal de Aporá.

| Ano | Residencial | Industrial | Comercial | Rural | Outros | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1980 | 197.762 | - | 96.363 | - | 108.576 | 402.701 |
| 1985 | 400.695 | 3.255 | 185.177 | 28.177 | 227.287 | 844.591 |
| 1990 | 758.399 | 17.051 | 223.093 | 79.107 | 315.605 | 1.393.255 |
| 1997 | 790.000 | 24.000 | 161.000 | 70.000 | 396.000 | 1.441.000 |

*Fonte: COELBA e CEI.*

**Tabela 3.8** — Consumo de energia elétrica (kWh) do município de Aporá.

| Ano | Residencial | Industrial | Comercial | Rural | Outros | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1980 | 415 | - | 86 | - | 14 | 515 |
| 1985 | 778 | 3 | 111 | 66 | 34 | 992 |
| 1990 | 1.177 | 11 | 128 | 114 | 45 | 1.475 |
| 1997 | 2.144 | 25 | 147 | 118 | 65 | 2.499 |

*Fonte: COELBA e CEI.*

**Tabela 3.9** — Consumidores de energia elétrica do município de Aporá.

| Local | Nº de Ligações | | | | | Consumo Mensal ($m^3$) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Residencial | Comercial | Industrial | Poder Público | Total | |
| Sede Municipal | 838 | 35 | - | 12 | 885 | 8.850 |
| Itamira | 848 | 86 | - | 15 | 949 | 9.490 |

*Fonte: EMBASA (fev/1998).*

**Tabela 3.10** — Abastecimento de água — município de Aporá.

| Escola / Local | Nº de Salas | Nº de Alunos | | Nº de Professores |
|---|---|---|---|---|
| | | Pré-Escolar | 1ª à 4ª Série | |
| Paulo Freire - Pov. Limpo | 01 | 02 | 25 | 01 |
| Murilo Hingel - Pov. Laginha | 01 | 04 | 36 | 02 |
| Tancredo Neves - Pov. Campo Grande | 01 | 07 | 35 | 02 |
| São João - Pov. Rio do Meio | 02 | 06 | 27 | 02 |
| Josaphat Marinho - Canto do Saco | 01 | 02 | 18 | 01 |
| Hermenegildo Pinto - Pov. Tamanduá | 01 | 01 | 25 | 01 |
| José Bonifácio - Pov. Mangabeira | 02 | - | - | 02 |
| José B. Evangelista - Queimada Velha | 01 | 07 | 55 | 02 |
| Profª. Izaura Maria - Pov. Estiva | 02 | 02 | 40 | 02 |
| Esmeralda Dantas - Pov. Lajes | 01 | 04 | 17 | 01 |
| Suzanita Barreto - Pov. Tigre | 01 | 02 | 18 | 01 |
| São Pedro - Pov. Riachão | 02 | 02 | 18 | 01 |
| São Bartolomeu - Pov. Periperi | 02 | 05 | 30 | 02 |
| Oliveira Brito - Aporá (1) | 09 | 44 | 296 | 26 |
| Machado de Assis - Pov. Barrajado (2) | 03 | 11 | 37 | 10 |
| Maria da Glória - Pov. Moita | 03 | 19 | 79 | 05 |
| Alberto Henrique - Pov. Criguindó | 01 | 03 | 17 | 01 |
| Nossa S. da Conceição - Olhos d'Água | 01 | 13 | 30 | 02 |
| Alfredo Nobel - Olhos d'Água | 01 | 06 | 14 | 01 |
| Profª. Sônia Mª. Lima - Pov. Lajinha | 01 | 05 | 29 | 02 |
| Manoel Mendes - Pov. Vaca Velha | 02 | 08 | 35 | 02 |
| Eliel Martins - Pov. Criolo | 02 | 09 | 32 | 02 |

(1) 5ª à 8ª séries com 85 alunos
(2) 5ª à 7ª séries com 53 alunos
*Fonte: Prefeitura Municipal.*

**Tabela 3.11A** — Escolas municipais de Aporá.

| Escola / Local | Nº de Salas | Nº de Alunos | | Nº de Professores |
|---|---|---|---|---|
| | | Pré-Escolar | 1ª à 4ª Série | |
| Rui Barbosa - Pov. Suriano | 02 | 12 | 33 | 02 |
| Theodoro J. dos Santos - Pov. Chapada (3) | 04 | 16 | 138 | 14 |
| Daniel Gonçalves - Pov. Tapuia | 01 | 01 | 30 | 02 |
| São Lázaro - Pov. Marcelina | 02 | 03 | 31 | 02 |
| Agenor Mendes - Pov. Candanbá | - | 10 | 14 | 01 |
| Centro Educ. Lauro Ferreira Sales - Pov. Tijuco | 04 | 18 | 68 | 05 |
| Waldir Pires - Pov. Pé de Serra | 02 | 02 | 26 | 02 |
| Dona Maria Freire - Pov. Rio das Pedras | 01 | 04 | 16 | 01 |
| João Durval Carneiro - Pov. Ladeira Vermelha | 01 | 08 | 36 | 02 |
| Roberto Santos - Pov. Sítio II | 02 | 08 | 14 | 02 |
| Rural de Itamira - Pov. Sítio I | 02 | 04 | 16 | 01 |
| Castro Alves - Pov. Pedrinhas (4) | 04 | 07 | 28 | 05 |
| Jorge Amado - Pov. Caraíba | 02 | 04 | 28 | 02 |
| Luiz Gama - Pov. Frade | 01 | 11 | 29 | 02 |
| Osvaldo Cruz - Pov. Rio da Caatinga | 01 | 03 | 17 | 01 |
| Tomé de Souza - Pov. Tamburi | - | 05 | 27 | 02 |
| Godofredo Mendes - Pov. Malhadinha | 01 | 02 | 18 | 01 |
| Profª. Regina Mendes - Pov. Jurema | - | 03 | 35 | 02 |
| Edvânia Mendes O. Santos - Pov. C. das Almas | - | 17 | 56 | 03 |
| Castelo Branco - Pov. Piçarra | 02 | 27 | 92 | 05 |
| Profº. Arivaldo Alves - Pov. Retiro de Fora | 02 | 13 | 60 | 03 |
| Agenor Mendes - Pov. Olhos d'Água | - | 07 | 24 | 02 |
| Escola Creche Monteiro Lobato - Dist. Itamira | 03 | 52 | - | 06 |
| Antônio C. Magalhães - Pov. Retiro de Dentro | 02 | 05 | 50 | 03 |
| Total | 80 | 404 | 1.799 | 141 |

(3) 5ª à 8ª séries com 120 alunos
(4) 5ª à 7ª séries com 32 alunos
*Fonte: Prefeitura Municipal.*

**Tabela 3.11 B** — Escolas municipais de Aporá.

| Escolas | Local | Grau | | Nº de Alunos | Nº de Professores |
|---|---|---|---|---|---|
| | | 1º | 2º | | |
| Profª. Áurea dos Humildes | Aporá | X | (1) | 328 | 20 |
| Osvaldo Sales Gonçalves | Aporá | X | | 219 | 15 |
| Jairo Azi | Itamira | X | (1-2) | 700 | 22 |
| Colégio Estadual | Itamira | X | | 220 | 09 |
| Senador Antonio C. Magalhães | Itamira | X | | 170 | 08 |
| Total | | | | 1.637 | 74 |

(1) Curso Magistério
(2) Curso Científico
*Fonte: Prefeitura Municipal.*

**Tabela 3.12** — Escolas estaduais no município de Aporá.

| Idade | Pré-Escolar | Alfabetização de Adultos | 1º Grau | 2º Grau | Pré Vestibular | Superior | Sem Declaração | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 4 a 6 | 308 | - | 160 | - | - | - | 5 | 473 |
| 7 a 14 | 36 | 1 | 2.475 | 2 | - | - | 8 | 2.522 |
| 15 ou mais | - | 11 | 899 | 185 | 3 | 10 | 2 | 1.110 |
| Ignorada | 1 | - | 3 | 1 | - | - | - | 5 |
| Total | 345 | 12 | 3.537 | 188 | 3 | 10 | 15 | 4.110 |

*Fonte: IBGE (1996).*

**Tabela 3.13** — Pessoas de 04 anos ou mais de idade que freqüentam escola no município de Aporá (1996).

| | |
|---|---|
| Nº de salas de aula das escolas municipais/100 habitantes | 0,53 |
| Nº de salas de aula das escolas municipais/100km$^2$ | 11,10 |
| % dos alunos que freqüentam escolas municipais | 57,37 |
| % dos alunos que freqüentam escolas estaduais | 42,63 |
| % dos alunos que freqüentam escolas particulares | - |
| Relação professor/aluno nas escolas municipais | 15,62 |

**Tabela 3.14** — Índices educacionais no município de Aporá.

| | |
|---|---|
| Hospitais | 1 |
| Nº de leitos | 40 |
| Centro de saúde (Aporá e Itamira) | 02 |
| Posto de saúde (Chapada) | 01 |
| Médicos | 08 |
| Dentistas | 02 |
| Bioquímico | 01 |
| Aux. enfermagem | 15 |
| Agente de saúde | 08 |
| Laboratório bioquímico | 01 |
| Parteiras | 04 |

*Fonte: Prefeitura Municipal de Aporá.*

**Tabela 3.15** — Assistência médica no município de Aporá (1997).

| Município | Leitos/ 1.000 hab. | Médicos/ 1.000 hab. | Dentistas/ 1.000 hab. |
|---|---|---|---|
| Aporá | 2,68 | 0,54 | 0,13 |

**Tabela 3.16** — Indicadores de serviço de saúde (1997).

| Denominação | Nº de Aposentos | Nº de Leitos | Local |
|---|---|---|---|
| Pensão Santo Antonio | 06 | 12 | Itamira |
| Pensão Cardoso | 04 | 08 | Aporá |

**Tabela 3.17** — Hotéis e pousadas no município de Aporá.

| Local | Nº de Terminais | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Residencial | Comercial | Telefone Público | Posto de Serviço |
| Aporá | 144 | 11 | 06 | 01 |
| Itamira | 73 | 10 | 01 | 01 |
| Barrajado | | | | 01 |
| Chapada | | | | 01 |
| Mangabeira | | | | 01 |
| Riachão | | | | 01 |
| Tijuco | | | 01 | |

*Fonte: TELEBAHIA.*

**Tabela 3.18** — Serviço telefônico no município de Aporá.

| Ano | Nº de Telefones |
|---|---|
| 1985 | 50 |
| 1990 | 86 |
| 1997 | 251 |

*Fonte: TELEBAHIA e CEI.*

**Tabela 3.19** — Telefones em serviço no município de Aporá.

| Ano | Veículos Registrados |
|---|---|
| 1990 | 48 |
| 1991 | 61 |
| 1992 | 65 |
| 1993 | 74 |
| 1994 | 92 |
| 1995 | 107 |
| 1996 | 124 |

*Fonte: DETRAN e CEI.*

**Tabela 3.20** — Veículos registrados no município de Aporá.

| Eleição | Ano | Eleitorado | Total de Votos | Voto | | Abstenções | Abstenções/ Eleitorado (%) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Branco | Nulo | | |
| Governador | 1986 | 6.110 | 5.619 | 831 | 296 | 491 | 8,04 |
| Prefeito | 1988 | 7.757 | 6.364 | 1.168 | 204 | 1.393 | 17,96 |
| Presidente | 1989 | 7.843 | 5.641 | 224 | 243 | 2.202 | 28,08 |
| Governador | 1990 | 7.926 | 5.680 | - | - | 2.246 | 28,34 |
| Prefeito | 1992 | 9.283 | 7.094 | 1.092 | 240 | 2.189 | 23,58 |
| Plebiscito | 1993 | 9.125 | 3.596 | - | - | 5.529 | 60,59 |
| Presidente | 1994 | 9.109 | 6.050 | 1.183 | 926 | 3.059 | 33,58 |
| Governador | 1994 | 9.109 | 6.050 | 2.102 | 489 | 3.059 | 33,58 |
| Prefeito | 1996 | 10.126 | 7.190 | 353 | 291 | 2.936 | 28,99 |

*Fonte: TRE e CEI.*

**Tabela 3.21** — Eleitorado municipal de Aporá.

| Rebanho | 1980 | 1985 | 1988 | 1989 | 1994 |
|---|---|---|---|---|---|
| Bovinos | 25.879 | 27.734 | 35.717 | 37.503 | 92.874 |
| Eqüinos | 2.806 | 3.894 | 5860 | 6.153 | 9.590 |
| Suínos | 3.255 | 2.584 | 3.580 | 3.759 | 6.703 |
| Ovinos | 8.803 | 9.046 | 6.680 | 7.014 | 11.473 |
| Aves | 34.829 | 40.449 | 51.887 | 54.481 | |

*Fonte: IBGE, CEI, SEI/CAR.*

**Tabela 3.22** — Efetivo dos principais rebanhos — município de Aporá.

| | | | |
|---|---|---|---|
| Ano de criação | | | 1958 |
| Região econômica | | | Litoral Norte |
| Distância para Salvador | | | 186 |
| Área ($km^2$) | | | 721 |
| População (1991) | Total | | 15.742 |
| | Classificação no estado | | 216° |
| | Rural | | 9.801 |
| | Classificação no estado | | 210° |
| | Urbana | | 5.941 |
| | Classificação no estado | | 182° |
| Taxa de urbanização | | | 37,74 |
| Classificação no estado | | | 193° |
| Taxa geométrica crescimento anual (1980-1991) | | | 1,64 |
| População estimada - 1995 | | | 16.698 |
| Lavouras temporárias (1994) | Área plantada (ha) | | 541 |
| | Área colhida (ha) | | 541 |
| | Classificação no estado | | 315° |
| Lavouras permanentes (1994) | Área colhida (ha) | | 533 |
| | Classificação no estado | | 181° |
| Módulo Fiscal (ha) - 1994 (1) | | | 30 |
| Fração Mínima de Parcelamento (ha) 1994 (2) | | | 2 |
| Efetivos dos principais rebanhos (1994) | bovinos | | 92.874 |
| | suínos | | 6.703 |
| | eqüinos | | 9.590 |
| | ovinos | | 11.473 |
| Estabelecimentos industriais, registrados na Junta Comercial da Bahia, por ramos (1995) | Total | | 8 |
| | Classificação no estado | | 137° |
| | Minerais não-metálicos | | 3 |
| | Construção | | 4 |
| | Diversos | | 1 |
| Estabelecimentos comerciais registrados na Junta Comercial da Bahia (1995) | Total | | 146 |
| | Classificação no estado | | 204° |
| | Varejo | | 144 |
| | Classificação no estado | | 202° |
| | Atacado | | 2 |
| | Classificação no estado | | 114° |
| Parque hoteleiro (1992-1995) | Hotéis | | 2 |
| | Quartos | | 25 |
| | Leitos | | 50 |
| | Classificação no estado | | 102° |
| Estabelecimentos bancários (1995) | Banco do Brasil | Agência | 1 |
| | | Posto de serviço | |
| | BANEB | Agência | |
| Veículos registrados no DETRAN (1995) | Total | | 107 |
| | Veículos/100 habitantes | | 0,64 |
| | Classificação no estado | | 203° |
| | Automóveis | | 69 |
| | Caminhões | | 7 |
| | Outros | | 31 |

*Fonte: Classificação dos Municípios Baianos. Informações Básicas (SEI/CAR), 1996.*

**Tabela 3.23A** — Dados econômicos, sociais e de infra-estrutura do município de Aporá.

| | | | |
|---|---|---|---|
| Terminais telefônicos (1995) | Em Serviço | Número | 74 |
| | | 100 (nº telefones/população) | 0,44 |
| | | Classificação no estado | 175° |
| | Instalados | Número | 80 |
| | | 100 (nº telefones/população) | 0,48 |
| | | Classificação no estado | 180° |
| Agência de correios | | | 1 |
| Consumo de energia elétrica (1995) | Classe de Consumo (MWh) | Industrial | 44 |
| | | Comercial | 330 |
| | | Rural | 134 |
| | | Residencial | 1.380 |
| | | Outros | 564 |
| | Número de consumidores residenciais | | 2.006 |
| | Consumo residencial (kWh)/habitante | | 82,64 |
| | Classificação no estado | | 186° |
| Cobertura escolar (1994) | (%) Cobertura (3) | Pré-escolar | - |
| | | 1º Grau | 47,0 |
| | Matrículas/ano (4) | | 11,4 |
| | Sobrevivência 4ª série (5) | | 280 |
| | (%) Taxas de Analfabetismo (6) | Urbana | 40 |
| | | Rural | 61 |
| | | Total | 53 |
| | | Classificação no estado | 36° |
| Estabelecimentos de ensino do 1º Grau | Total | Urbano | 5 |
| | | Rural | 43 |
| | | Total | 48 |
| | Estaduais | Urbano | 4 |
| | | Rural | 1 |
| | | Total | 5 |
| | Municipais | Urbano | 1 |
| | | Rural | 42 |
| | | Total | 43 |
| Funções docentes do 1º Grau (7) | Total | Urbano | 80 |
| | | Rural | 91 |
| | | Total | 171 |
| | Estaduais | Urbano | 62 |
| | | Rural | 1 |
| | | Total | 63 |
| | Municipais | Urbano | 18 |
| | | Rural | 90 |
| | | Total | 108 |

*Fonte: Classificação dos Municípios Baianos. Informações Básicas (SEI/CAR), 1996.*

**Tabela 3.23B** — Dados econômicos, sociais e de infra-estrutura do município de Aporá.

| | | | |
|---|---|---|---|
| Estabelecimentos de ensino do 2° Grau (8) | Total | Urbano | 3 |
| | | Rural | - |
| | | Total | 3 |
| | Estaduais | Urbano | 2 |
| | | Rural | - |
| | | Total | 2 |
| | Municipais | Urbano | 1 |
| | | Rural | - |
| | | Total | 1 |
| Funções docentes do 2° Grau (7) | Total | Urbano | 32 |
| | | Rural | - |
| | | Total | 32 |
| | Estaduais | Urbano | 26 |
| | | Rural | - |
| | | Total | 26 |
| | Municipais | Urbano | 6 |
| | | Rural | - |
| | | Total | 6 |
| Unidades de saúde da rede do Sistema Único de Saúde (1995) | Centros | | 2 |
| | Postos | | - |
| | Hospitais | | - |
| | Leitos Hospitalares (9) | Contratados | - |
| | | Total | - |
| | Leitos/1.000 habitantes (9) | | - |
| | Classificação no estado | | 192° |
| Médicos e odontólogos da Secretaria de Saúde do Estado (1995) | Médicos | | - |
| | Médicos/1.000 habitantes | | - |
| | Classificação no estado | | 55° |
| | Odontólogos | | - |
| | Odontólogos/5.000 habitantes | | - |
| | Classificação no estado | | 71° |
| Mortalidade infantil (1993) | População de menores de 1 ano | | 368 |
| | Taxa de mortalidade (10) | | 10,20 |
| | Classificação no estado | | 120° |
| Cobertura vacinal em menores de 1 ano (11) | Pólio (%) | | 23,37 |
| | Classificação no estado | | 312° |
| | Tríplice (%) | | 91,03 |
| | Classificação no estado | | 44° |
| | Sarampo (%) | | 118,21 |
| | Classificação no estado | | 33° |
| | BCG (%) | | 136,96 |
| | Classificação no estado | | 25° |
| Condições de sobrevivência de crianças de 0 a 6 anos (1994) | População de 0 a 6 anos | | 2.713 |
| | Crianças em Domicílios com | Chefe com renda até 1 SM (%) | 73,8 |
| | | Chefe homem com menos de 1 ano de estudo (%) | 65,9 |
| | | Chefe mulher com menos de 1 ano de estudo (%) | 8,1 |
| | | Abastecimento de água inadequado (%) | 88,6 |
| | Índice de condições de sobrevivência | | 0,71 |
| | Classificação no estado | | 45° |

*Fonte: Classificação dos Municípios Baianos. Informações Bbásicas (SEI/CAR), 1996.*

**Tabela 3.23C** — Dados econômicos, sociais e de infra-estrutura do município de Aporá.

| | | | |
|---|---|---|---|
| Abastecimento de água (1991) | Domicílios totais | | 3.657 |
| | Canalização interna | | 593 |
| | Rede geral | | 258 |
| | Rede geral/domicílios (%) | | 7,05 |
| | Classificação no estado | | 333° |
| Instalação sanitária (1991) | Total | | 1.583 |
| | Total/domicílios (%) | | 43,29 |
| | Classificação no estado (%) | | 181° |
| Lixo coletado (1991) | Total | | 559 |
| | Total/domicílios (%) | | 15,29 |
| | Classificação no estado | | 223° |
| Receitas de transferências constitucionais (1995) (R$1,00) | Total | | 1.835.083 |
| | Total/população estimada para 1995 | | 109,90 |
| | Classificação no estado | | 142° |
| | Federais | Fundo de Participação dos Municípios | 1.680.395 |
| | | Imposto sobre Propriedade Territorial Rural | 189 |
| | Estaduais | Imposto sobre Circulação Mercadorias | 148.994 |
| | | Imposto sobre Produtos Industrializados | 5.034 |
| | | Imposto sobre Veículos Automotores | 471 |
| Benefícios concedidos pelo INSS (1995) | Total | | 3.483 |
| | Classificação no estado | | 72° |
| | Urbano | | 507 |
| | Classificação no estado | | 85° |
| | Rural | | 2.976 |
| | Classificação no estado | | 64° |
| | Valor: R$1,00 (outubro-1995) | | 444.402 |
| | Classificação no estado | | 75° |
| Chefe de família por faixa de renda SM (1991) | Total | | 3.660 |
| | 0 a ½ | | 1.083 |
| | % | | 29,59 |
| | ½ a 1 | | 1.688 |
| | % | | 46,12 |
| | 1 a 3 | | 628 |
| | % | | 17,16 |
| | 3 a 5 | | 50 |
| | % | | 1,37 |
| | 5 a 10 | | 37 |
| | % | | 1,01 |
| | 10 a + | | 20 |
| | % | | 0,55 |
| | Sem renda | | 152 |
| | % | | 4,15 |
| | Sem declarar | | 2 |
| | % | | 0,05 |
| Estimativa de famílias indigentes 1990 (12) | Absoluta | | 2.206 |
| | Relativa | | 58,70 |
| | Classificação no estado | | 168° |

*Fonte: Classificação dos Municípios Baianos. Informações Básicas (SEI/CAR), 1996.*

**Tabela 3.23D** — Dados econômicos, sociais e de infra-estrutura do município de Aporá.

(1) Referência mínima para cobrança de ITR.
(2) Menor área para fracionamento de um imóvel rural.
(3) A cobertura do pré-escolar refere-se à faixa de 5-6 anos, enquanto a cobertura do primeiro grau refere-se à faixa de 7-14 anos.
(4) Conjunto de anos-matrícula (contando os anos-matrícula dispendidos com evadidos e repetentes) que é realizado para formar um aluno nas quatro séries iniciais do primeiro grau.
(5) Número em cada mil alunos que ingressam no primeiro grau e são aprovados na quarta série.
(6) Relativo a pessoas acima de 15 anos. As melhores colocações foram atribuídas às menores taxas de analfabetismo.
(7) O mesmo professor pode exercer mais de uma função docente.
(8) Constam apenas estabelecimentos em atividade.
(9) Inclui as clínicas e respectivos leitos.
(10) Relação entre número de óbitos registrados em menores de 1 ano, e a população de menores de 1 ano, multiplicada por 1.000.
(11) Atribui-se, geralmente, à população subestimada coberturas vacinais superiores a 100%.
(12) Famílias cuja renda familiar corresponde, no máximo, ao valor de aquisição da cesta básica de alimentos.

| | |
|---|---|
| Área ($km^2$) | 721 |
| km de rodovia pavimentada | 69,20 |
| km de rodovia pavimentada/área | 9,60 |
| Classificação rodovia pavimentada/área | 72° |
| População (1994) | 16.454 |
| Consumo energia elétrica - MWh | 2.087 |
| Consumo energia elétrica/100 habitantes | 12,68 |
| Classificação consumo energia elétrica | 291° |
| Número de estabelecimentos bancários | 1 |
| Número de estabelecimentos bancários/100 habitantes | 0,06 |
| Classificação estabelecimentos bancários | 249° |
| Número de telefones | 73 |
| Número de telefones/100 habitantes | 0,44 |
| Classificação número de telefones/100 habitantes | 301° |
| Número de estabelecimentos comerciais | 24 |
| Número de estabelecimentos de serviços | 2 |
| Número total de estabelecimentos (comerciais + serviços) | 26 |
| Número de estabelecimentos/1.000 habitantes | 1,58 |
| Classificação estabelecimentos (comerciais + serviços) | 152° |
| Índice de infra-estrutura | 6,95 |
| Classificação do índice de infra-estrutura | 185° |
| Matrículas 1° grau | 3.325 |
| Matrículas 2° grau | 191 |
| Matrículas curso professor | - |
| Relação matrículas/população | 21,4 |
| Índice de qualificação de mão-de-obra (CAP) | 21,37 |
| Classificação índice de qualificação de mão-de-obra | 270° |
| Índice de Renda Municipal (IRM) | 4,63 |
| Classificação índice de renda municipal | 202° |
| Índice de desenvolvimento econômico (IDE) | 8,83 |
| Classificação em relação aos demais municípios baianos | 194° |

*Fonte: Classificação dos Municípios Baianos. Informações Básicas (SEI/CAR), 1996.*

**Tabela 3.24** — Índice de desenvolvimento econômico, informações básicas e indicadores do município de Aporá.

| | |
|---|---|
| População (1994) | 16.454 |
| Doenças redutíveis por imunização | 6 |
| Doenças redutíveis por saneamento básico | 2 |
| Total doenças transmissíveis | 8 |
| Sintomas, sinais e afecções mal definidas | 84 |
| Total de óbitos registrados | 102 |
| Coeficiente doenças transmissíveis/100.000 habitantes | 48,62 |
| Classificação coeficiente doenças transmissíveis | 85° |
| % de óbitos por sintomas mal definidos | 82,35 |
| Classificação % óbitos sintomas mal definidos | 364° |
| Índice do nível de saúde | 63,28 |
| Classificação do índice de saúde | 178° |
| Matrículas de 1° grau | 3.325 |
| Matrículas de 2° grau | 191 |
| Relação número matrículas/população | 21,37 |
| Índice do nível educacional | 21,37 |
| Classificação do índice educacional | 270° |
| Consumo residencial de energia elétrica (MWh) | 1.163 |
| Consumo energia elétrica/100 habitantes | 7,07 |
| Classificação consumo energia elétrica | 191° |
| Consumo água tratada ($m^3$) | 48.027 |
| Consumo de água/100 habitantes | 291,89 |
| Classificação consumo água tratada | 315° |
| Índice de oferta de serviços básicos (ISB) | 90,84 |
| Classificação índice serviços básicos | 290° |
| Renda média dos chefes de família (RMC) | 45.243,70 |
| Classificação da renda média dos chefes de família | 185° |
| Índice de desenvolvimento social (IDS) | 34,32 |
| Classificação do índice de desenvolvimento social | 253° |

*Fonte: Classificação dos Municípios Baianos. Informações Básicas (SEI/CAR), 1996.*

**Tabela 3.25** — Índice de desenvolvimento social, informações básicas e indicadores do município de Aporá.

| | | |
|---|---|---|
| Cobertura vacinal BCG | (1995) | 25° |
| Cobertura vacinal sarampo | (1995) | 33° |
| Taxa de analfabetismo | (1994) | 36° |
| Cobertura vacinal tríplice | (1995) | 44° |
| Índice de condições de sobrevivência — 0 a 6 anos | (1994) | 45° |
| Nº de médicos/1.000 habitantes | (1995) | 55° |
| Nº de odontólogos/5000 habitantes | (1995) | 71° |
| Benefícios concedidos pelo INSS | (1995) | 72° |
| Rodovia pavimentada/área | | 72° |
| Coeficiente doenças transmissíveis | | 85° |
| Parque hoteleiro | (1992-1995) | 102° |
| Taxa de mortalidade infantil | (1993) | 120° |
| Nº de estabelecimentos industriais registrados na Junta Comercial da Bahia | (1995) | 137° |
| Receitas de transferências constitucionais | (1995) | 142° |
| Nº de estabelecimentos (comerciais + serviços)/1.000 habitantes | | 152° |
| Estimativa de famílias indigentes | (1990) | 168° |
| (Nº de terminais telefônicos em serviço/população)x100 | (1995) | 175° |
| Índice do nível de saúde | | 178° |
| (Nº de terminais telefônicos instalados/população)x100 | (1995) | 180° |
| Área com lavoura permanente | (1994) | 181° |
| Instalações sanitárias | (1991) | 181° |
| Índice de infra-estrutura | | 185° |
| Renda média dos chefes de família | | 185° |
| Consumo residencial de energia (kWh)/habitante | (1995) | 186° |
| Consumo energia elétrica/100 habitantes | | 191° |
| Nº de leitos hospitalares/1.000 habitantes | (1995) | 192° |
| Taxa de urbanização | (1991) | 193° |
| Índice de desenvolvimento econômico (IDE) | | 194° |
| Índice de renda municipal | | 202° |
| Nº de veículos registrados no DETRAN/100 habitantes | (1995) | 203° |
| Nº de estabelecimentos comerciais registrados na Junta Comercial da Bahia | (1995) | 204° |
| População | (1991) | 216° |
| Coleta de lixo | | 223° |
| Nº de estabelecimentos bancários/1.000 habitantes | | 249° |
| Índice de desenvolvimento social (IDS) | | 253° |
| Índice de qualificação de mão-de-obra | | 270° |
| Índice educacional | | 270° |
| Oferta de serviços básicos | | 290° |
| Consumo energia elétrica/100 habitantes | | 291° |
| Nº de telefones/100 habitantes | | 301° |
| Cobertura vacinal pólio | (1995) | 312° |
| Área com lavoura temporária | (1994) | 315° |
| Consumo água tratada/100 habitantes | | 315° |
| Abastecimento de água | (1994) | 333° |
| % de óbitos por sintomas mal definidos | | 364° |

*Fonte: Classificação dos Municípios Baianos. Informações Básicas (SEI/CAR), 1996.*

**Tabela 3.26** — Classificação do município de Aporá em relação aos demais municípios do estado, considerando dados econômicos, sociais e de infra-estrutura.

**Foto 3.1** - Prefeitura municipal de Aporá.

**Foto 3.2** - Câmara municipal de Aporá.

**Foto 3.3** - Fórum de Justiça de Aporá.

**Foto 3.4** - Terminal rodoviário.

**Foto 3.5** - Igreja matriz em Aporá.

**Foto 3.6** - Igreja católica em Itamira.

**Foto 3.7** - Posto de saúde em Itamira.

**Foto 3.8** - Estação de tratamento de água da EMBASA.

**Foto 3.9** - Detalhe da foto anterior.

**Foto 3.10** - Reservatório da EMBASA em Aporá.

**Foto 3.11** - Escola municipal em Aporá.

**Foto 3.12** - Escola municipal em Itamira.

**Foto 3.13** - Associação dos Pequenos Agricultores da Região de Chapada.

# CAPÍTULO 4

MUNICÍPIO DE RIO REAL

## 4.1 Histórico

A história do município de Rio Real tem suas origens relacionadas a um brejo denominado "Brejo Grande" que, devido à pureza de suas águas, servia para abastecer os moradores do povoado homônimo.

A prática da agricultura foi iniciada pela ação de brasileiros descendentes diretos de portugueses, que se fixaram nessa região, utilizando negros e indígenas para o desempenho dessa atividade.

Em 1855, o povoado de Brejo Grande foi elevado à categoria de freguesia, sob a evocação de Nossa Senhora do Livramento de Brejo Grande, através da Lei Provincial nº 538, de 08 de maio.

Em 1880, o povoado foi elevado à categoria de vila, com o nome de Barracão, pela Resolução Provincial nº 1991, de 1º de julho, que também criou o município com a mesma denominação, desmembrado do município de Itapicuru, com instalação em 16 de maio de 1882.

A Vila de Barracão recebeu o nome de Rio Real pelos decretos estaduais nº 7.455, de 22.06.1931 e nº 7.470, de 08.07.1931, que também mudaram o nome do município e a ele anexaram os territórios dos municípios de Jandaíra e Itapicuru.

Mais tarde, pelo Decreto Estadual nº 8.104 de 19.07.1932, o território do Distrito de Cajueiro (criado pela Lei Estadual nº 1.941, de 22.04.1927) do extinto município de Vila Rica, foi anexado ao município de Rio Real. No mesmo ano, o Decreto Estadual nº 8.233, de 27.12, criou no município de Rio Real a subprefeitura de Itapicuru e, no ano seguinte, o Decreto Estadual nº 8.342, de 14.03.1933, criou a subprefeitura de Jandaíra. O município de Itapicuru foi restabelecido com sede na subprefeitura do mesmo nome e território desmembrado do de Rio Real pelo Decreto Estadual nº 8.447, de 27.05.1933.

Rio Real recebeu foros de cidade através do Decreto Estadual nº 10.724, de 30.03.1933.

Com o restabelecimento, pelo Decreto Estadual nº 8.464, de 01.06.1933, do município de Vila Rica, o território do Distrito de Cajueiro foi desmembrado do de Rio Real, voltando a integrar o de Vila Rica.

Também em 1933, através do Decreto Estadual 8.703, de 16.11, foi restaurado o município de Jandaíra, com território desmembrado do de Rio Real.

De acordo com o Arquivo de Limites Intermunicipais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), a lei vigente sobre o município de Rio Real é a nº 628, de 30.12.1953, publicada no Diário Oficial de 09.02.1954, que estabelece os seguintes limites para o município:

- com o município de Itapicuru: começa na foz do riacho Pendenga, no rio Itapicuru, sobe pelo talvegue deste até a foz do riacho Sucupira ou Oiti, pelo qual sobe até sua nascente; daí em reta até o marco da Passagem do Meio, à margem do rio Real;
- com o estado de Sergipe: começa no marco da Passagem do Meio, à margem do rio Real; pelo talvegue deste abaixo até a foz do riacho Cajueirinho;
- com o município de Jandaíra: começa no rio Real, na foz do riacho Cajueirinho, pelo qual sobe até sua nascente; daí em reta até sua foz no riacho Caranguejo ou rio Branco; por este abaixo até o marco em que o encontra a reta tirada da nascente do riacho das Pedras em direção à nascente do riacho da Baixa da Vitorina;
- com o município de Conde: começa no marco à margem do riacho Caranguejo ou rio Branco, no encontro da reta tirada da nascente do riacho das Pedras em direção à nascente do riacho da Baixa da Vitorina, seguindo por essa reta até a nascente do riacho das Pedras, pelo qual desce até sua foz no riacho Azul ou da

Barra; por este abaixo até sua foz no rio Itapicuru e pelo talvegue desta acima até a foz do riacho dos Mangues;

- com o município de Esplanada: começa na foz do riacho dos Mangues no rio Itapicuru e sobe pelo talvegue deste até o marco no lugar Poço;
- com o município de Acajutiba: começa no marco no lugar Poço à margem do rio Itapicuru, sobe pelo talvegue deste até a foz do riacho Pendenga.

A outra lei, mais recente, que se refere ao município de Rio Real é a seguinte:

Lei do município de Crisópolis

- com o município de Rio Real: começa na foz do rio Sucupira ou Oiti, no rio Itapicuru e pelo talvegue deste abaixo até a foz do riacho da Pendenga.

A festa consagrada à padroeira do município, Nossa Senhora do Livramento, ocorre no dia 08 de setembro, enquanto a festa da laranja ocorre no mês de outubro.

Os naturais do município são denominados realenses.

## 4.2 Infra-Estrutura e Aspectos Socioeconômicos

Em nível de planejamento do governo estadual, o município recebe as seguintes classificações:

| | |
|---|---|
| • Microrregião Homogênea | Alagoinhas |
| • Região de Planejamento | Litoral Norte |
| • Região Administrativa | Alagoinhas |
| • Região Econômica | Litoral Norte |

A economia do município está baseada, principalmente, na fruticultura que, apesar de bem diversificada, com plantações de maracujá, abacaxi, coco-da-baía e mamão, tem seu maior índice econômico voltado para a citricultura, que se destaca com a maior área plantada de laranja do norte e nordeste do país, com comércio *in natura* e para industrialização de sucos concentrados para exportação. A pecuária de corte também é um recurso importante da economia local.

A cultura de laranja foi implantada no município em 1976, trazida por sergipanos provenientes dos municípios de Buquim, Lagarto e Salgado, que tinham dificuldades de ampliar as suas áreas plantadas.

Na região predominam os pequenos produtores, com uma área média de cultivo em torno de 8ha. A produção se destina às indústrias Frutene e Frutos Tropicais (Estância/SE), Utiara (São Gonçalo/BA), Parmalat (Feira de Santana/BA) e Incon (Ilhéus/BA) e ao consumo, principalmente nos estados da Bahia, Pernambuco, Ceará e Pará.

Geralmente, a maior dificuldade ocorre no período de outubro a fevereiro, face à estiagem, que pode provocar perdas de 30%-40% na produção. O preço dos insumos agrícolas, o acesso ao crédito agrícola e as doenças constituem outros problemas relevantes.

Também merece reflexão e providências o quadro das relações trabalhistas na região, retratado na reportagem *O lado azedo dos laranjais,* publicada pelo jornal *A Tarde* em 07.12.1997, onde é citado que "crianças, mulheres, adultos e idosos têm jornada de trabalho das 06:00 até às 18:00 horas nos pomares de laranja, em troca de uma remuneração diária de pouco mais de R$2,00. Esse quadro é uma realidade comum na área rural dos municípios entre os estados da Bahia e de Sergipe e retrata um quadro de subsistência, fome e desemprego no campo, onde crianças são usadas nos trabalhos como forma de ajuda pela sobrevivência da família".

A Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia (SEAGRI), objetivando o estudo das alternativas de investimento no estado, elaborou em 1996 o trabalho *Frutas: A Caminho de um Grande Mercado*, que apresenta um diagnóstico sobre a cultura de laranja no estado. Dessa publicação, estão transcritas as seguintes informações:

- Os citros constituem o grupo mais importante da fruticultura mundial, participando com 22% dessa produção. A laranja, por ser mais conhecida e apresentar um maior volume de produção, é considerada a rainha das frutas, sendo

responsável por 69% da produção citrícola do mundo.

- Embora o cultivo da laranja esteja disseminado em mais de 60 países, a sua produção está bastante concentrada. Apenas dois países, Brasil e EUA, respondem por 50% da produção mundial.
- No mercado internacional, a exportação da laranja *in natura* alcançou na safra 93/94 um volume de 4,4 milhões de toneladas. A Espanha lidera esse mercado, concentrando cerca de 33% das exportações, seguida pelos EUA, com 14%. Já no segmento de processados, a competitividade na produção de suco cítrico concentrado se estabelece entre dois países: Brasil e EUA. Na safra 94/95, esses países produziram cerca de 91% do suco de laranja concentrado.
- O Brasil é o maior exportados mundial de suco de laranja, suprindo 80% da demanda no mercado internacional.
- A laranja é o produto responsável pelo salto observado na fruticultura nacional nas duas últimas décadas.
- Nos anos 90, a recuperação da produção de laranja nos EUA provocou uma mudança na rota das exportações brasileiras de suco.
- A demanda de laranja *in natura* (fruta fresca de mesa) deverá crescer a uma taxa de 2,8% a.a., totalizando, na virada da década, um consumo da ordem de 33,9 milhões de toneladas, enquanto que o consumo destinado ao processamento de suco estaria evoluindo em 2,2% a.a., absorvendo um total de 26,9 milhões de toneladas no ano 2000, cerca de 34% da demanda total da fruta.
- O crescimento pós-Plano Real, da demanda interna de fruta *in natura*, associado à mudança no hábito de consumo do brasileiro, que no início da década 1990 passou a consumir mais o suco pronto, apontam novas perspectivas com relação ao crescimento do mercado interno.
- A citricultura brasileira tem significado em apenas seis estados: São Paulo (principal produtor, concentrando 80% da oferta nacional), Sergipe, com 4,8%, Bahia, com 3,8%, Minas Gerais, com 3,8%, Rio Grande do Sul e Pará, com 2,7 e 1,8%, respectivamente (LSPA/IBGE, 1994).
- O nordeste brasileiro nos últimos cinco anos vem obtendo uma produção média de 1.504.435t e uma produtividade média em torno de 18.182kg/ha, abaixo do rendimento nacional, que é 20.256kg/ha.
- A Bahia se situa em relação ao Nordeste com uma produção significativa, participando, no período 1990-1994, com 35,4% e, na área colhida, em torno de 43,1%.
- A laranja é a principal fruta produzida na Bahia, apresentando uma contribuição média de 96 milhões de Reais para a formação do Valor Bruto da Produção Agrícola no período 1990-94.
- A produção estadual cresce ano a ano, e sua participação no volume produzido no país passou de 2,4% em 1990 para 3,8% em 1994. Nos últimos cinco anos, a produção paulista está estagnada e o crescimento verificado no estado de Sergipe já ocupa praticamente todas as áreas disponíveis para o plantio de laranja, o que coloca a Bahia como uma fronteira disponível para a expansão citrícola.
- No período de 1990-1994, a produção estadual passou de 423.195t para 668.873t, representando um incremento de 58%. Esse desempenho favorável se deveu em grande parte à expansão da área colhida, cujo aumento foi de 49%. A elevação da produção também se deu pelo crescimento do seu rendimento médio que, em 1990, foi de 14,7t/ha alcançando em 1994 15,6t/ha. A despeito desses incrementos, a produtividade agrícola da lavoura no estado permanece cerca de 20% abaixo da média nacional, situada em 19,4t/ha.
- O Litoral Norte é a principal região produtora de laranja do estado, concentrando cerca de 63% da oferta estadual, secundado pela região Recôncavo Sul, responsável por 25%.
- Dentre os principais municípios produtores do estado, Rio Real destaca-se como maior produtor, com uma produção média, no período 1990-94, de 240.084t, e uma contribuição de 45% da produção estadual.
- A produção de laranja no estado tem se destinado ao consumo *in natura* e às agroindústrias instaladas no próprio estado e em Sergipe. A produção dos dois estados ultrapassa um milhão de toneladas/ano, produção esta que está acima da capacidade instalada de processamento das indústrias, que chega a 70 mil tone-

ladas de suco utilizando aproximadamente 400 mil toneladas de matéria-prima. Assim mesmo, as plantas industriais funcionam com capacidade ociosa devido à concorrência do mercado *in natura*, cujo preço é mais vantajoso. Além disso, a oferta é extremamente concentrada nos meses de inverno (maio/setembro), gerando escassez da matéria-prima nos outros meses do ano.

- O suco de laranja produzido no estado se destina quase que exclusivamente ao mercado internacional, particularmente à Europa (Alemanha e Inglaterra), EUA e Canadá. De acordo com dados da Promoexport, de 1994 até julho de 1996 a Bahia exportou 24.761t de suco de laranja concentrado, gerando uma receita cambial de 24.823 milhões de dólares para o país.

Menezes (1993) apresentou uma análise da agroindústria de laranja nos estados da Bahia e Sergipe. Desse trabalho, estão transcritas as seguintes informações:

- A Bahia e Sergipe são os dois únicos estados nordestinos onde ocorre a industrialização da laranja, constituindo a segunda maior área produtora do país. O fato de serem estados limítrofes, a proximidade entre as áreas citrícolas e, sobretudo, a existência de uma mesma dinâmica produtiva possibilitam a realização de uma análise conjunta desses dois estados.
- Inicialmente, a citricultura baiana se desenvolveu a um ritmo mais veloz do que a sergipana. A partir da década de 1950, a citricultura se instalou no Recôncavo, nas cidades de Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas, baseada em pequenas propriedades. Na segunda metade da década de 1960, com a decadência da atividade fumageira na região, a citricultura recebe um impulso, representado pela liberação de terras e produtores um pouco mais capitalizados.
- A citricultura sergipana se desenvolveu tendo a cidade de Estância como o principal pólo produtor. A ausência de apoio estatal, seja através de pesquisa, seja através de crédito, fez com que o desenvolvimento da cultura de laranja nesse estado ocorresse mais lentamente. Entretanto, na década de 1970, a citricultura do estado de Sergipe suplantou a baiana.
- As condições favoráveis do mercado internacional ao longo dos anos 80 foram o principal fator responsável pela implantação da indústria no Nordeste. A instalação da indústria processadora foi o fator que propiciou um desenvolvimento conjunto da citricultura nesses dois estados, ampliando o mercado e estimulando o crescimento. A partir do início da década de 1980 ocorre a instalação da Frutene e da Frutos Tropicais, na cidade de Estância, em Sergipe.
- Posteriormente, dada a escassez de terras no estado vizinho, a citricultura baiana se expande. Inicialmente, parcela de sua produção é destinada à indústria sergipana, o que incentiva o seu crescimento. Em seguida, já contando com uma produção mais razoável, amadurecem as condições para a instalação da indústria na Bahia, o que ocorre em 1987, quando a Utiara começa a produzir, em São Gonçalo dos Campos, suco de laranja para exportação.
- A vantagem da indústria nordestina está, sobretudo, nos custos da matéria-prima, em média 25% inferiores aos praticados em São Paulo, devido a fatores como o menor custo da terra e da mão-de-obra, a pouca necessidade de utilização de defensivos agrícolas e a maior adubação natural. Em compensação, os métodos de cultivo são inadequados — tratos culturais precários, adubação deficiente, culturas intercalares não recomendadas etc. — e a colheita é deficiente, sendo realizada pelos produtores e não pela indústria, como ocorre em São Paulo. Assim, a qualidade inferior e a menor produtividade da citricultura nordestina, ainda incipiente, dificultam a competitividade das empresas situadas na região que, em função do primeiro fator, são obrigadas a disputar o mercado com preços inferiores. Outro problema sério é o fato da indústria ainda não ser o principal mercado da produção citrícola, o que cria empecilhos à regularidade do fornecimento, dificultando o cumprimento dos contratos.
- O advento da industrialização contribuiu para mudar a realidade da citricultura da região, estimulando seu crescimento. Entretanto, a sua influência sobre a modernização da retaguarda citrícola foi bastante inferior à existente na citricultura paulista. O entendimento desse fato passa por dois fatores: a estrutura fundiária e a capacidade financeira dos agricultores, de um lado, e as formas de concorrência predominantes entre as indústrias da região, de outro.

- A maioria dos citricultores que atuam na região é constituída por pequenos produtores que, em geral, cultivam a laranja associada a outras lavouras e empregam mão-de-obra familiar. Além disso, têm a opção de vender a laranja para o consumo *in natura*, principalmente nas feiras livres. Essa situação, logicamente, não contribui nem para o desenvolvimento da citricultura nem para o estabelecimento de relações mais próximas com a indústria. Isso porque os ativos dos agricultores não são específicos ao consumo industrial — além de não dependerem exclusivamente da laranja, eles conseguem preços mais altos no mercado, com menores exigências de qualidade. Apenas a sobra da produção vai para a indústria, o que significa que não há, por parte do agricultor, o interesse em adequá-la à transformação industrial. Se a demanda industrial é uma fonte de renda secundária e a maioria das transações ocorre *in natura* via mercado, não há porque atender a exigências oriundas da indústria. Essa situação é reforçada pela incerteza quanto aos preços a serem pagos pelo segmento industrial, que, além de serem menores, têm um comportamento muito irregular. Mesmo supondo a existência de interesse em se modernizar, esses agricultores dificilmente conseguiriam esse intento. Faltam-lhe recursos para investir em máquinas e implementos agrícolas suficientes para tornar lucrativa a sua atividade, com o aumento da qualidade e produtividade. Como o crédito lhes é inacessível e as instituições governamentais de pesquisa e assistência técnica são insuficientes, a menos que haja forte apoio da indústria, isso dificilmente acontecerá.
- Os médios produtores, minoritários, são, em sua maioria, especializados na atividade citrícola. Por isso mesmo, costumam utilizar máquinas (muitas vezes alugadas), mudas selecionadas e métodos de adubação e correção de solo, caracterizando um outro estilo de produção. Nessas fazendas os tratos sanitários são mais desenvolvidos, a assistência técnica é mais comum, e é normal o emprego de trabalhadores temporários. A própria especialização desses produtores faz com que haja uma maior preocupação com a produtividade, o que resulta em técnicas de produção mais desenvolvidas. A especificidade dos ativos em relação ao consumo industrial, contudo, não é absoluta, em função da existência de alternativas de mercado. Assim, os maiores preços pagos pelos atacadistas ou pela Ceasa, além das menores exigências de qualidade, tornam a indústria um mercado menos importante, ainda que não possa mais ser considerado residual. Nesse sentido, a qualidade do produto não é adequada, mas é superior à atingida pelos minifúndios.
- Os grandes produtores são poucos e costumam combinar a citricultura com a pecuária. A maior capitalização lhes permite a utilização de máquinas e implementos agrícolas próprios e o acesso a sementes selecionadas e a técnicas de produção mais avançadas. Em compensação, a sua dependência em relação ao consumo industrial é reduzida. Esses produtores podem comercializar diretamente na Ceasa ou, ainda, vender a produção aos grandes supermercados — isso sem considerar rendimentos provenientes da pecuária. Justamente por isso, embora atinjam índices mais elevados de produtividade, esses produtores não têm realizado muitos esforços no sentido de adequar a qualidade ao consumo industrial. Mais uma vez, a incerteza quanto ao comportamento da demanda industrial (sobretudo no que se refere aos preços) e a existência de mercados alternativos não contribuem para a realização de investimentos cujo retorno é incerto.
- Conclui-se, portanto, que a concorrência com o mercado *in natura* e com atividades alternativas, ao lado de uma estrutura fundiária inadequada, dificultam a modernização da agricultura regional e, naturalmente, as relações entre indústria e agricultura estão num estágio ainda incipiente.
- Sendo assim, não existe a figura do contrato de médio e longo prazos e a colheita de laranja não é feita pela indústria, predominando a venda direta na fábrica ou através de caminhões que circulam entre as fazendas.

Os principais dados levantados sobre a infraestrutura (Anexo III) e os aspectos socioeconômicos estão apresentados nas Tabelas 4.1 a 4.43.

| Ano | População Residente | | | Taxa de Urbanização (%) | Densidade Demográfica (hab./km²) |
|---|---|---|---|---|---|
| | Urbana | Rural | Total | | |
| 1970 | 4.406 | 11.467 | 15.873 | 27,76 | 22,41 |
| 1980 | 7.120 | 11.952 | 19.072 | 37,33 | 26,93 |
| 1991 | 13.840 | 13.847 | 27.687 | 49,99 | 39,10 |
| 1996 | 16.982 | 13.292 | 30.274 | 56,09 | 42,76 |

*Fonte: IBGE e CEI.*

**Tabela 4.1** — População do município de Rio Real.

| População | Homens | Mulheres | Total |
|---|---|---|---|
| Urbana | 8.304 | 8.678 | 16.982 |
| Rural | 6.879 | 6.413 | 13.292 |
| Total | 15.183 | 15.091 | 30.274 |

*Fonte: IBGE.*

**Tabela 4.2** — População do município de Rio Real (1996).

| População | Domicílios | População Residente | Média de Moradores por Domicílio |
|---|---|---|---|
| Urbano | 3.939 | 16.914 | 4,29 |
| Rural | 2.832 | 13.261 | 4,68 |
| Total | 6.771 | 30.175 | 4,46 |

*Fonte: IBGE.*

**Tabela 4.3** — Domicílios no município de Rio Real (1996).

| População | Domicílios | População Residente | Média de Moradores por Domicílio |
|---|---|---|---|
| Homens | 5.478 | 25.545 | 4,66 |
| Mulheres | 1.293 | 4.630 | 3,58 |
| Total | 6.771 | 30.175 | 4,46 |

*Fonte: IBGE.*

**Tabela 4.4** — Domicílios no município de Rio Real (1996).

| População | Outra Unidade da Federação | Mesma Unidade da Federação | País Estrangeiro | Ignorado | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| Homens | 350 | 152 | 1 | 2 | 505 |
| Mulheres | 326 | 147 | - | 5 | 478 |
| Total | 676 | 299 | 1 | 7 | 983 |

*Fonte: IBGE (1996).*

**Tabela 4.5** — Pessoas não-residentes no município de Rio Real em 01.09.1991 e origem do movimento migratório.

| Faixa Etária (Anos) | Ano | | |
|---|---|---|---|
| | 1970 | 1980 | 1991 |
| 0 a 4 | 2.635 | 3.239 | 3.953 |
| 5 a 9 | 2.509 | 2.852 | 4.176 |
| 10 a 14 | 2.063 | 2.587 | 3.846 |
| 15 a 19 | 1.700 | 2.059 | 2.938 |
| 20 a 24 | 1.144 | 1.278 | 2.349 |
| 25 a 29 | 925 | 1.020 | 1.960 |
| 30 a 39 | 1.552 | 1.804 | 2.808 |
| 40 a 49 | 1.276 | 1.498 | 2.022 |
| 50 a 59 | 973 | 1.132 | 1.552 |
| 60 a 69 | 653 | 896 | 1.181 |
| 70 e mais | 421 | 640 | 979 |
| Ignorada | 22 | 67 | 19 |
| Total | 15.873 | 19.072 | 27.783 |

*Fonte: IBGE e CEI.*

**Tabela 4.6** — Faixa etária da população municipal de Rio Real.

| Local | Nº de Ligações | | | | | | Consumo Mensal (kWh) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Residencial | Comercial | Industrial | Rural | Poder Público | Total | |
| Rio Real | 3.869 | 370 | 23 | 21 | 27 | 4.310 | 573.179 |
| Loreto | 161 | 24 | 4 | 4 | 7 | 200 | 36.456 |
| Lagoa de Baixo | 119 | 15 | - | 1 | 2 | 137 | 9.608 |
| Puba | 108 | 5 | 1 | 3 | 2 | 119 | 10.583 |
| Teotônio | 56 | 5 | 2 | - | 1 | 64 | 2.467 |
| Palmeiras | 23 | 4 | - | - | 1 | 28 | 8.878 |
| Total | 4.336 | 423 | 30 | 29 | 40 | 4.858 | 641.171 |

*Fonte: SULGIPE, maio/1997.*

**Tabela 4.7** — Consumo de energia elétrica no município de Rio Real.

| Local | Nº de Ligações | | | | | Consumo Mensal ($m^3$) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Residencial | Comercial | Industrial | Poder Público | Total | |
| Rio Real | 3.441 | 168 | - | 039 | 3.648 | 56.996 |

*Fonte: EMBASA, jun./1997.*

**Tabela 4.8** — Abastecimento de água (Rio Real).

| Escola / Local | Nº de Salas | Nº de Alunos | | Nº de Professores |
|---|---|---|---|---|
| | | Pré-Escolar | 1ª à 4ª Série | |
| Manoel da Nóbrega - Faz. Lima | 01 | - | 19 | 01 |
| Maria Quitéria - Faz. Caraíbas | 01 | 27 | 23 | 02 |
| Moema Garcia - Faz. Araújo | 01 | - | 67 | 02 |
| Maria Fonseca Brito - Faz. Ribeira | 01 | 24 | 36 | 02 |
| Menino J. de Praga - Faz. Praça | 01 | 13 | 27 | 02 |
| Monteiro Lobato - Faz. Bacias | 01 | 36 | 58 | 03 |
| N. Sra. de Fátima - Faz. Cachoeira | 01 | 12 | 17 | 01 |
| Nelson J. dos Santos - Faz. Sucupira | 01 | - | 49 | 02 |
| N. Sra. do Loreto - Pov. Loreto | 01 | - | 74 | 02 |
| Nilda V. Baptista - Faz. Pindoba | 01 | 58 | 24 | 02 |
| N. Sra. da Conceição - Faz. Selão | 01 | 34 | 34 | 02 |
| N. Sra. do Livramento - Faz. Massaranduba | 01 | 60 | 45 | 02 |
| N. Sra. Aparecida - Faz. Cruz da Negra (Foto 4.8) | 01 | - | 30 | 02 |
| Olavo Bilac - Faz. Areias | 01 | 10 | 15 | 01 |
| Pequeno Príncipe - Faz. Salgado Grande | 01 | - | 79 | 02 |
| Princesa Leopoldina - Estrada de Itapicuru | 01 | 31 | 24 | 02 |
| Princesa Isabel - Faz. Mocambo do R. Azul | 01 | 34 | 37 | 02 |
| Raimundo G. Nascimento - Faz. Água Branca | 01 | 22 | 16 | 02 |
| Rui Barbosa - Faz. Brejinho | 01 | - | 66 | 02 |
| Sra. Santana - Faz. Saco da Candeia | 01 | 17 | 28 | 02 |
| Santa Bárbara - Faz. Baixa da Mangaba | 01 | - | 31 | 01 |
| São José - Faz. Sítio | 01 | 47 | 44 | 02 |
| Ana Nery - Faz. Olhos d'Água | 01 | 44 | 63 | 03 |
| Cosme de Farias - Faz. Buril | 01 | 07 | 14 | 01 |
| Branca de Neve - Faz. Anjinho | 01 | 11 | 23 | 01 |
| Cosme e Damião - Faz. Caranguejo | 01 | 29 | 39 | 02 |
| Casinha Feliz - Pov. Loreto | 02 | 97 | 66 | 06 |
| Coração de Jesus - Faz. Mocambo do R. Azul | 01 | 30 | 51 | 02 |
| Carolina Vieira - Faz. Rita | 01 | 09 | 17 | 01 |
| Castro Alves - Faz. Tanque do Marques | 01 | 23 | 18 | 01 |
| Cenira Rezende - Faz. Carro Quebrado | 01 | 22 | 10 | 02 |
| Dr. José C. Baptista - Faz. Limeira | 01 | - | 20 | 01 |
| Dr. José Abrahan - Sítio Lagoa Seca | 01 | 29 | 100 | 03 |
| Duque de Caxias - Pov. Puba | 02 | 100 | 80 | 07 |
| Dois de Julho - Pov. Lagoa de Baixo | 02 | 64 | 61 | 06 |
| Francisco D. Fontes - Faz. Cajueirinho | 01 | 14 | 12 | 01 |
| Frei Cristóvão - Estrada de Itapicuru | 01 | 12 | 16 | 01 |
| Getúlio Vargas - Faz. Taboa | 01 | - | 59 | 02 |

*Fonte: Prefeitura Municipal.*

**Tabela 4.9A** — Escolas municipais de Rio Real.

| Escola / Local | Nº de Salas | Nº de Alunos | | Nº de Professores |
|---|---|---|---|---|
| | | Pré-Escolar | 1ª à 4ª Série | |
| Irmã Dulce - Faz. Alegre do R. Azul | 01 | 23 | 7 | 01 |
| José Bonifácio - Pov. Teotônio | 02 | 31 | 59 | 02 |
| Jorge Amado - Faz. Lagoa Seca | 01 | 22 | 12 | 01 |
| Joana Angélica - Faz. Mombaça | 02 | 48 | 45 | 06 |
| José de Alencar - Pov. Loreto | 02 | 68 | 81 | 06 |
| Leila Valença - Faz. Baixa da Coruja | 01 | 11 | 9 | 01 |
| Senhor do Bomfim - Faz. Mocambinho | 01 | - | 54 | 02 |
| São Bento - Faz. Mata Verde | 01 | 35 | 43 | 02 |
| Senhor dos Passos - Faz. Lagoa de Cima | 01 | 13 | 13 | 02 |
| São Francisco - Estrada de Itapicuru | 02 | - | 81 | 03 |
| Santo Antônio - Faz. Peleve | 01 | - | 18 | 01 |
| Santa Rita - Faz. Carro Quebrado | 01 | - | 18 | 02 |
| Santos Dumont - Faz. Monte Alegre | 01 | 34 | 22 | 02 |
| Santa Luzia - Faz. Lagoa Seca | 01 | 31 | 69 | 02 |
| Tio Patinhas - Faz. Baixa Grande | 01 | - | 66 | 01 |
| Tiradentes - Pov. Palmeira | 02 | 48 | 41 | 02 |
| Antônio Guimarães - R. Edvaldo Boaventura | 06 | 72 | 573 | 17 |
| Antônia Amorim - R. Dr. Afonso Amorim | 02 | 65 | 109 | 08 |
| Josaphat C. Borges - R. Marquês de Abrantes | 02 | 117 | 78 | 11 |
| Ney Braga - R. Pedro Plácido dos Santos | 02 | 106 | 65 | 07 |
| Recanto de Fada - R. Cel. Otávio S. Leite | 06 | 485 | - | 26 |
| El Shaday - R. Pedro Alexandrino | 02 | 28 | - | 02 |
| Creche Yêda Barradas - Pr. João Durval Carneiro | 05 | 240 | - | 22 |
| Fundação Marluce Souza - Av. Francisco Benjamim | 01 | 19 | - | 02 |
| Divino Espírito Santo - Av. ACM | 02 | 140 | - | 04 |
| Creche Betel - Pov. Carro Quebrado | 02 | 67 | 74 | 10 |
| Creche Arlete Magalhães - Pov. Teotônio | 02 | 40 | - | 04 |
| Total | 94 | 2.659 | 3.029 | 230 |

*Fonte: Prefeitura Municipal.*

**Tabela 4.9B** — Escolas municipais de Rio Real.

| Escola | Local | Grau | | Nº de Alunos | Nº de Professores |
|---|---|---|---|---|---|
| | | 1º | 2º | | |
| Dr. José C. Baptista | Av. Antonio C. Magalhães | X | X | 1.147 | 19 |
| Marquês de Abrantes | Praça da Bandeira | X | | 505 | 14 |
| Ana Mª B. Lins | Av. Antonio C. Magalhães | | | 196 | 04 |
| Mª José L. Silveira | Rua Adolfo de Castro | | | 104 | 01 |
| Tiradentes | Av. Francisco Benjamim | | | 215 | 03 |
| Edvaldo M. Boaventura | Rua Candealzinho | | | 240 | 03 |
| José Ponciano Nascimento | Rua Marivaldo Macêdo | | | 501 | 03 |
| Rômulo Galvão | Rua do Campo | | | 256 | 05 |
| Total | | | | 3.164 | 52 |

*Fonte: Prefeitura Municipal.*

**Tabela 4.10** — Escolas estaduais em Rio Real.

| Escola | Local | Grau | | Nº de Alunos | Nº de Professores |
|---|---|---|---|---|---|
| | | 1º | 2º | | |
| Centro Educacional Moranguinho | R. Prof. Edvaldo Boaventura | X | | 200 | 21 |
| Castelo da Mônica | Rua José A. de Góes | X | | 210 | 23 |
| Educandário Gente Inocente | Trav. Joaquim Dantas | X | X | 404 | 19 |
| Total | | | | 814 | 63 |

*Fonte: Prefeitura Municipal.*

**Tabela 4.11** — Escolas particulares em Rio Real.

| Idade | Pré-Escolar | Alfabetização de Adultos | 1º Grau | 2º Grau | Pré-Vestibular | Superior | Sem Declaração | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 4 a 6 | 1.039 | - | 86 | - | - | - | 8 | 1.133 |
| 7 a 14 | 1.195 | 1 | 4.117 | 7 | - | - | 116 | 5.436 |
| 15 ou mais | - | 3 | 1.546 | 253 | 4 | 10 | 29 | 1.845 |
| Ignorada | 1 | - | 1 | - | - | - | - | 2 |
| Total | 2.235 | 4 | 5.750 | 260 | 4 | 10 | 153 | 8.416 |

*Fonte: IBGE (1996).*

**Tabela 4.12** — Pessoas de 04 anos ou mais de idade que freqüentam escola no município de Rio Real (1996).

| | |
|---|---|
| Nº de salas de aula das escolas municipais/100 habitantes | 0,31 |
| Nº de salas de aula das escolas municipais/100km$^2$ | 13,27 |
| % dos alunos que freqüentam escolas municipais | 58,85 |
| % dos alunos que freqüentam escolas estaduais | 32,73 |
| % dos alunos que freqüentam escolas particulares | 8,42 |
| Relação professor/aluno nas escolas municipais | 24,73 |

**Tabela 4.13** — Índices educacionais no município de Rio Real.

| | |
|---|---|
| Hospitais | 2 |
| Nº de leitos | 90 |
| Nº de médicos | 14 |
| Enfermeiros (nível superior) | 1 |
| Aux. enfermagem | 10 |
| Microposto de saúde | 10 |
| Bioquímicos | 5 |
| Laboratório bioquímico | 4 |
| Agentes de saúde | 3 |
| Dentistas | 4 |

*Fonte: Prefeitura Municipal.*

**Tabela 4.14** — Assistência médica em Rio Real (1997).

| Município | Leitos/ 1.000 hab. | Médicos/ 1.000 hab. | Dentistas/ 1.000 hab. |
|---|---|---|---|
| Rio Real | 2,98 | 0,46 | 0,13 |

**Tabela 4.15** — Indicadores do serviço de saúde (1997).

| Denominação | Nº de Aposentos | Nº de Leitos |
|---|---|---|
| Pousada Lagoa Grande | 18 | 34 |
| Hotel Realense | 10 | 23 |

**Tabela 4.16** — Hotéis e pousadas em Rio Real.

| Local | Nº de Terminais | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Residencial | Comercial | Telefone Público | Posto de Serviço |
| Rio Real | 456 | 74 | 14 | 02 |
| Loreto | | | | 01 |
| Puba | | | | 01 |

*Fonte: TELEBAHIA.*

**Tabela 4.17** — Serviço telefônico no município de Rio Real.

| Ano | Nº de Telefones |
|---|---|
| 1980 | 219 |
| 1985 | 328 |
| 1990 | 329 |
| 1997 | 547 |

*Fonte: TELEBAHIA e CEI.*

**Tabela 4.18** — Telefones em serviço no município de Rio Real.

| Ano | Veículos Registrados |
|---|---|
| 1990 | 1.534 |
| 1991 | 1.754 |
| 1992 | 1.799 |
| 1993 | 1.868 |
| 1994 | 1.770 |
| 1995 | 1.677 |
| 1996 | 1.551 |

*Fonte: DETRAN e CEI.*

**Tabela 4.19** — Veículos registrados no município de Rio Real.

| Eleição | Ano | Eleitorado | Total de Votos | Voto | | Abstenções | Abstenções/ Eleitorado (%) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Branco | Nulo | | |
| Governador | 1986 | 9.703 | 9.188 | 562 | 424 | 515 | 5,31 |
| Prefeito | 1988 | 11.586 | 10.181 | 1.263 | 231 | 405 | 12,13 |
| Presidente | 1989 | 12.065 | 9.567 | 259 | 563 | 2.498 | 20,70 |
| Governador | 1990 | 12.225 | 9.615 | - | - | 2.610 | 21,35 |
| Prefeito | 1992 | 13.614 | 10.756 | 1.062 | 333 | 2.858 | 20,99 |
| Plebiscito | 1993 | 13.514 | 5.576 | - | - | 7.938 | 58,74 |
| Presidente | 1994 | 14.806 | 10.808 | 1.724 | 1.620 | 3.998 | 27,00 |
| Governador | 1994 | 14.806 | 10.808 | 4.346 | 874 | 3.998 | 27,00 |
| Prefeito | 1996 | 17.328 | 13.307 | 651 | 742 | 4.021 | 23,21 |

*Fonte: TRE e CEI.*

**Tabela 4.20** — Eleitorado municipal de Rio Real.

| Atividade | (ha) |
|---|---|
| Agricultura | 31.860 |
| Pastagem | 30.000 |
| Reflorestamento | 2.000 |
| Benfeitorias, impróprias para cultivo etc. | 6.940 |
| Área total | 70.800 |

*Fonte: Prefeitura Municipal.*

**Tabela 4.21** — Utilização das terras do município de Rio Real (1997).

| Cultura | Área (ha) | Produção |
|---|---|---|
| Citros | 23.000 | 290.283t |
| Coco-da-baía | 1.800 | 90.000 frutos |
| Maracujá | 350 | 2.100t |
| Mandioca | 400 | 5.100t |
| Feijão | 300 | 270.000kg |
| Abacaxi | 45 | 900t |
| Mamão | 105 | 630t |

*Fonte: Prefeitura Municipal.*

**Tabela 4.22** — Principais culturas no município de Rio Real.

| | |
|---|---|
| Área plantada (ha) | 23.000 |
| Número de plantas | 8.362.800 |
| Número de frutos/ano | 1.078.801.200 |
| Produção (t/ano) | 290.283 |
| Produtividade (caixa/pé) | 1 |
| Área produtiva-plantas acima de 3 anos (ha) | 20.700 |
| Área não-produtiva-plantas até 3 anos (ha) | 2.300 |

*Fonte: Prefeitura Municipal.*

**Tabela 4.23** — Estimativa da área plantada de citros no município de Rio Real (1996).

| | |
|---|---|
| Citros | 20t/ha |
| Maracujá | 6t/ha |
| Mandioca | 12t/ha |
| Coco-da-baía | 40 frutos/pé |
| Feijão | 900kg/ha |
| Abacaxi | 20t/ha |
| Mamão | 6t/ha |

*Fonte: Prefeitura Municipal.*

**Tabela 4.24** — Produtividade das principais culturas no município de Rio Real.

| Culturas | 1995 | | | 1996 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Área Colhida (ha) | Produção (t) | Rendimento Médio (kg/ha) | Área Colhida (ha) | Produção (t) | Rendimento Médio (kg/ha) |
| Citros | 23.000 | 290.283 | 20.000 | 23.000 | 290.283 | 20.000 |
| Coco-da-baía | 1.800 | 90.000 (1) | 50 (1) | 1.800 | 90.000 (1) | 50 (1) |
| Mandioca | 400 | 5.100 (2) | 12.000 | 400 | 5.100 (2) | 12.000 |
| Maracujá | 350 | 2.100 (2) | 6.000 | 350 | 2.100 (2) | 6.000 |
| Feijão | 300 | 270.000 | 900 | 300 | 270.000 | 900 |
| Abacaxi | 45 | 900 (2) | 20.000 | 45 | 900 (2) | 20.000 |
| Mamão | 85 | 510 (2) | 6.000 | 105 | 630 (2) | 6.000 |

*Fonte: Prefeitura Municipal.*
(1) frutos (2) t

**Tabela 4.25** — Produção agrícola do município de Rio Real.

| Países | Quantidade ($10^3$t) | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 1979-81 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 |
| América do Sul | 12.664 | 21.246 | 22.033 | 21.101 | 21.008 |
| Brasil | 10.243 | 18.936 | 19.682 | 18.771 | 18.604 |
| Argentina | 691 | 700 | 676 | 709 | 730 |
| Equador | 521 | 77 | 76 | 84 | 84 |
| Colômbia | 233 | 233 | 258 | 256 | 256 |
| Outros | 976 | 1.300 | 1.341 | 1.281 | 1.334 |
| América do Norte e Central | 12.103 | 10.666 | 11.748 | 13.978 | 13.266 |
| USA | 9.519 | 7.120 | 8.082 | 9.972 | 9.515 |
| México | 1.811 | 2.369 | 2.541 | 2.852 | 2.570 |
| Cuba | 251 | 493 | 428 | 425 | 433 |
| El Salvador | 100 | 124 | 124 | 125 | 126 |
| Costa Rica | 75 | 133 | 134 | 160 | 169 |
| Outros | 347 | 427 | 439 | 444 | 453 |
| Ásia | 6.039 | 13.417 | 12.664 | 13.854 | 14.249 |
| Índia | 1.170 | 1.890 | 1.900 | 2.000 | 2.100 |
| Israel | 866 | 569 | 516 | 384 | 475 |
| China | 721 | 5.893 | 4.820 | 6.074 | 6.175 |
| Paquistão | 702 | 1.141 | 1.160 | 1.180 | 1.200 |
| Turquia | 690 | 835 | 820 | 840 | 880 |
| Irã | 371 | 1.314 | 1.819 | 1.440 | 1.485 |
| Japão | 352 | 198 | 196 | 162 | 139 |
| Líbano | 215 | 261 | 263 | 270 | 276 |
| Síria | 35 | 202 | 154 | 233 | 245 |
| Outros | 917 | 1.114 | 1.016 | 1.271 | 1.274 |
| Europa | 4.003 | 5.467 | 6.182 | 5.713 | 5.296 |
| Itália | 1.659 | 1.842 | 2.112 | 2.109 | 1.610 |
| Espanha | 1.657 | 2.651 | 2.926 | 2.510 | 2.597 |
| Grécia | 577 | 788 | 943 | 906 | 900 |
| Portugal | 94 | 162 | 177 | 160 | 164 |
| Outros | 16 | 24 | 24 | 28 | 25 |
| África | 3.218 | 4.367 | 4.227 | 3.910 | 4.008 |
| Egito | 956 | 1.624 | 1.771 | 1.324 | 1.300 |
| Marrocos | 705 | 1.097 | 784 | 808 | 955 |
| África do Sul | 581 | 628 | 665 | 635 | 671 |
| Argélia | 269 | 222 | 252 | 260 | 270 |
| Zaire | 141 | 155 | 156 | 156 | 157 |
| Tunísia | 113 | 117 | 96 | 156 | 156 |
| Outro | 453 | 524 | 503 | 499 | 499 |
| Oceania | 410 | 486 | 627 | 588 | 638 |
| Austrália | 398 | 470 | 616 | 572 | 622 |
| Outros | 12 | 16 | 11 | 16 | 16 |
| URSS | 261 | 250 | 0 | 0 | 0 |
| Total Mundial | 38.699 | 55.899 | 57.961 | 59.394 | 58.731 |

*Fonte: Anuário FAO. SEAGRI.*

**Tabela 4.26** — Produção mundial de laranja.

| Ano | Produção (t) | Área Colhida (ha) | Rendimento (kg/ha) |
|---|---|---|---|
| 1990 | 17.520.521 | 912.996 | 19.190 |
| 1991 | 18.836.343 | 983.407 | 19.256 |
| 1992 | 19.682.291 | 988.704 | 19.907 |
| 1993 | 18.797.188 | 800.505 | 23.482 |
| 1994 | 17.420.377 | 895.925 | 19.444 |

*Fonte: IBGE. Produção Agrícola Mmunicipal. SEAGRI.*

**Tabela 4.27** — Produção, área colhida e rendimento médio de laranja no Brasil.

| Unidade da Federação | Produção (mil frutas) | Área Colhida (ha) | Rendimento (frutos/ha) |
|---|---|---|---|
| Total | 87.230.686 | 896.075 | 97.348 |
| Amazonas | 105.686 | 2.854 | 37.031 |
| Roraima | 10.000 | 400 | 25.000 |
| Pará | 1.409.849 | 13.705 | 102.871 |
| Maranhão | 221.129 | 2.357 | 93.818 |
| Piauí | 125.052 | 1.116 | 112.054 |
| Ceará | 78.215 | 1.201 | 65.125 |
| Paraíba | 58.966 | 1.094 | 53.899 |
| Pernambuco | 109.569 | 2.003 | 54.702 |
| Alagoas | 26.760 | 631 | 42.409 |
| Sergipe | 4.168.186 | 39.222 | 106.272 |
| Bahia | 3.232.006 | 41.702 | 79.685 |
| Minas Gerais | 2.627.705 | 41.430 | 63.425 |
| Espírito Santo | 172.001 | 2.446 | 70.319 |
| Rio de Janeiro | 1.358.390 | 26.978 | 50.352 |
| São Paulo | 69.025.000 | 668.461 | 103.260 |
| Paraná | 764.400 | 7.800 | 98.000 |
| Santa Catarina | 597.870 | 5.238 | 114.141 |
| Rio Grande do Sul | 2.318.097 | 28.858 | 80.328 |
| Mato Grosso do Sul | 39.077 | 645 | 60.584 |
| Mato Grosso | 111.618 | 1.552 | 71.919 |
| Goiás | 556.328 | 5.687 | 97.825 |
| Distrito Federal | 23.782 | 695 | 34.219 |

*Fonte: IBGE/LSPA.*

**Tabela 4.28** — Produção de laranja no Brasil (1994).

| Ano | Produção (t) | Área Colhida (ha) | Rendimento (kg/ha) |
|---|---|---|---|
| 1990 | 1.325.764 | 73.789 | 17.967 |
| 1991 | 1.551.064 | 79.821 | 19.432 |
| 1992 | 1.474.866 | 84.019 | 17.554 |
| 1993 | 1.544.276 | 85.970 | 17.963 |
| 1994 | 1.626.203 | 90.373 | 17.994 |

*Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal. SEAGRI.*

**Tabela 4.29** — Produção, área colhida e rendimento médio de laranja no Nordeste.

| Ano | Produção (t) | Área Colhida (ha) | Rendimento (kg/ha) |
|---|---|---|---|
| 1990 | 423.195 | 28.691 | 14.750 |
| 1991 | 484.948 | 33.345 | 14.543 |
| 1992 | 566.401 | 36.928 | 15.338 |
| 1993 | 529.298 | 37.647 | 14.059 |
| 1994 | 668.873 | 42.748 | 15.647 |

*Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal. SEAGRI.*

**Tabela 4.30** — Produção, área colhida e rendimento médio de laranja na Bahia.

| Ano | Produção (%) | Área Colhida (%) |
|---|---|---|
| 1990 | 2,42 | 3,14 |
| 1991 | 2,56 | 3,39 |
| 1992 | 2,88 | 3,73 |
| 1993 | 2,82 | 4,70 |
| 1994 | 3,84 | 4,77 |

*Fonte: IBGE, PAM. Produção Agrícola Municipal. SEAGRI.*

**Tabela 4.31** — Participação percentual de produção e área colhida de laranja.

| Ano | Produção (%) | Área Colhida (%) |
|---|---|---|
| 1990 | 31,92 | 38,88 |
| 1991 | 31,27 | 41,77 |
| 1992 | 38,40 | 43,95 |
| 1993 | 34,27 | 43,79 |
| 1994 | 41,13 | 47,30 |

*Fonte: IBGE, PAM. Produção Agrícola Municipal. SEAGRI.*

**Tabela 4.32** — Participação percentual de produção e área colhida de laranja. Bahia/Nordeste.

| Principais Regiões Econômicas | Produção (t) | | | | | Média |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1990-94 |
| Litoral Norte | 229.471 | 281.131 | 319.855 | 354.154 | 489.204 | 334.763 |
| Recôncavo Sul | 135.822 | 137.474 | 166.992 | 117.336 | 121.334 | 135.780 |
| Nordeste | 6.256 | 17.359 | 21.610 | 9.483 | 13.484 | 13.639 |
| Sudoeste | 12.374 | 12.409 | 11.202 | 8.474 | 8.781 | 10.648 |
| Litoral Sul | 11.529 | 11.287 | 11.940 | 5.854 | 6.019 | 9.326 |
| Paraguaçu | 7.202 | 7.359 | 8.102 | 8.415 | 5.935 | 7.403 |
| Extremo Sul | 4.997 | 5.270 | 8.317 | 8.850 | 9.150 | 7.317 |
| Oeste | 6.205 | 5.956 | 7.297 | 7.197 | 7.546 | 6.840 |
| Subtotal | 414.856 | 478.245 | 555.315 | 519.763 | 661.453 | 525.716 |
| Outros | 8.339 | 6.703 | 11.086 | 9.535 | 7.410 | 6.817 |
| Total do estado | 423.195 | 484.948 | 566.401 | 529.298 | 668.873 | 532.533 |

*Fonte: IBGE/PAM. Produção Agrícola Municipal.*
Elaboração: CER/SEAGRI.

**Tabela 4.33** — Principais regiões produtoras de laranja na Bahia.

| Municípios | Hectares | (%) |
|---|---|---|
| Rio Real | 13.851 | 36,8 |
| Inhambupe | 3.522 | 9,4 |
| Cruz das Almas | 1.900 | 5,0 |
| Sapeaçu | 1.700 | 4,5 |
| Alagoinhas | 1.550 | 4,1 |
| Sátiro Dias | 1.510 | 4,0 |
| Itapicuru | 1.000 | 2,7 |
| Outros | 12.614 | 33,5 |
| Total | 37.647 | 100,00 |

*Fonte: IBGE.*

**Tabela 4.34** — Municípios produtores de laranja no estado da Bahia (1993).

| Municípios | Produção Média (t) |
|---|---|
| Rio Real | 240.084 |
| Inhambupe | 36.478 |
| Cruz das Almas | 30.020 |
| Sapeaçu | 26.860 |
| Alagoinhas | 20.442 |
| Cabaceiras do Paraguaçu | 19.321 |
| Governador Mangabeira | 13.358 |
| Conceição do Almeida | 8.764 |
| **Estado da Bahia** | **532.533** |

*Fonte: IBGE/PAM. Produção Agrícola Municipal.*
Elaboração: CER/SEAGRI.

**Tabela 4.35** — Produção média de laranja nos principais municípios produtores. Bahia, 1990-94.

| Viverista | Nº de Mudas | Local |
|---|---|---|
| José Marcelino Dias | 120.000 | Lagoa Grande |
| Citricultura do Nordeste | 80.000 | Lagoa de Baixo |
| Osvaldo Resende | 30.000 | Salgado |
| Jorge dos Santos Conceição | 10.000 | Rua Ademar Fontes |
| José Aldemir Santos | 10.000 | Rua Ademar Fontes |
| Marivaldo A. Macêdo Jr. | 30.000 | Baixa da Mangaba |
| Ramom Rodrigues de Lima | 20.000 | Rua da Salgadeira |
| Joselito dos Santos | 60.000 | Rua José Bonifácio |
| Ednaldo de Jesus | 15.000 | Rua Olhos d'Água |
| Total | 375.000 | |

*Fonte: Prefeitura Municipal.*

**Tabela 4.36** — Relação dos principais viveristas no município de Rio Real.

| Produtor/Grupo | Cultura | Produção (ton) | Área (ha) |
|---|---|---|---|
| Citricultura do Nordeste | Citros | 40.000 | 2.000 |
| Antonio Bispo dos Santos | Citros | 5.000 | 1.000 |
| José Xavier de Souza | Citros | 13.000 | 660 |
| | Coco | | 45 |
| José Francisco Rodrigues | Citros | 8.000 | 400 |
| Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lagoa de Baixo | Citros | 7.000 | 350 |
| | Maracujá | 180 | 55 |
| Associação dos Pequenos Agricultores do Tanque do Marques | Citros | 1.000 | 50 |
| | Maracujá | 48 | 8 |
| Associação Desenvolvimento Comunitário do Povoado de Vila Nova | Citros | 400 | 30 |
| | Maracujá | 30 | 5 |
| Associação de Desenvolvimento Comunitário da Lagoa Seca | Citros | 5.000 | 250 |
| | Maracujá | 90 | 15 |
| Associação Comunitária Rural do Povoado de Loreto | Citros | 2.000 | 100 |
| | Maracujá | 60 | 10 |
| José Francisco Rodrigues | Citros | 600 | 30 |
| Luiz Alberto Ferreira de Vasconcelos | Citros | 2.600 | 130 |
| Manoel Bispo dos Santos | Citros | 1.350 | 150 |
| Miguel Oliveira Cerqueira | Abacaxi | 840 | 42 |
| Edvaldo Ribeiro | Citros | 1.160 | 58 |
| Roberto Shibata | Citros | 11.200 | 440 |
| | Mamão | 450 | 15 |
| Rizume Shimichi | Citros | 360 | 18 |
| | Mamão | 450 | 15 |
| | Coco | | 20 |
| Manoel Batista dos Santos | Citros | | 225 |
| Alberto Batista da Silva | Citros | | 100 |

*Fonte: Prefeitura Municipal.*

Obs.: A média da área/produtor no município é de 4ha.

**Tabela 4.37** — Principais produtores de fruteiras no município de Rio Real (1997).

| Rebanho | 1980 | 1985 | 1988 | 1989 | 1996 |
|---|---|---|---|---|---|
| Bovinos | 26.135 | 26.576 | 29.944 | 31.441 | 32.000 |
| Eqüinos | 1.772 | 2.159 | 2.744 | 2.881 | 2.200 |
| Suínos | 1.074 | 1.257 | 2.104 | 2.209 | 450 |
| Ovinos | 6.419 | 3.932 | 4.431 | 4.652 | 3.200 |
| Aves | 37.488 | 26.552 | 33.316 | 34.981 | 328.000 |

*Fonte: IBGE, CEI e Prefeitura Municipal.*

**Tabela 4.38** — Efetivo dos principais rebanhos no município de Rio Real.

| |
|---|
| Associação Comunitária Rural dos Moradores do Loreto<br>Presidente: Vitor Rodrigues Neto |
| Associação de Desenvolvimento Comunitário da Lagoa de Baixo<br>Presidente: Miguel Arcanjo Régis Rios |
| Associação de Desenvolvimento Comunitário do Povoado Vila Nova<br>Presidente: Antonio Firmo de Araújo |
| Associação dos Pequenos Agricultores do Tanque do Marques<br>Presidente: Josenia Francisco dos Santos |
| Associação de Desenvolvimento Comunitário da Lagoa Seca<br>Presidente - Márcio Lincolim dos Santos |
| ASCIBA — Associação dos Citricultores da Bahia<br>Endereço: Rua Coronel Otávio Souza Leite s/n<br>Presidente: Antônio Carlos Borges Chastinet Guimarães |
| Associação de Desenvolvimento Comunitário do Povoado Mombaça |
| Associação de Desenvolvimento Comunitário do Povoado Palmeira |
| Associação de Desenvolvimento Comunitário da Mata Verde |
| Associação de Desenvolvimento Comunitário do Povoado Olhos d'Água |
| Associação dos Moradores do Bairro Carro Quebrado<br>Endereço: Rua do Carro Quebrado |
| Associação de Desenvolvimento Comunitário do Povoado Lima |
| Associação dos Agricultores do Mocambo do Rio Azul |

*Fonte: Prefeitura Municipal.*

**Tabela 4.39** — Relação das associações comunitárias do município de Rio Real (1997).

| | | |
|---|---|---|
| Ano de criação | | 1880 |
| Região Econômica | | Litoral Norte |
| Distância para Salvador | | 202 |
| Área ($km^2$) | | 708 |
| População (1991) | Total | 27.783 |
| | Classificação no estado | 80° |
| | Rural | 13.866 |
| | Classificação no estado | 103° |
| | Urbana | 13.917 |
| | Classificação no estado | 81° |
| Taxa de urbanização | | 50,09 |
| Classificação no estado | | 117° |
| Taxa geométrica crescimento anual (1980-1991) | | 3,48 |
| População estimada (1995) | | 31.064 |
| Lavouras temporárias (1994) | Área plantada (ha) | 906 |
| | Área colhida (ha) | 906 |
| | Classificação no estado | 280° |
| Lavouras permanentes (1994) | Área colhida (ha) | 25.210 |
| | Classificação no estado | 4° |
| Módulo fiscal (ha) 1994 (1) | | 30 |
| Fração mínima de parcelamento (ha) 1994 (2) | | 2 |
| Cultura de laranja (1994) | Área plantada (ha) | 20.000 |
| | Quantidade produzida (1.000 frutos) | 1.840.000 |
| | Rendimento médio (frutos/ha) | 92.000 |
| | Valor (Mil Reais) | 51.520 |
| | Classificação no estado | 1° |
| Cultura de maracujá (1994) | Área plantada (ha) | 350 |
| | Quantidade produzida (1.000 frutos) | 25.200 |
| | Rendimento médio (frutos/ha) | 72.000 |
| | Valor (Mil Reais) | 705 |
| | Classificação no estado | 6° |
| Cultura de tangerina (1994) | Área plantada (ha) | 2.850 |
| | Quantidade produzida (1.000 frutos) | 262.200 |
| | Rendimento médio (frutos/ha) | 92.000 |
| | Valor (Mil Reais) | 8.652 |
| | Classificação no estado | 1° |
| Efetivos dos principais rebanhos (1994) | Bovinos | 57.798 |
| | Suínos | |
| | Eqüinos | 4.604 |
| | Muares | 1.252 |
| | Ovinos | |
| Produção de bens minerais (1995) | | Argila |

*Fonte: Classificação dos Municípios Baianos. Informações Básicas (SEI/CAR), 1996.*

**Tabela 4.40A** — Dados econômicos, sociais e de infra-estrutura do município de Rio Real.

| | | | |
|---|---|---|---|
| Estabelecimentos industriais, registrados na Junta Comercial da Bahia, por ramos (1995) | Total | | 38 |
| | Classificação no estado | | 103° |
| | Minerais não-metálicos | | 4 |
| | Metalurgia | | 2 |
| | Madeira | | 4 |
| | Produtos alimentares | | 15 |
| | Construção | | 7 |
| | Diversos | | 6 |
| Estabelecimentos comerciais registrados na Junta Comercial da Bahia (1995) | Total | | 406 |
| | Classificação no estado | | 114° |
| | Varejo | | 356 |
| | Classificação no estado | | 117° |
| | Atacado | | 50 |
| | Classificação no estado | | 69° |
| Parque hoteleiro (1992-1995) | Hotéis | | 3 |
| | Quartos | | 22 |
| | Leitos | | 45 |
| | Classificação no estado | | 107° |
| Estabelecimentos bancários (1995) | Banco do Brasil | Agência | 1 |
| | | Posto de serviço | - |
| | BANEB | Agência | 1 |
| Veículos registrados no DETRAN (1995) | Total | | 1.677 |
| | Veículos/100 habitantes | | 5,40 |
| | Classificação no estado | | 27° |
| | Automóveis | | 820 |
| | Caminhões | | 212 |
| | Ônibus | | 13 |
| | Outros | | 632 |
| Terminais telefônicos (1995) | em serviço | Número | 290 |
| | | 100 (nº telefones/população) | 0,93 |
| | | Classificação no estado | 130° |
| | instalados | Número | 300 |
| | | 100 (nº telefones/população) | 0,97 |
| | | Classificação no estado | 136° |
| Agência de correios | | | 1 |
| Consumo de energia elétrica (1995) | classe de consumo (MWh) | Industrial | - (3) |
| | | Comercial | - (3) |
| | | Rural | 53 (3) |
| | | Residencial | - (3) |
| | | Outros | - (3) |
| | Número de consumidores residenciais | | - (3) |
| | Consumo residencial (kWh)/habitante | | - (3) |
| | Classificação no estado | | - (3) |

*Fonte: Classificação dos Municípios Baianos. Informações Básicas (SEI/CAR), 1996.*

**Tabela 4.40B** — Dados econômicos, sociais e de infra-estrutura do município de Rio Real.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Cobertura escolar (1994) | (%) cobertura(4) | pré-escolar | | 11,4 |
| | | 1º Grau | | 49,5 |
| | matrículas/ano (5) | | | 12,5 |
| | sobrevivência 4ª série (6) | | | 248 |
| | (%) Taxas de analfabetismo (7) | | Urbana | 36 |
| | | | Rural | 60 |
| | | | Total | 47 |
| | | | Classificação no estado | 30º |
| Estabelecimentos de ensino do 1º Grau | Total | | Urbano | 18 |
| | | | Rural | 51 |
| | | | Total | 69 |
| | Estaduais | | Urbano | 7 |
| | | | Rural | - |
| | | | Total | 7 |
| | Municipais | | Urbano | 5 |
| | | | Rural | 50 |
| | | | Total | 55 |
| | Particulares | | Urbano | 6 |
| | | | Rural | 1 |
| | | | Total | 7 |
| Funções Docentes do 1º Grau (8) | Total | | Urbano | 161 |
| | | | Rural | 64 |
| | | | Total | 225 |
| | Estaduais | | Urbano | 87 |
| | | | Rural | - |
| | | | Total | 87 |
| | Municipais | | Urbano | 23 |
| | | | Rural | 61 |
| | | | Total | 84 |
| | Particulares | | Urbano | 51 |
| | | | Rural | 3 |
| | | | Total | 54 |
| Estabelecimentos de ensino do 2º Grau (9) | Total | | Urbano | 2 |
| | | | Rural | - |
| | | | Total | 2 |
| | Estaduais | | Urbano | 1 |
| | | | Rural | - |
| | | | Total | 1 |
| | Municipais | | Urbano | - |
| | | | Rural | - |
| | | | Total | - |
| | Particulares | | Urbano | 1 |
| | | | Rural | - |
| | | | Total | 1 |

*Fonte: Classificação dos Municípios Baianos. Informações Básicas (SEI/CAR), 1996.*

**Tabela 4.40C** — Dados econômicos, sociais e de infra-estrutura do município de Rio Real.

| | | | |
|---|---|---|---|
| Funções docentes do 2º Grau (8) | Total | Urbano | 27 |
| | | Rural | - |
| | | Total | 27 |
| | Estaduais | Urbano | 17 |
| | | Rural | - |
| | | Total | 17 |
| | Municipais | Urbano | - |
| | | Rural | - |
| | | Total | - |
| | Particulares | Urbano | 10 |
| | | Rural | - |
| | | Total | 10 |
| Unidades de saúde da rede do Sistema Único de Saúde (1995) | Centros | | - |
| | Postos | | 1 |
| | Hospitais | | 1 |
| | Leitos hospitalares (10) | contratados | 60 |
| | | total | 60 |
| | Leitos/1.000 habitantes (10) | | 1,93 |
| | Classificação no estado | | 102º |
| Médicos e odontólogos da Secretaria de Saúde do Estado (1995) | Médicos | | 3 |
| | Médicos/1.000 habitantes | | 0,10 |
| | Classificação no estado | | 46º |
| | Odontólogos | | 2 |
| | Odontólogos/5.000 habitantes | | 0,32 |
| | Classificação no estado | | 45º |
| Mortalidade infantil (1993) | População de menores de 1 ano | | 788 |
| | Taxa de mortalidade (11) | | 2,22 |
| | Classificação no estado | | 26º |
| Cobertura vacinal em menores de 1 ano (12) | Pólio (%) | | 28,43 |
| | Classificação no estado | | 289º |
| | Tríplice (%) | | 36,68 |
| | Classificação no estado | | 284º |
| | Sarampo (%) | | 57,36 |
| | Classificação no estado | | 262º |
| | BCG (%) | | 66,24 |
| | Classificação no estado | | 259º |
| Condições de sobrevivência de crianças de 0 a 6 anos (1994) | População de 0 a 6 anos | | 5.620 |
| | Crianças em domicílios com | Chefe com renda até 1 SM (%) | 63,1 |
| | | Chefe homem com menos de 1 ano de estudo (%) | 56,9 |
| | | Chefe mulher com menos de 1 ano de estudo (%) | 6,1 |
| | | Abastecimento de água inadequado (%) | 71,1 |
| | Índice de condições de sobrevivência | | 0,55 |
| | Classificação no estado | | 29º |

*Fonte: Classificação dos Municípios Baianos. Informações Básicas (SEI/CAR), 1996.*

**Tabela 4.40D** — Dados econômicos, sociais e de infra-estrutura do município de Rio Real.

| | | | |
|---|---|---|---|
| Abastecimento de água (1991) | Domicílios totais | | 5.893 |
| | Canalização interna | | 2.017 |
| | Rede geral | | 1.857 |
| | Rede geral/domicílios (%) | | 31,51 |
| | Classificação no estado | | 103° |
| Instalação sanitária (1991) | Total | | 3.324 |
| | Total/domicílios (%) | | 56,41 |
| | Classificação no estado (%) | | 108° |
| Lixo coletado (1991) | Total | | 1.233 |
| | Total/domicílios (%) | | 20,92 |
| | Classificação no estado | | 182° |
| Receitas de transferências constitucionais (1995) (R$1,00) | Total | | 2.407.443 |
| | Total/população estimada para 1995 | | 77,50 |
| | Classificação no estado | | 331° |
| | Federais | Fundo de Participação dos Municípios | 1.680.395 |
| | | Imposto sobre Propriedade Territorial Rural | 584 |
| | Estaduais | Imposto sobre Circulação Mercadorias | 677.846 |
| | | Imposto sobre Produtos Industrializados | 22.903 |
| | | Imposto sobre Veículos Automotores | 25.715 |
| Benefícios concedidos pelo INSS (1995) | Total | | 2.758 |
| | Classificação no estado | | 103° |
| | Urbano | | 395 |
| | Classificação no estado | | 98° |
| | Rural | | 2.363 |
| | Classificação no estado | | 104° |
| | Valor - R$1,00 (outubro-1995) | | 360.846 |
| | Classificação no estado | | 97° |
| Chefe de família por faixa de renda SM (1991) | Total | | 5.922 |
| | 0 a ½ | | 1.259 |
| | % | | 21,26 |
| | ½ a 1 | | 2.535 |
| | % | | 42,81 |
| | 1 a 3 | | 1.313 |
| | % | | 22.17 |
| | 3 a 5 | | 140 |
| | % | | 2,36 |
| | 5 a 10 | | 149 |
| | % | | 2,52 |
| | 10 a + | | 90 |
| | % | | 1,52 |
| | Sem renda | | 424 |
| | % | | 7,16 |
| | Sem declarar | | 12 |
| | % | | 0,20 |
| Estimativa de famílias indigentes 1990 (13) | Absoluta | | 3.627 |
| | Relativa | | 58,10 |
| | Classificação no estado | | 164° |

*Fonte: Classificação dos Municípios Baianos. Informações Básicas (SEI/CAR), 1996.*

**Tabela 4.40E** — Dados econômicos, sociais e de infra-estrutura do município de Rio Real.

(1) Referência mínima para cobrança de ITR.
(2) Menor área para fracionamento de um imóvel rural.
(3) O município de Rio Real é suprido pela SULGIPE.
(4) A cobertura do pré-escolar refere-se à faixa de 5-6 anos, enquanto a cobertura do primeiro grau refere-se à faixa de 7-14 anos.
(5) Conjunto de anos-matrícula (contando os anos-matrícula dispendidos com evadidos e repetentes) que é realizado para formar um aluno nas quatro séries iniciais do primeiro grau.
(6) Número em cada mil alunos que ingressam no primeiro grau e são aprovados na quarta série.
(7) Relativo a pessoas acima de 15 anos. As melhores colocações foram atribuídas às menores taxas de analfabetismo.
(8) O mesmo professor pode exercer mais de uma função docente.
(9) Constam apenas estabelecimentos em atividade.
(10) Inclui as clínicas e respectivos leitos.
(11) Relação entre número de óbitos registrados em menores de 1 ano, e a população de menores de 1 ano, multiplicada por 1.000.
(12) Atribui-se, geralmente, à população subestimada coberturas vacinais superiores a 100%.
(13) Famílias cuja renda familiar corresponde, no máximo, ao valor de aquisição da cesta básica de alimentos.

| | |
|---|---|
| Área ($km^2$) | 708 |
| km de rodovia pavimentada | 56,50 |
| km de rodovia pavimentada/área | 7,98 |
| Classificação rodovia pavimentada/área | 93° |
| População (1994) | 30.209 |
| Consumo energia elétrica (MWh) | 45 |
| Consumo energia elétrica/100 habitantes | 0,15 |
| Classificação consumo energia elétrica | 414° |
| Número de estabelecimentos bancários | 2 |
| Número de estabelecimentos bancários/100 habitantes | 0,07 |
| Classificação estabelecimentos bancários | 230° |
| Número de telefones | 290 |
| Número de telefones/100 habitantes | 0,96 |
| Classificação número de telefones/100 habitantes | 165° |
| Número de estabelecimentos comerciais | 84 |
| Número de estabelecimentos de serviços | 6 |
| Número total de estabelecimentos (comerciais + serviços) | 90 |
| Número de estabelecimentos/1.000 habitantes | 2,98 |
| Classificação estabelecimentos (comerciais + serviços) | 70° |
| Índice de infra-estrutura | 3,71 |
| Classificação do índice de infra-estrutura | 317° |
| Matrículas 1° grau | 5.984 |
| Matrículas 2° grau | 285 |
| Matrículas curso professor | - |
| Relação matrículas/população | 20,8 |
| Índice de qualificação da mão-de-obra (CAP) | 20,75 |
| Classificação índice de qualificação de mão-de-obra | 288° |
| Índice de renda municipal (IRM) | 48,06 |
| Classificação índice de renda municipal | 28° |
| Índice de desenvolvimento econômico (IDE) | 15,47 |
| Classificação em relação aos demais municípios baianos | 74° |

*Fonte: Classificação dos Municípios Baianos. Informações Básicas (SEI/CAR), 1996.*

**Tabela 4.41** — Índice de desenvolvimento econômico, informações básicas e indicadores do município de Rio Real.

| | |
|---|---|
| População (1994) | 30.209 |
| Doenças redutíveis por imunização | 14 |
| Doenças redutíveis por saneamento básico | 9 |
| Total doenças transmissíveis | 23 |
| Sintomas, sinais e afecções mal definidas | 17 |
| Total de óbitos registrados | 111 |
| Coeficiente doenças transmissíveis/100.000 habitantes | 76,14 |
| Classificação coeficiente doenças transmissíveis | 144° |
| % de óbitos por sintomas mal definidos | 15,32 |
| Classificação % óbitos sintomas mal definidos | 35° |
| Índice do nível de saúde | 34,15 |
| Classificação do índice de saúde | 43° |
| Matrículas de 1° grau | 5.984 |
| Matrículas de 2° grau | 285 |
| Matrículas cursos profissionalizantes | - |
| Relação número matrículas/população | 20,75 |
| Índice do nível educacional | 20,75 |
| Classificação do índice educacional | 288° |
| Consumo residencial de energia elétrica (MWh) | 3.007 |
| Consumo energia elétrica/100 habitantes | 9,95 |
| Classificação consumo energia elétrica | 107° |
| Consumo água tratada ($m^3$) | 448.315 |
| Consumo de água/100 habitantes | 1.484,04 |
| Classificação consumo água tratada | 138° |
| Índice de oferta de serviços básicos (ISB) | 243,08 |
| Classificação índice serviços básicos | 122° |
| Renda média dos chefes de família (RMC) | 60.090,30 |
| Classificação da renda média dos chefes de família | 50° |
| Índice de desenvolvimento social (IDS) | 54,58 |
| Classificação do índice de desenvolvimento social | 55° |

*Fonte: Classificação dos Municípios Baianos. Informações Básicas (SEI/CAR), 1996.*

**Tabela 4.42** — Índice de desenvolvimento social, informações básicas e indicadores do município de Rio Real.

| | | |
|---|---|---|
| Cultura de laranja | (1994) | 1° |
| Cultura de tangerina | (1994) | 1° |
| Área com lavoura permanente | (1994) | 4° |
| Cultura de maracujá | (1994) | 6° |
| Taxa de mortalidade infantil | (1993) | 26° |
| Nº de veículos registrados no DETRAN/100 habitantes | (1995) | 27° |
| Índice de renda municipal | | 28° |
| Índice de condições de sobrevivência — 0 a 6 anos | (1994) | 29° |
| Taxa de analfabetismo | (1994) | 30° |
| % de óbitos por sintomas mal definidos | | 35° |
| Índice do nível de saúde | | 43° |
| Nº de odontólogos/5.000 habitantes | (1995) | 45° |
| Nº de médicos/1.000 habitantes | (1995) | 46° |
| Renda média dos chefes de família | | 50° |
| Índice de desenvolvimento social | | 55° |
| Nº de estabelecimentos (comerciais + serviços)/1.000 habitantes | | 70° |
| Índice de desenvolvimento econômico (IDE) | | 74° |
| População | (1991) | 80° |
| Rodovia pavimentada/área | | 93° |
| Nº de leitos hospitalares/1.000 habitantes | (1995) | 102° |
| Nº de estabelecimentos industriais registrados na Junta Comercial da Bahia | (1995) | 103° |
| Abastecimento de água | (1994) | 103° |
| Benefícios concedidos pelo INSS | (1995) | 103° |
| Parque hoteleiro | (1992-1995) | 107° |
| Consumo energia elétrica/100 habitantes | | 107° |
| Instalações sanitárias | (1991) | 108° |
| Nº de estabelecimentos comerciais registrados na Junta Comercial da Bahia | (1995) | 114° |
| Taxa de urbanização | (1991) | 117° |
| Oferta de serviços básicos | | 122° |
| (Nº de terminais telefônicos em serviço/população)x100 | (1995) | 130° |
| (Nº de terminais telefônicos instalados/população)x100 | (1995) | 136° |
| Consumo água tratada/100 habitantes | | 138° |
| Coeficiente doenças transmissíveis | | 144° |
| Estimativa de famílias indigentes | (1990) | 164° |
| Nº de telefones/100 habitantes | | 165° |
| Coleta de lixo | | 182° |
| Nº de estabelecimentos bancários/1.000 habitantes | | 230° |
| Cobertura vacinal BCG | (1995) | 259° |
| Cobertura vacinal sarampo | (1995) | 262° |
| Área com lavoura temporária | (1994) | 280° |
| Cobertura vacinal tríplice | (1995) | 284° |
| Índice de qualificação de mão-de-obra | | 288° |
| Índice educacional | | 288° |
| Cobertura vacinal pólio | (1995) | 289° |
| Índice de infra-estrutura | | 317° |
| Receitas de transferências constitucionais | (1995) | 331° |
| Consumo energia elétrica/100 habitantes | | 414° |

*Fonte: Classificação dos Municípios Baianos. Informações Básicas (SEI/CAR), 1996.*

**Tabela 4.43** — Classificação do município de Rio Real em relação aos demais municípios do estado, considerando dados econômicos, sociais e de infra-estrutura.

**Foto 4.1** – Fórum de Justiça.

**Foto 4.2** – Praça da igreja matriz.

**Foto 4.3** – Hospital e Maternidade.

**Foto 4.4** – Estação de tratamento de água da EMBASA.

**Foto 4.5** – Reservatório de água da EMBASA em Rio Real.

**Foto 4.6** – Matadouro municipal em Rio Real.

**Foto 4.7** – Casa de farinha comunitária em Taboa.

**Foto 4.8** – Escola municipal na fazenda Cruz da Negra.

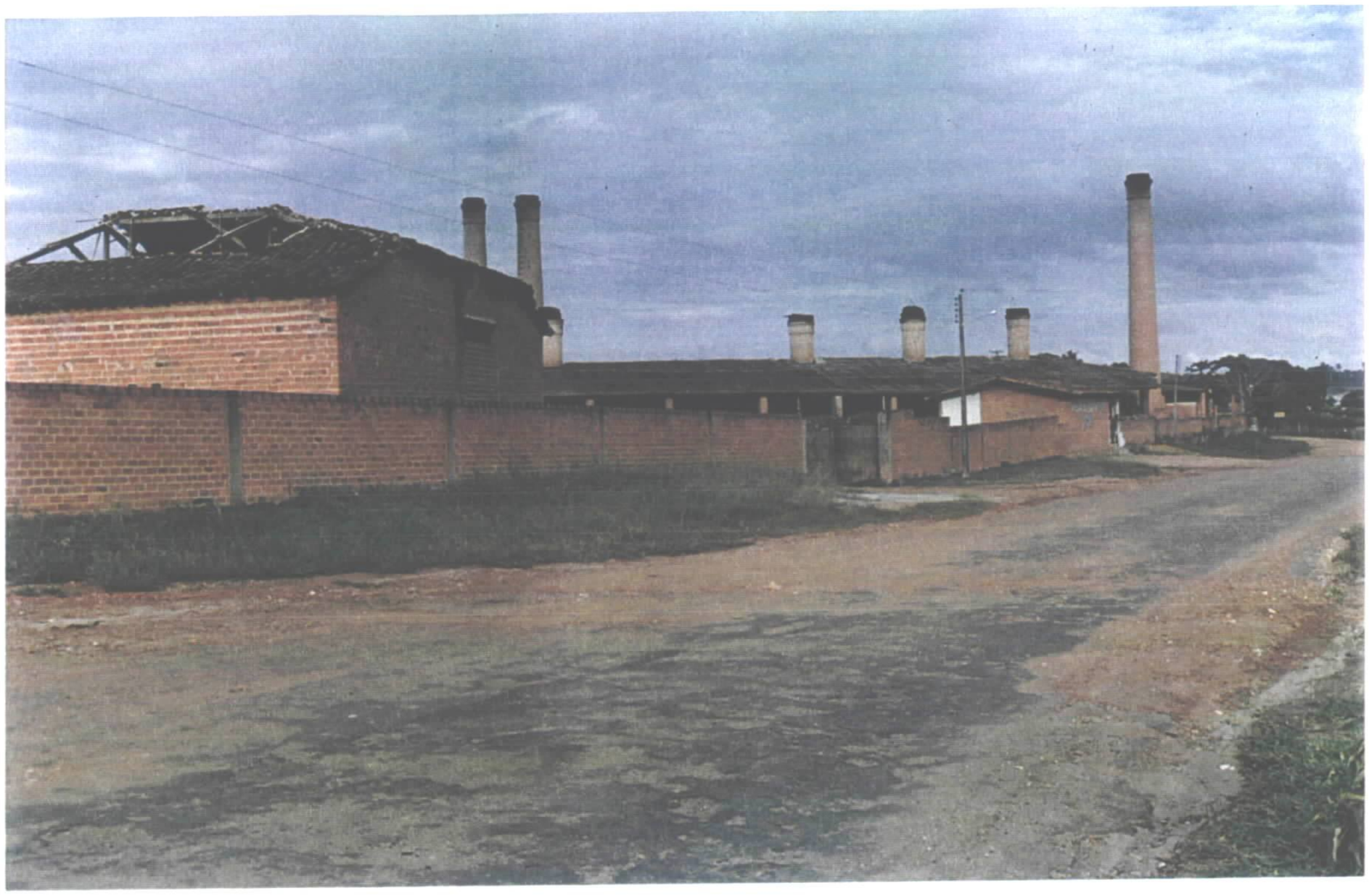


**Foto 4.9** – Cerâmica Bury na sede municipal.

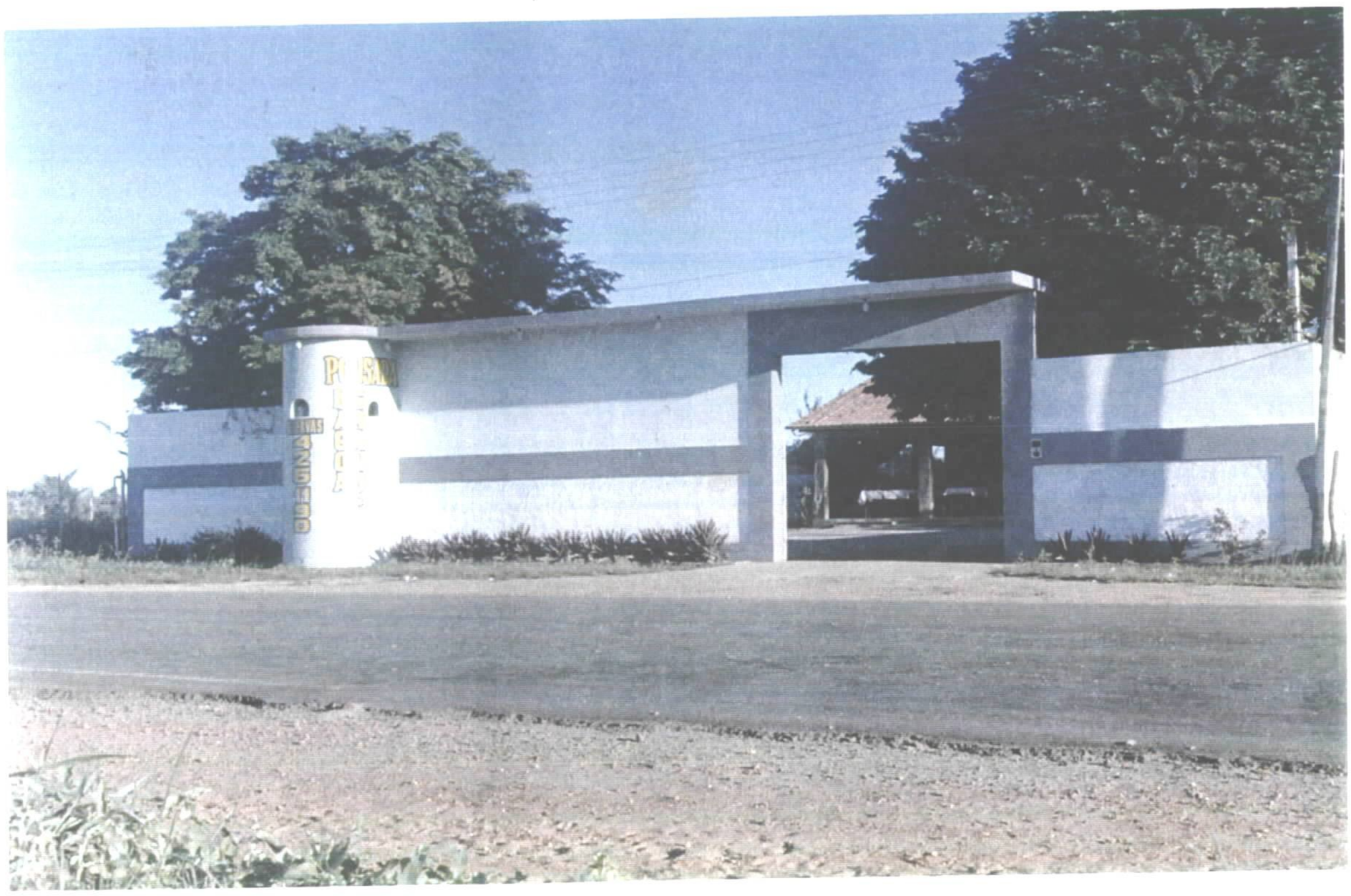


**Foto 4.10** – Pousada Lagoa Grande.

**Foto 4.11** – Acesso para o parque Pesque e Pague.

**Foto4.12** – Vista geral do parque Pesque e Pague.

**Foto 4.13** – Cultura de laranja. Local: km 10 do trecho Loreto-Esplanada, BR-101.

**Foto 4.14** – Detalhe da foto anterior.

**Foto 4.15** – Cultura de laranja em Rio Real.

**Foto 4.16** – Cultura de laranja em Rio Real.

**Foto 4.17** – Unidade de beneficiamento de laranja em Rio Real.

**Foto 4.18** – Local da futura Central Citro de Abastecimento de Rio Real.

## 5 BIBLIOGRAFIA


ANDRADE, Sérgio Nobre. Algumas verdades sobre o coco. A TARDE. Caderno Rural. Salvador, 5 março 1998. Local, p. 6-7.

A TARDE. O fogo se espalha pelos pinheiros da Linha Verde. Salvador, 3 nov., 1997. Local, p. 3.

BAHIA. Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. *Frutas:* a caminho de um grande mercado. Salvador: SEAGRI, 1996. 156P. P. 53-79 IL. (Série Alternativas de Investimentos, 3).

CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES — CEI. *Informações básicas dos municípios baianos*: região Litoral Norte. Salvador 1994. 440p. il. ISBN 85-7117-015-0.

_____. *Perfil da Região Econômica Litoral Norte*. Salvador, 1994. 88p. il., tabelas, mapas. (Série Perfis Regionais, 2). ISBN 85-7117-016-9.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL — CAR (BA). *Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável*; modelo teórico-metodológico. Salvador, 1995. 32p. il. (Cadernos CAR, 5).

ENCICLOPÉDIA dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. 20, p. 19-21.

_____. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. 21, p. 172-176.

FONSECA, Adilson. O lado azedo dos laranjais. *A Tarde*, Salvador, 7 dez. 1997. Local, p. 16.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Contagem da população 1996*: resultados relativos a sexo da população e situação da unidade domiciliar. Rio de Janeiro, 1997. v. 1. il: mapas, tabelas. Acompanha CD-ROM. ISBN 85-240-0638-2.

MACEDO JR., M.A. *Rio Real, pólo da citricultura baiana*. Rio Real: Escritório da EBDA, 1993. 2fl. Mimeografado.

_____. *Comercialização de citros*. Rio Real: Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Fundiários, [1996]. 1fl. Digitado.

_____. *Informações sobre a citricultura*. Rio Real: Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Fundiários, [1996?]. 1fl. Digitado.

MENDONÇA, Selma Oliveira de. (Coord.) *Informações básicas sobre a origem da cidade de Aporá*. Aporá: Prefeitura Municipal de Aporá, 1984. 48p. il. Trabalho de pesquisa dos alunos do curso de Magistério do Grupo Escolar Professora Áurea dos Humildes.

MENEZES, Vladson Bahia. *A agroindústria processadora de laranja na Bahia e em Sergipe*: situação e perspectivas. Salvador: Fundação Centro de Projetos e Estudos, 1993. 18p. (Carta da CPE, 17).

RIO REAL. Prefeitura Municipal. *Um novo tempo para Rio Real*: Relatório de Atividades 1993-96. Rio Real, [1996]. p. 5-7p. il.

SILVA, José Calasans Brandão da. *Cartografia de Canudos*. Salvador; Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia: Conselho Estadual de Cultura: EGBA, 1997. 145p. (Coleção Memória da Bahia, 5). ISBN 85-86485-10-1.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA — SEI. COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL — CAR. *Classificação dos municípios baianos;* indicadores selecionados. Salvador, 1996. v.1.

_____. *Classificação dos municípios baianos*. Salvador, 1996-97. 2v. il. v.1.

## 5 BIBLIOGRAFIA


ANDRADE, Sérgio Nobre. Algumas verdades sobre o coco. A TARDE. Caderno Rural. Salvador, 5 março 1998. Local, p. 6-7.

A TARDE. O fogo se espalha pelos pinheiros da Linha Verde. Salvador, 3 nov., 1997. Local, p. 3.

BAHIA. Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. *Frutas:* a caminho de um grande mercado. Salvador: SEAGRI, 1996. 156P. P. 53-79 IL. (Série Alternativas de Investimentos, 3).

CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES — CEI. *Informações básicas dos municípios baianos*: região Litoral Norte. Salvador 1994. 440p. il. ISBN 85-7117-015-0.

_____. *Perfil da Região Econômica Litoral Norte*. Salvador, 1994. 88p. il., tabelas, mapas. (Série Perfis Regionais, 2). ISBN 85-7117-016-9.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL — CAR (BA). *Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável*; modelo teórico-metodológico. Salvador, 1995. 32p. il. (Cadernos CAR, 5).

ENCICLOPÉDIA dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. 20, p. 19-21.

_____. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. 21, p. 172-176.

FONSECA, Adilson. O lado azedo dos laranjais. *A Tarde*, Salvador, 7 dez. 1997. Local, p. 16.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Contagem da população 1996*: resultados relativos a sexo da população e situação da unidade domiciliar. Rio de Janeiro, 1997. v. 1. il: mapas, tabelas. Acompanha CD-ROM. ISBN 85-240-0638-2.

MACEDO JR., M.A. *Rio Real, pólo da citricultura baiana*. Rio Real: Escritório da EBDA, 1993. 2fl. Mimeografado.

_____. *Comercialização de citros*. Rio Real: Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Fundiários, [1996]. 1fl. Digitado.

_____. *Informações sobre a citricultura*. Rio Real: Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Fundiários, [1996?]. 1fl. Digitado.

MENDONÇA, Selma Oliveira de. (Coord.) *Informações básicas sobre a origem da cidade de Aporá*. Aporá: Prefeitura Municipal de Aporá, 1984. 48p. il. Trabalho de pesquisa dos alunos do curso de Magistério do Grupo Escolar Professora Áurea dos Humildes.

MENEZES, Vladson Bahia. *A agroindústria processadora de laranja na Bahia e em Sergipe*: situação e perspectivas. Salvador: Fundação Centro de Projetos e Estudos, 1993. 18p. (Carta da CPE, 17).

RIO REAL. Prefeitura Municipal. *Um novo tempo para Rio Real*: Relatório de Atividades 1993-96. Rio Real, [1996]. p. 5-7p. il.

SILVA, José Calasans Brandão da. *Cartografia de Canudos*. Salvador; Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia: Conselho Estadual de Cultura: EGBA, 1997. 145p. (Coleção Memória da Bahia, 5). ISBN 85-86485-10-1.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA — SEI. COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL — CAR. *Classificação dos municípios baianos;* indicadores selecionados. Salvador, 1996. v.1.

_____. *Classificação dos municípios baianos*. Salvador, 1996-97. 2v. il. v.1.

Indicadores Selecionados. v.2: Informações Básicas.

SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÍDRICOS (BA) *Plano Diretor de Recursos Hídricos*: Bacias do Vaza-Barris e Real. Documento-Síntese. Salvador, 1996. 208p. il.

# Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

**Sede**
SGAN - 603 - Módulo "I" - 1° andar
CEP: 70830.030 - Brasília - DF
Telefones: (061)312-5252 - (061)223-5253 (PABX)
Fax: (061)225-3985

**Escritório Rio de Janeiro**
Av. Pasteur, 404 - Urca
CEP: 22292.040 - Rio de Janeiro - RJ
Telefones: (021)295-5337 - (021)295-0032 (PABX)
Fax: (021)295-6347

**Diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial**
Telefones: (021)295-6647
Fax: (021)295-6347

**Departamento de Gestão Territorial**
Telefones: (021)295-6797 - (021)295-6147

**Diretoria de Relações Institucionais e Desenvolvimento**
Telefones: (021)295-8248 - (021)295-5804 (PABX)
Fax: (021)295-6347

**Divisão de Documentação Técnica**
Telefones: (021)295-5897 - (021)295-5997

**Superintendência Regional de Belém**
Av. Dr. Freitas, 3645 - Marco
CEP: 66095.110 - Belém - PA
Telefones: (091)226-0016 - (091)246-8577 (PABX)
Fax: (091)246-4020

**Superintendência Regional de Belo Horizonte**
Av. Brasil, 1731 - Funcionários
CEP: 30140.002 - Belo Horizonte - MG
Telefones: (031)261-3037 - (031)261-5977 (PABX)
Fax: (031)261-5585

**Superintendência Regional de Goiânia**
Rua 148, 485 - Setor Marista
CEP: 74170.110 - Goiânia - GO
Telefones: (062)281-1342 - (062)281-1522 (PABX)
Fax: (062)281-1709

**Superintendência Regional de Manaus**
Av. André Araújo, 2160 - Aleixo
CEP: 69065.001 - Manaus - AM
Telefones: (092)663-5533 - (092)663-5640 (PABX)
Fax: (092)663-5531

**Superintendência Regional de Porto Alegre**
Rua Banco da Província, 105
CEP: 90840.030 - Porto Alegre - RS
Telefones: (051)233-4643 - (051)233-7311 (PABX)
Fax: (051)233-7772

**Superintendência Regional de Recife**
Av. Beira Rio, 45 - Madalena
CEP: 50610.100 - Recife - PE
Telefones: (081)227-6293 - (081)227-0277 (PABX)
Fax: (081)227-4281

**Superintendência Regional de Salvador**
Av. Ulisses Guimarães, 2862
Centro Administrativo da Bahia
CEP: 41213.000 - Salvador - BA
Telefones: (071)230-0025 - (071)230-9977 (PABX)
Fax: (071)371-4005

**Superintendência Regional de São Paulo**
Rua Barata Ribeiro, 357 - Bela Vista
CEP: 01308-000 - São Paulo - SP
Telefones: (011)255-8655 - (011)255-8155 (PABX)
Fax: (011)256-6955

**Residência de Fortaleza**
Av. Santos Dumont, 7700 - 4° andar - Papicu
CEP: 60150.163 - Fortaleza - CE
Telefones: (085)265-1726 - (085)265-1288 (PABX)
Fax: (085)265-2212

**Residência de Porto Velho**
Av. Lauro Sodré, 2561 - Bairro Tanques
CEP: 78904.300 - Porto Velho - RO
Telefones: (069)223-3165 - (069)223-3544 (PABX)
Fax: (069)221-5435

**Residência de Teresina**
Rua Goiás, 312 - Sul
CEP: 64001-570 - Teresina - PI
Telefones: (086)222-6963 - (086)222-4153 (PABX)
Fax: (086)222-6651

**MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA**
SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA
CPRM - SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL
Superintendência Regional de Salvador

# PROJETO ACAJUTIBA - APORÁ - RIO REAL

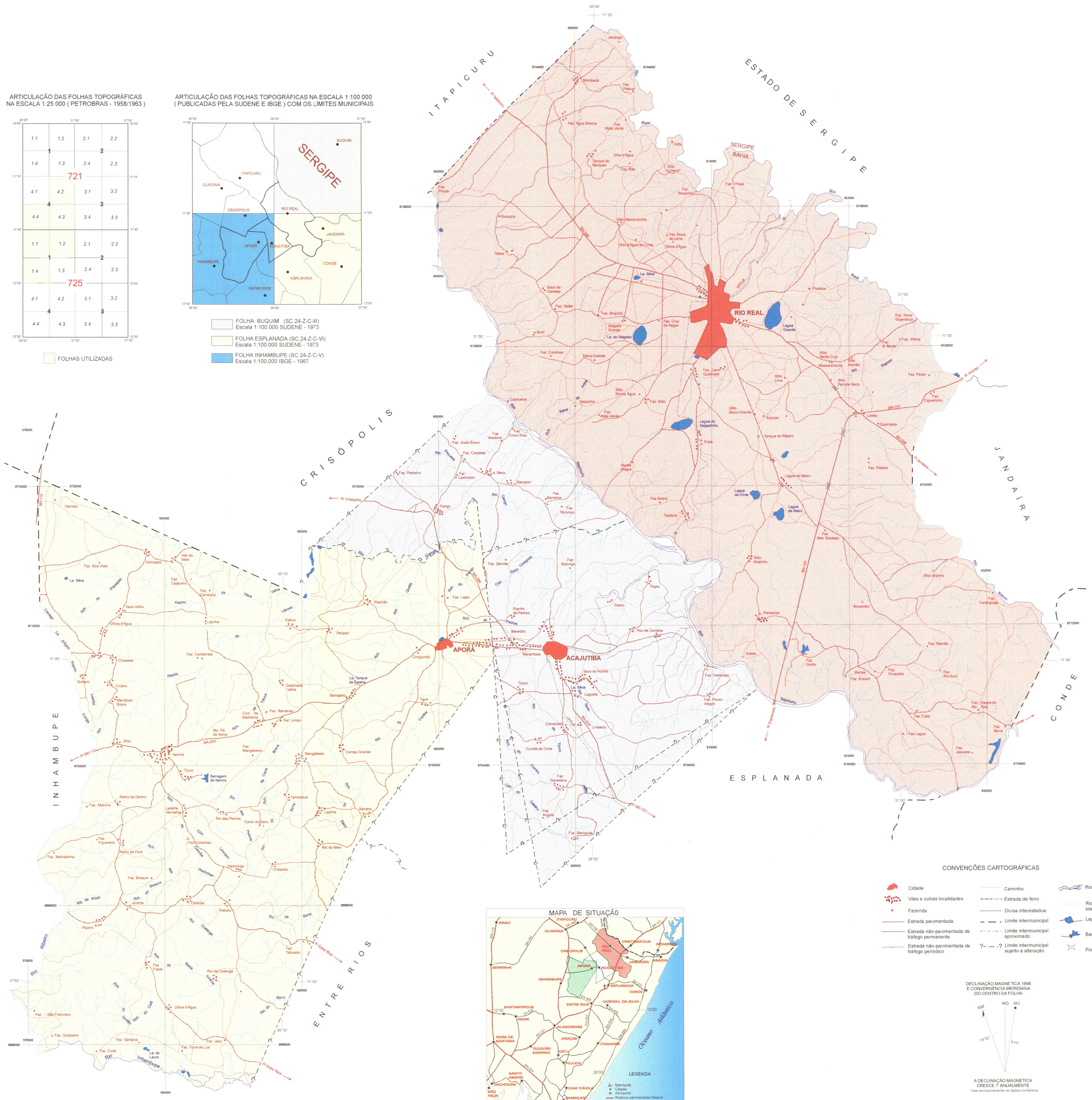
**PREFEITURAS MUNICIPAIS**
**ACAJUTIBA - APORÁ - RIO REAL**

ARTICULAÇÃO DAS FOLHAS TOPOGRÁFICAS
NA ESCALA 1:25 000 ( PETROBRAS - 1958/1963 )

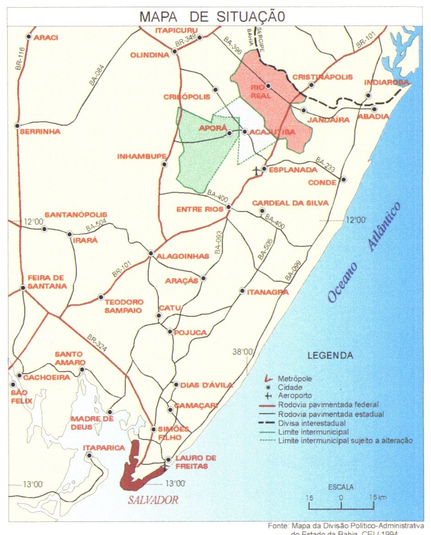



ARTICULAÇÃO DAS FOLHAS TOPOGRÁFICAS NA ESCALA 1:100 000
( PUBLICADAS PELA SUDENE E IBGE ) COM OS LIMITES MUNICIPAIS




MAPA DE SITUAÇÃO




Fonte: Mapa da Divisão Político-Administrativa do Estado da Bahia CEI / 1994

CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

- Cidade
- Vilas e outras localidades
- Fazenda
- Estrada pavimentada
- Estrada não-pavimentada de tráfego permanente
- Estrada não-pavimentada de tráfego periódico
- Caminho
- Estrada de ferro
- Divisa interestadual
- Limite intermunicipal
- Limite intermunicipal aproximado
- Limite intermunicipal sujeito a alteração
- Rio perene
- Rio intermitente
- Lagoa
- Barragem
- Ponte

DECLINAÇÃO MAGNÉTICA 1966
E CONVERGÊNCIA MERIDIANA
DO CENTRO DA FOLHA




A DECLINAÇÃO MAGNÉTICA
CRESCE 7' ANUALMENTE
Usar exclusivamente os dados numéricos

Bases planimétrica e topográfica geradas a partir das folhas Buquim (SC.24-Z-C-III) e Esplanada (SC.24-Z-C-VI), elaboradas pela SUDENE (1973) e Inhambupe (SC.24-Z-C-V), elaborada pelo IBGE (1967), na escala 1:100.000, e pela redução das folhas 721-4-2, 721-4-3, 721-4-4, 725-1-1, 725-1-2 e 725-1-4, elaboradas pela PETROBRAS / SACS / GEOFOTO (1956-1963), na escala 1:25.000.
Digitalização no programa GSMAP (USGS - United States Geological Survey), pela *BMP Info - Comércio de Serviços de Informática Ltda.*
*Editoração no programa Corel DRAW 7.0 e utilização do sistema GEOEXP 4.2,na importação e exportação de dados.*
As referidas bases foram atualizadas a partir de dados obtidos em imagens de satélite, pesquisa bibliográfica e trabalhos de campo.
Este projeto foi desenvolvido na escala 1:100.000, indicada para atividades de planejamento regional. Trabalhos específicos exigirão serviços em escalas maiores.

Supervisão de Informática: *João Henrique Gonçalves*
Revisão e editoração da base cartográfica: *Euvaldo Carvalhal Britto*
Desenho da base estavel: *Emanoel Vieira de Macedo*

A CPRM agradece a gentileza da comunicação de falhas ou omissões constatadas neste mapa.
Contactar a Superintendência Regional de Salvador.

Tel. (071) 230-9977, FAX (071) 371-4005, e-mail: cprmsa@bahianet.com.br

## MAPA PLANIMÉTRICO

ESCALA 1:100.000

2km 0 2 4 6km

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR

DATUM HORIZONTAL CÓRREGO ALEGRE CNG MINAS GERAIS
ORIGEM DA QUILOMETRAGEM UTM:" EQUADOR E MERIDIANO 39º W GR"
ACRESCIDAS AS CONSTANTES 10.000km E 500 km RESPECTIVAMENTE
DECLINAÇÃO MAGNÉTICA DO CENTRO DA FOLHA EM 1966 19º52'W CRESCE 7' ANUALMENTE
(DADOS REFERENTES À FOLHA INHAMBUPE, ESCALA 1:100 000)

**1998**

Autores : Geólogo *Antônio José Dourado Rocha*
Técnico de Prospecção *Edvaldo Lima Mota*
Técnico de Mineração *Rossini Barreto Concentino*

O Programa Informações para Gestão Territorial - GATE é executado pela CPRM - Serviço Geológico do Brasil, através de suas unidades regionais, sob a coordenação do Departamento de Gestão Territorial - DEGET. Este projeto foi executado pela Superintendência Regional de Salvador - SUREG/SA, mediante convênio firmado entre a CPRM e as prefeituras municipais de Acajutiba, Aporá e Rio Real.

PREFEITURAS MUNICIPAIS
ACAJUTIBA: *José Luiz Mendes Brito - Prefeito*
APORÁ: *Agenor Mendes de Oliveira - Prefeito*
RIO REAL: *João Rodrigues de Góes - Prefeito*

CPRM
Serviço Geológico do Brasil

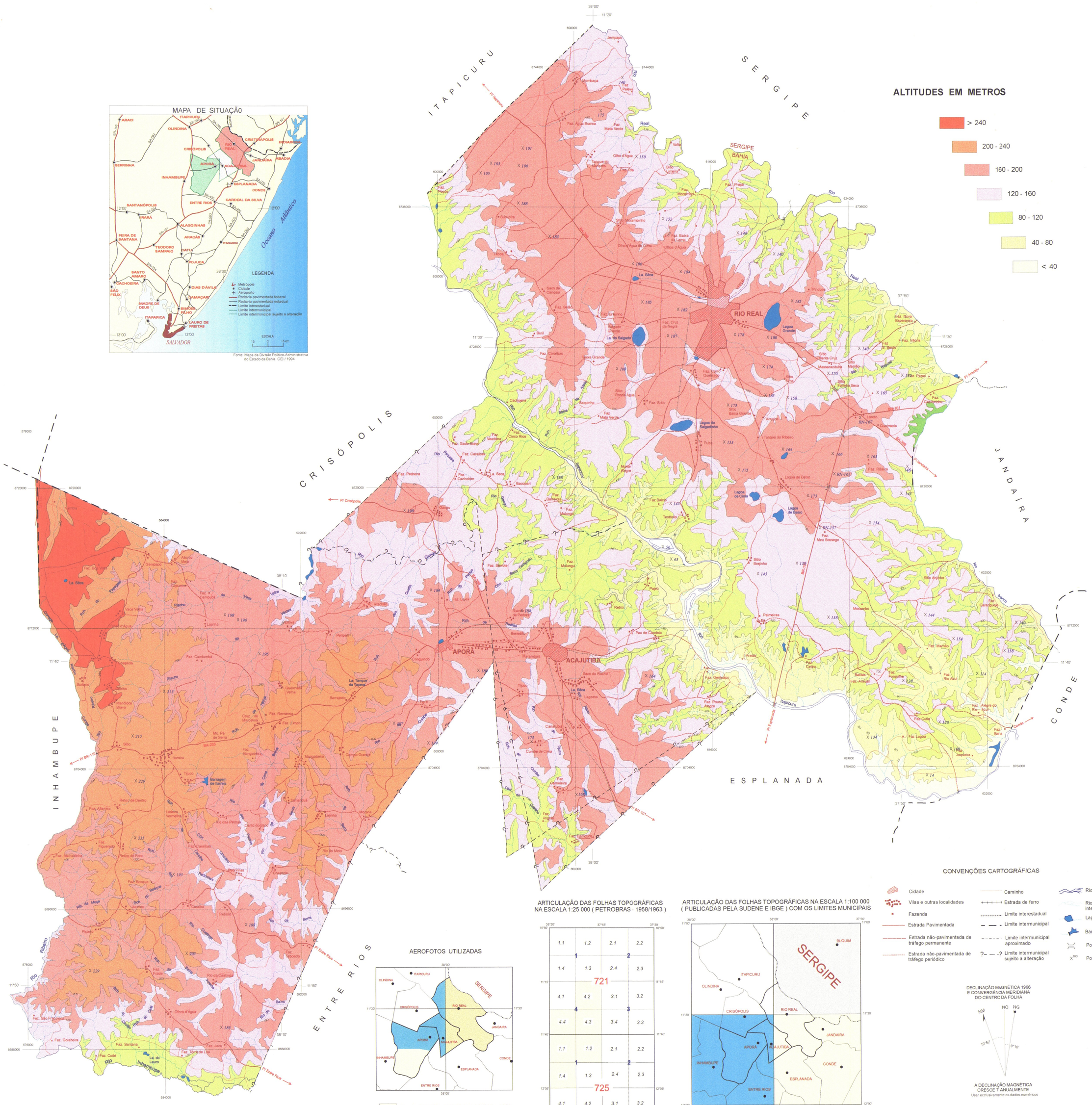
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA
CPRM - SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL
Superintendência Regional de Salvador

PREFEITURAS MUNICIPAIS
ACAJUTIBA - APORÁ - RIO REAL

# PROJETO ACAJUTIBA - APORÁ - RIO REAL



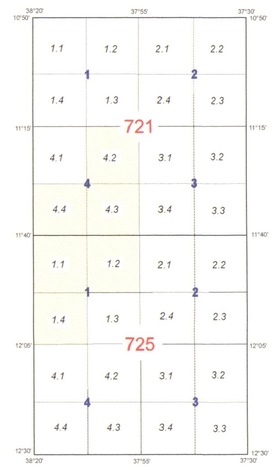

Fonte: Mapa da Divisão Político-Administrativa do Estado da Bahia CEI / 1994




CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

- Cidade
- Vilas e outras localidades
- Fazenda
- Estrada Pavimentada
- Estrada não-pavimentada de tráfego permanente
- Estrada não-pavimentada de tráfego periódico
- Caminho
- Estrada de ferro
- Limite interestadual
- Limite intermunicipal
- Limite intermunicipal aproximado
- Limite intermunicipal sujeito a alteração
- Rio perene
- Rio intermitente
- Lagoa
- Barragem
- Ponte
- Ponto cotado

ARTICULAÇÃO DAS FOLHAS TOPOGRÁFICAS NA ESCALA 1:25 000 ( PETROBRAS - 1958/1963 )




ARTICULAÇÃO DAS FOLHAS TOPOGRÁFICAS NA ESCALA 1:100 000 ( PUBLICADAS PELA SUDENE E IBGE ) COM OS LIMITES MUNICIPAIS




FOLHA BUQUIM (SC.24-Z-C-III) Escala 1:100.000 SUDENE - 1973

FOLHA ESPLANADA (SC.24-Z-C-VI) Escala 1:100.000 SUDENE - 1973

FOLHA INHAMBUPE (SC.24-Z-C-V) Escala 1:100.000 IBGE - 1967

AEROFOTOS UTILIZADAS




Escala 1:25.000 - SACS/PETROBRAS - 1959

Escala 1:40.000 - PROSPEC/DNOCS - 1961

Escala 1:70.000 - SACS/SUDENE - 1972

DECLINAÇÃO MAGNÉTICA 1966 E CONVERGÊNCIA MERIDIANA DO CENTRO DA FOLHA




A DECLINAÇÃO MAGNÉTICA CRESCE 7' ANUALMENTE
Usar exclusivamente os dados numéricos

Bases planimétrica e topográfica geradas a partir das folhas Buquim (SC.24-Z-C-III) e Esplanada (SC.24-Z-C-VI), elaboradas pela SUDENE (1973) e Inhambupe (SC.24-Z-C-V), elaborada pelo IBGE (1967), na escala 1:100.000, e pela redução das folhas 721-4-2, 721-4-3, 721-4-4, 725-1-1, 725-1-2 e 725-1-4, elaboradas pela PETROBRAS / SACS / GEOFOTO (1956-1963), na escala 1:25.000.
Digitalização no programa GSMAP (USGS - United States Geological Survey), pela *BMP Info - Comércio de Serviços de Informática Ltda.*
*Editoração no programa Corel DRAW 7.0 e utilização do sistema GEOEXP 4.2,na importação e exportação de dados.*
As referidas bases foram atualizadas a partir de dados obtidos em imagens de satélite, pesquisa bibliográfica e trabalhos de campo.
Este projeto foi desenvolvido na escala 1:100.000, indicada para atividades de planejamento regional. Trabalhos específicos exigirão serviços em escalas maiores.


Supervisão de Informática : *João Henrique Gonçalves*
Revisão e editoração da base cartográfica: *Euvaldo Carvalhal Britto*
Editoração do tema: Jackson Fernandes de Oliveira
Digitalização do tema: Jackson Fernandes de Oliveira e Vera Nilda Rocha Santos
Desenho da base estável: *Emanoel Vieira de Macêdo*

Tel. (071) 230-9977, FAX (071) 371-4005, e-mail: cprmsa@bahianet.com.br


## MAPA TOPOGRÁFICO

ESCALA 1:100.000

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR

DATUM HORIZONTAL CÓRREGO ALEGRE CNG MINAS GERAIS
ORIGEM DA QUILOMETRAGEM UTM:" EQUADOR E MERIDIANO 39º W GR"
ACRESCIDAS AS CONSTANTES 10.000km E 500 km RESPECTIVAMENTE
DECLINAÇÃO MAGNÉTICA DO CENTRO DA FOLHA EM 1966 19°52'W CRESCE 7' ANUALMENTE
(DADOS REFERENTES À FOLHA INHAMBUPE, ESCALA 1:100 000)

**1998**


Autor : Técnico de Mineração - *Rossni Barreto Concentino*



O Programa Informações para Gestão Territorial - GATE é executado pela CPRM - Serviço Geológico do Brasil, através de suas unidades regionais, sob a coordenação do Departamento de Gestão Territorial - DEGET. Este projeto foi executado pela Superintendência Regional de Salvador - SUREG/SA, mediante convênio firmado entre a CPRM e as prefeituras municipais de Acajutiba, Aporá e Rio Real.

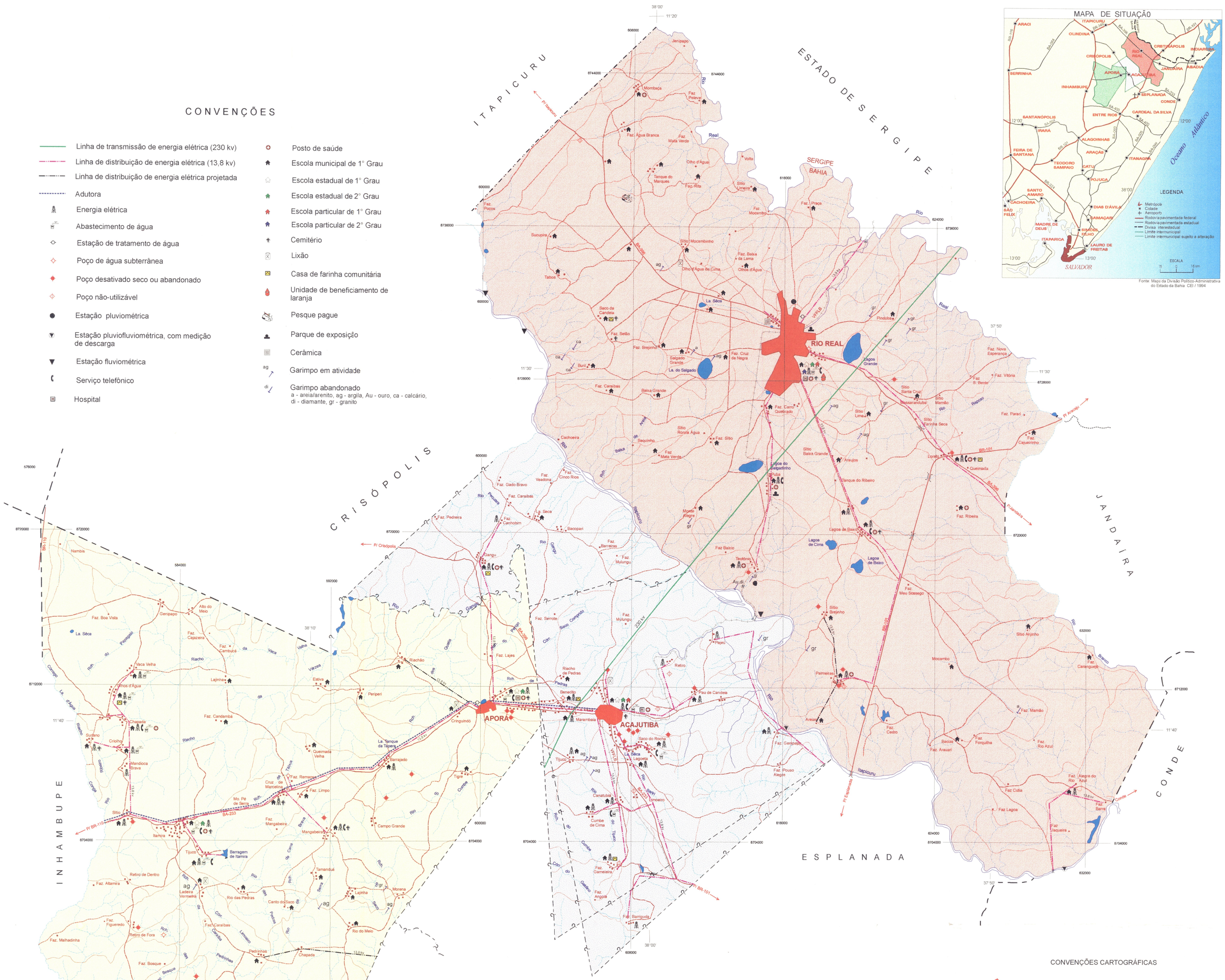
PREFEITURAS MUNICIPAIS
ACAJUTIBA: *José Luiz Mendes Brito - Prefeito*
APORÁ: *Agenor Mendes de Oliveira - Prefeito*
RIO REAL: *João Rodrigues de Góes - Prefeito*


CPRM
Serviço Geológico do Brasil

**MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA**
SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA
CPRM - SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL
Superintendência Regional de Salvador

# PROJETO ACAJUTIBA - APORÁ - RIO REAL

**PREFEITURAS MUNICIPAIS**
**ACAJUTIBA - APORÁ - RIO REAL**


ITAPICURU
ESTADO DE SERGIPE
SERGIPE
BAHIA
CRISÓPOLIS
JANDAIRA
INHAMBUPE
ESPLANADA
CONDE
ENTRE RIOS
RIO REAL
APORÁ
ACAJUTIBA
Pi/ Itapicuru
Pi/ Aporá
Pi/ Jandaíra
Pi/ Crisópolis
Pi/ Entre Rios
Pi/ Esplanada
Pi/ BR-110
Pi/ BR-101
Rio Real
Rio Itapicuru
Rio Inhambupe
Rio Ribeiro
Rio Piauí
Rio Gangu
Rio Pelourinho
Rio Branco
Rio Conde
Rio Tiquipe
Rio Tijuipe
Rio Canabrava
Rio Costa Longa
Rio da Serra
Rio das Pedras
Rio do Meio
Rio da Castinga
Rio Jurema
Rio Barro
Rio do Cabo
Rio do Grotão
Rio do Coité
Rio da Moça
Rio Pedrinhas
Rio Chapada
Rio Tabocado
Rio Lajinha
Rio Tamanduá
Rio Canatubá
Rio Cumbe de Cima
Rio Cumbe
Rio Tijuco
Rio Gameleira
Rio Angola
Rio Barriguda
Rio Lajeiro
Rio Lajeiro Grande
Rio Pedra Branca
Rio Pedra Grande
Rio Pedra Pequena
Rio Pedra Preta
Rio Pedra Redonda
Rio Pedra Vermelha
Rio Pedra Verde
Rio Pedra Velha
Rio Pedra Furada
Rio Pedra Lisa
Rio Pedra Miúda
Rio Pedra Nova
Rio Pedra Quebrada
Rio Pedra Rachada